



EDIÇÕES
ELECTRÓNICAS
CEAUP

A CORRUPÇÃO NO ESTADO PÓS-COLONIAL EM ÁFRICA

DUAS VISÕES LITERÁRIAS

Ana Maria Duarte Frade



**A CORRUPÇÃO NO ESTADO
PÓS-COLONIAL EM ÁFRICA**
DUAS VISÕES LITERÁRIAS

**A CORRUPÇÃO NO ESTADO
PÓS-COLONIAL EM ÁFRICA**
DUAS VISÕES LITERÁRIAS

Ana Maria Duarte Frade



A CORRUPÇÃO NO ESTADO PÓS-COLONIAL EM ÁFRICA

DUAS VISÕES LITERÁRIAS

Autor: Ana Maria Duarte Frade

Editor: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Colecção: e-books

Edição: 1ª (Abril/2007).

ISBN: 978-972-99727-6-8

Localização: <http://www.africanos.eu>

Referência bibliográfica:

FRADE, Ana Maria Duarte. 2007. *A corrupção no Estado Pós-Colonial em África. Duas Visões Literárias*. ISBN: 978-972-99727-6-8. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. <http://www.africanos.eu>

Observação: Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos, orientada por Prof. Doutores António Custódio Gonçalves e José Carlos Venâncio, 2004.

Preço: gratuito na edição electrónica, acesso por download.

Solicitação ao leitor: Transmita-nos (ceaup@letras.up.pt) a sua opinião sobre este trabalho.

©: É permitida a cópia de partes deste documento, sem qualquer modificação, para utilização individual. A reprodução de partes do seu conteúdo é permitida exclusivamente em documentos científicos, com indicação expressa da fonte.

Não é permitida qualquer utilização comercial. Não é permitida a sua disponibilização através de rede electrónica ou qualquer forma de partilha electrónica.

Em caso de dúvida ou pedido de autorização, contactar directamente o CEAUP (ceaup@letras.up.pt).

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	13
01. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	19
1. O fenómeno da corrupção	19
1.1. A corrupção nos países africanos: os casos de Angola e de Moçambique	30
1.2. A Literatura e a denúncia da corrupção	40
02. A CORRUPÇÃO: DUAS VISÕES LITERÁRIAS	50
2. A corrupção na literatura angolana e moçambicana pós-colonial	50
2.1. <i>O Último Voo do Flamingo</i>	58
2.1.1. O Tradutor: um narrador incriminatório	59
2.1.2. A corrupção em <i>O Último Voo do Flamingo</i>	63
2.2. <i>Jaime Bunda, Agente Secreto</i>	74
2.2.1. Quatro narradores: quatro testemunhas de acusação em <i>Jaime Bunda, Agente Secreto</i>	77
03. MIA COUTO E PEPETELA: ENCONTROS E DESENCONTROS	97
3.1. Duas gerações: o contexto	97
3.2. Estrutura e estratégias adoptadas	113
CONCLUSÃO	119
BIBLIOGRAFIA	125
Activa	125
Geral	126

*“Quando um indivíduo se decide a enfrentar o papel
sujeita-se voluntariamente a tudo”.*

— PEPETELA, *O Cão e Os Caluandas*

Agradeço ao Professor Doutor José Carlos Venâncio a disponibilidade, a orientação e os incentivos desinteressados, que foram fundamentais para a elaboração deste estudo.

Uma palavra, também, de apreço ao Professor Doutor António Custódio Gonçalves que, sem hesitação, aceitou co-orientar esta tese.

Agradeço ainda aos meus novos Amigos: à Ana, à Rosa Maria e ao Arlindo todo o apoio imprescindível, quer nas sugestões, quer na contribuição bibliográfica. A eles, muito obrigada.

Ao João, que me proibiu de fazer qualquer referência, agradeço em privado. Sem ele, nada disto teria sido possível!

Às minhas filhas, Mariana e Joana, que nasceram e cresceram durante a frequência deste mestrado, pela ternura, pela inocência e pela ingenuidade, que nos leva a lutar contra os predadores humanos. Que também as crianças de África possam ter um mundo melhor!

INTRODUÇÃO

A corrupção não conhece fronteiras geográficas nem históricas. O fenómeno atinge todas as sociedades e poderá pôr em causa o próprio sistema democrático. O sufrágio, mesmo quando, efectivamente, é universal e directo, pode não ter em conta certas realidades ocultas que contribuem para adulterar a justiça dos seus resultados. O financiamento dos partidos políticos, os *jobs for the boys*, a promiscuidade entre o mundo do futebol e o poder local, o aparecimento de poderosas organizações criminosas à escala global geram outras formas de representação, mecanismos de poder e de contrapoder que se sobrepõem ao modo normal e legítimo do exercício da soberania.

“As situações em que um funcionário (...) solicita ou aceita uma vantagem patrimonial ou não patrimonial (ou a sua promessa) como contrapartida de um acto (lícito ou ilícito, passado ou futuro) que traduz o exercício efectivo do cargo em que se encontra investido” (Costa, 2001: 655) são categoricamente condenadas no chamado mundo ocidental. O mesmo se passa porventura com muitas outras condutas que embora não caibam nos tipos legais de crime são reprovadas do ponto de vista social. Exige-se do funcionário a persecução do interesse público mediante uma actuação pautada pela observância estrita da legalidade, da transparência, da objectividade e da independência. O particular não pode abusar das suas funções, substituindo-se ao Estado e invadindo a sua área de actuação. Não pode utilizar o Estado, o poder que o exercício das suas funções lhe confere, para seu proveito pessoal.

A corrupção (independentemente da sua tipificação ou não como crime) é, todavia, de certa forma, legitimada nas sociedades africanas⁽¹⁾

¹ Embora denunciem o fenómeno da corrupção, a maioria dos escritores desculpabiliza o crime num cenário de fome e de miséria, conforme se constatará no presente trabalho. Tahar Ben Jelloun chama-lhe “contribuição para a solidariedade nacional”, em *O Homem Quebrado* (1995: 36).

desde que alimente uma rede de clientes (Chabal e Daloz, 2001: 157) e serve para a manutenção de uma economia informal, paralela, onde os vínculos familiares, os grupos, as cores políticas, o *status*, desempenham um papel muito importante. A racionalidade administrativa, com todos os princípios e deveres que lhe andam associados no mundo ocidental, dá lugar a outras lógicas, a discursos alternativos, a linguagens diferentes, que só uma análise global e socialmente inserida permite desvendar e compreender.

A nossa análise centra-se na corrupção, no Estado pós-colonial⁽²⁾, através do testemunho de dois escritores paradigmáticos. Mia Couto e Pepetela revelam em *O Último Voo do Flamingo* e *Jaime Bunda, Agente Secreto*, respectivamente, um mecanismo de funcionamento do próprio Estado. Com um Estado não institucionalizado, não burocrático⁽³⁾, neo-patrimonial e que não consegue afirmar-se como entidade abstracta, autónoma e diferente dos seus titulares, as formas de controlo não existem. Mesmo os órgãos que, pretensamente, o deviam fazer estão contaminados. A infecção também os atingiu, impedindo-os de desempenharem, cabalmente, as suas funções. Utilizando a clarificadora síntese de uma personagem de Tahar Bem Jelloun, “neste país, os ladrões são protegidos, os corruptos encorajados e as pessoas honestas perseguidas” (1995: 141). A própria sociedade civil, talvez por debilidade, não encontra mecanismos de tutela, capazes de superar o problema ou, pelo menos, reduzir a sua frequência a uma margem ainda aceitável. No fundo ela também é conivente, olhando esses comportamentos com muita indulgência, na expectativa de um dia também gozar dos seus avultados benefícios.

A independência, que prometia melhores condições de vida para o povo colonizado, traduziu-se numa longa guerra civil motivada pelo egoísmo de alguns, pela ânsia de poder e de riqueza, ainda que por meios ilícitos, de outros. A falta de transparência de uma Administração Pública, que perdeu os seus quadros mais qualificados, a fome e a miséria

² Utilizamos o termo pós-colonial no seu sentido empírico. Colonialismo e pós-colonialismo devem ser entendidos nessa perspectiva, referindo-se os vocábulos a um determinado período histórico. Assim, por pós-colonialismo, deve entender-se, neste trabalho, o período que se inicia com a independência de Angola e de Moçambique.

³ Entenda-se burocracia à luz da teoria weberiana. Administração burocrática significa racionalidade administrativa.

favoreceram a corrupção. Os novos detentores do poder aproveitaram todas as oportunidades proporcionadas pelos dois paradigmas políticos que marcaram o período que se seguiu à independência formal. Primeiro o marxismo, depois o liberalismo serviram para a concretização dos interesses individuais. Duas conjunturas para os mesmos rostos. As elites recicladas não abdicaram de continuar a enriquecer de forma ilícita. Só o povo continua a sofrer, esquecido. Mudaram-se apenas as etiquetas.

Começamos por abordar, no primeiro capítulo, o conceito de corrupção e a sua legitimidade social nos países subdesenvolvidos, particularizando o caso de Angola e de Moçambique. Estará em causa não o conceito jurídico, de contornos claramente definidos e limitados, mas o conceito corrente, tal como emerge nas representações sincréticas do quotidiano. A análise não será, portanto, jurídica mas literária. Melhor: serão duas visões literárias da corrupção no Estado pós-colonial de Angola e de Moçambique.

Os anos 90 do século passado, considerados como a década do vazio filosófico e do capitalismo selvagem, assistiram à “utilização das lógicas e das potencialidades da globalização para a organização do crime” (Rodrigues, 1999: 12). O fenómeno da corrupção agravou-se. Os números, na sua frieza habitual, são inequívocos. As estatísticas demonstram o seu peso crescente. A década de noventa, do século XX, é a década da confirmação da morte de um sonho. Nem o projecto marxista, nem o neo-liberalismo contribuíram para o concretizar da utopia. Os países africanos estão cada vez mais marginalizados num mundo global, mas ao mesmo tempo alimentam o mundo dos ricos, dos poderosos, numa teia de corrupção, de tráfico de armamento, de exploração humana, de branqueamento de capitais (complemento natural daqueles) que ameaça a sua própria sobrevivência.

Esta situação calamitosa, principalmente quando observada pelos olhos de um ocidental, treinados para repudiar esses comportamentos, tem certamente reflexos na narrativa literária pós-colonial, como demonstra uma simples abordagem sincrónica. O relacionamento da literatura com o tema da corrupção, acentuou-se no fechar do século XX, consistindo o tema central ou, pelo menos, lateral de muitas obras. As referências multiplicaram-se e confirmam uma mudança de paradigma.

A independência esgotou o anterior filão e, em consequência, arrastou outras temáticas mais ajustadas às novas realidades. Os temas em voga são agora outros. O combate é muito diferente. A ameaça já não está no colonizador, na falta de afirmação de uma identidade nacional, mas na necessidade de criar uma nova utopia. Uma sociedade mais justa, baseada na igualdade de oportunidades e de direitos. A denúncia da corrupção tornou-se uma necessidade imperiosa e foi ganhando expressão crescente.

Analisar de que forma o fenómeno é ficcionado, através de dois escritores que estiveram comprometidos com o nacionalismo, abraçando um projecto de modernidade, nem sempre consentâneo com a tradição africana, é uma das intenções primordiais deste trabalho, a focar no segundo capítulo, e tem como fontes as obras literárias já designadas. *O Último Voo do Flamingo* e *Jaime Bunda, Agente Secreto* são o ponto de partida para uma viagem por universos ficcionais diferentes, que partiram de matrizes, discursos e pressupostos diversos, mas que se unificam e complementam pela análise do mesmo problema formando uma unidade substancial: um longo, coerente e contundente libelo anti-corrupção. Esta unidade substancial será, no entanto, obra de um feliz acaso ou corresponde ao pulsar profundo de duas sociedades marcadas pela corrupção? Nesse caso, mais do que duas visões literárias, teremos dois documentos sociológicos, contributos para uma verdadeira análise social. Em suma: duas visões cifradas da realidade e que se corroboram mutuamente.

Ao desmontarmos os universos narrativos, não pretendemos, todavia, retirar o encanto das obras literárias. Tal com Pierre Bordieu afirma: “O encanto da obra literária liga-se de certo em grande parte ao facto de ela falar das coisas mais sérias, sem exigir, diferentemente da ciência segundo Searle, que a tomemos inteiramente a sério. A escrita oferece ao próprio autor e ao leitor a possibilidade de uma compreensão denegante, que não é porém uma compreensão até meio” (Bordieu, 1996: 55).

Após a análise da representação da corrupção nestes dois escritores paradigmáticos, importa apurar em que circunstâncias a sua criação literária se processa, partindo das experiências quotidianas individuais e não esquecendo a geração e o contexto ideológico de ambos. Entramos, assim, no último capítulo, no âmbito da literatura comparada, verifi-

cando as aproximações e os afastamentos dos textos literários dos dois escritores, enquanto instâncias autorais que problematizam a realidade coeva. São apenas encontros e desencontros, pontes, visões convergentes e divergentes, contradições ...

Não obstante a importância e a dimensão do fenómeno da corrupção – capaz de lhe conferir dignidade de assunto literário –, falta uma reflexão crítica actual sobre a sua influência na literatura. Esta influência não foi ainda inventariada, nem discutida. As razões da sua existência também ainda não foram apuradas, ponderadas e analisadas com rigor científico. Se os autores escolheram o fenómeno da corrupção para tema central das suas obras é porque o consideram extremamente importante. Não será, certamente, apenas um mero exercício egoísta de puro virtuosismo literário! Talvez procurem, como bem dizia Cunha Rodrigues, “difundir uma cultura cívica que recrie valores numa óptica de liberdade e de igualdade” (1999: 29)⁽⁴⁾.

Pisamos, portanto, terreno virgem. No domínio penal, criminológico e sociológico há muitos companheiros de viagem. A sua leitura completa é praticamente impossível. Faltariam sempre autores importantes, obras de referência deste ou daquele canto do mundo. Já no campo da crítica literária caminhamos quase sempre sozinhos. Os nossos acompanhantes ocasionais não partilham dos mesmos objectivos e, até quando nos cruzamos, é por pouco tempo e para logo prosseguirmos por veredas diferentes.

Viajamos, assim, acompanhados apenas pelo “Fleming” e pelo “Jaime”. Mas as personagens que eles convocam (na sua polifonia) são vozes suficientes para que não nos sintamos sozinhos. É claro que, de vez em quando, socorremo-nos de outras testemunhas oculares, oriundas da literatura, do direito, da sociologia, da antropologia. Nessas

⁴ Anthony Giddens, para quem a democracia está em crise e necessita de ser democratizada, advoga, também, a necessidade de impulsionar uma cultura cívica. Na era da globalização é urgente deixar de pensar que “a sociedade é apenas composta por dois sectores: o Estado e o mercado, ou o sector público e o privado. Entre os dois encontra-se a área da sociedade civil, que inclui a família e outras instituições de natureza não económica. A construção da democracia das emoções é um dos aspectos da cultura cívica progressiva. A sociedade civil é o fórum onde as atitudes democráticas, incluindo a tolerância, têm de ser cultivadas. A componente civil pode ser estimulada pelos governos para, por seu turno, se tornar a base em que eles se apoiam” (Giddens, 2001: 77).

casos, elas servem apenas para conferir maior expressão àquele dueto. São a sua harmonia.

No final, esperamos ter demonstrado que também a literatura é um importante e imprescindível instrumento de denúncia da corrupção, contribuindo para a caracterização do Estado pós-colonial.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO .01

1. O FENÓMENO DA CORRUPÇÃO

*«L'argent apporte le pouvoir, le pouvoir apporte
l'argent et, au nom de ce circle infernal, l'homme
abandonne ses convictions, ses rêves et sa créativité».*

— BRIGITTE HENRI, *La corruption: un mal endémique*

A corrupção não é um fenómeno da vida moderna⁽⁵⁾. Mas, só a partir dos anos noventa, do século XX, a sua denúncia passou a ser uma preocupação dos investigadores, dos escritores, dos jornalistas, de alguns políticos e das instituições internacionais⁽⁶⁾. De certa forma, podemos dizer que é um dos temas da moda. Um pouco por todo o lado, mesmo nos mais importantes areópagos mundiais, não faltam conferências, debates, artigos, propostas... O habitual circo dos políticos e da comunicação social, a que se juntam outras intervenções, porventura cientificamente mais fundadas e com propósitos mais sérios, mas com muito menos impacto. Muitas destas últimas contribuições situam-se, sem dúvida, na área privilegiada da literatura. Voluntária ou involuntariamente, os autores inserem-se no seu tempo, reflectindo as suas virtudes e os seus defeitos. E, como advoga o narrador de *O Cão e os Caluandas*, um escritor não deve ter escrúpulos, caso contrário não poderia escrever sobre pessoas

⁵ Por vida moderna deve entender-se um modo de organização social, que na perspectiva de Giddens assenta em quatro dimensões institucionais fundamentais que se inter-relacionam: industrialismo, capitalismo, vigilância e poder militar (Giddens, 2002: 42).

⁶ Um dos objectivos do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento, da OCDE, traçados e não traçados (no documento “Cooperação para o Desenvolvimento no limiar do século XXI”) para 2015 é o combate à corrupção. Já em 1997, foi assinada a Convenção Internacional contra a corrupção, pelos países da OCDE.

reais. “O escritor deve ser cruel e desumano, é essa a sua humanidade” (Pepetela, 1995: 92).

Embora se assista a uma crescente cultura de denúncia, o flagelo continua, no entanto, sem cura. O avolumar da denúncia ainda não contribuiu, decisivamente, para a sua diminuição. Pelo contrário, parece fonte de inspiração para novos corruptos, ávidos, também eles, do enriquecimento fácil e a todo o custo.

A corrupção é uma realidade transnacional que abrange todas as sociedades, sejam do *norte* ou sejam do *sul*. Nos países subdesenvolvidos, ao nível cultural e económico, esta realidade atinge, contudo, proporções mais alarmantes, gerando verdadeiras oligarquias, Estados dentro do Estado, originando para alguns (poucos) a acumulação de fortunas colossais e para outros (muitos) a mais ignóbil miséria. A desinformalização da economia e do próprio Estado é solo fértil para o seu germinar. É mais fácil manipular (para proveito pessoal é claro) um Estado debilitado do que um Estado forte⁽⁷⁾, sobretudo quando a sociedade civil não ajuda, não exercendo uma imprescindível função de controlo, por absoluta incapacidade.

O fenómeno da corrupção pode ser abordado sob várias perspectivas, desde a sociológica à jurídica. Numa perspectiva jurídica, teremos, por força da fragmentariedade, subsidiariedade e *ultima ratio* do direito penal, um conceito técnico recortado e restritivo. Assim, resume-se a comportamentos activos ou passivos previstos nos respectivos tipos legais de crime, sendo, devido aos princípios da legalidade e da tipicidade, inimaginável qualquer tentativa de extensão analógica daquelas condutas. Pelo menos, num Estado de direito democrático. Só as condutas previstas como crimes poderão ser consideradas. Os tipos legais funcionam

⁷ O princípio *nullum crime sine lege* pode, em Estados menos fortalecidos ou onde a separação de poderes não é tão nítida, ser habilmente manobrado para a concretização de interesses individuais. A existência de lacunas premeditadas, de leis individuais e concretas (aprovadas anteriormente à conduta e, sob o manto legitimador da generalidade, dirigidas para esse caso concreto) ou mesmo de amnistias e de perdões (posteriores) permite aos seus feitores uma impunidade indesejada e, muitas vezes, incompreensível aos olhos da sociedade civil. Ainda recentemente Berlusconi, primeiro-ministro italiano, tentou utilizar este expediente para fugir às malhas da justiça. Aquilo que é uma garantia sagrada do direito penal converte-se, assim, num obstáculo inultrapassável à realização do direito, à realização da justiça. Aliás, na lúcida análise de Luigi Ferrajoli, um dos maiores penalistas europeus vivos, a criminalidade do poder “caracteriza-se por uma pretensão à impunidade” (2003: 12).

como um óculo que apenas permite visionar aquilo que não é legal. O resto, por mais injusto que possa parecer, é irrelevante. Do ponto de vista normativo, a corrupção consiste, pois, num desvio. É o desrespeito por um procedimento regular, devido, legal, uma violação da imparcialidade, da independência, da objectividade e da legalidade que num Estado de direito devem comandar o exercício da função pública.

Numa perspectiva sócio-cultural, atentas as representações sintéticas do quotidiano, temos um conceito fluído, que se expande ou retrai, consoante as valorações e preocupações de cada época. Já não se trata de um modelo jurídico-científico, mas de um modelo sócio-cultural, onde se cruzam realidades tão distintas como: a corrupção; o tráfico de influências; o abuso de poder; o peculato; os modernos: branqueamento de capitais; tráfico de estupefacientes ou de armas e, o ainda mais recente, tráfico de pessoas/orgãos e de espécies em vias de extinção. É, também, tendo presente estas representações quotidianas, que partimos para a análise deste comportamento desviante.

Na linguagem comum *“we call corrupt a public servant who accepts gifts bestowed by a private person with the object of inducing him to give special consideration to the interests of de donor”*. Para Syed Hussein Alatas, a corrupção abrange, no entanto, três conteúdos: suborno, extorção e nepotismo (1999: 6, 7). Na Convenção Internacional contra a Corrupção, assinada pelos países da OCDE, em 1997, esta é definida, em termos amplos, como de *“use of public office for private gains”*. Alexandra Mills defende que *“in this sense corruption can be seen as a failure of the ethics of public administration, with the result that, in remedial terms, many of the same measures to prevent corruption can be applied to promote ethics”* (2001: 142).

A corrupção marca presença em todas as sociedades⁽⁸⁾. Cada vez mais a população de todos os cantos do mundo vai tomando consciência da sua presença insidiosa. Mesmo no ocidente, que se pensava imune, que julgava tê-la erradicado ou, pelo menos, remetido para valores socialmente suportáveis, descobre-se, agora, com surpresa, que a corrupção

⁸ Sobre a corrupção na Ásia, nomeadamente na Indonésia, ver o interessante estudo de Syed Hussein Alatas (1999).

continua a subsistir, inclusivamente ao mais alto nível⁹). No continente africano, todavia, “*la corruption n’est pas une dérive de l’État mais un mode de fonctionnement de l’État*”⁽¹⁰⁾ (Henri, 2002: 111) e afecta de forma mais incisiva a sociedade civil do que no *norte*.

Analisar as causas e os efeitos da corrupção é uma tarefa gigantesca, complicada a que, no entender de Syed H. Alatas, a própria sociologia não tem dado a devida atenção e abrange realidades tão distintas quanto o ângulo de análise. Contudo, “os dicionários do passado e os de hoje incidem no mesmo tópico, só que hoje, os políticos, os homens do futebol, juntam-se aos advogados no ponto de mira da CORRUPÇÃO” (Vilela, 2002: 299. Maiúsculas no original).

Em pleno século XXI, a corrupção tornou-se notícia, invadiu os meios de comunicação social e desde políticos a homens do futebol muitos são alvo de investigações criminais. O Estado moderno não conseguiu erradicá-la. O racionalismo burocrático, a transparência da Administração Pública, a imposição de exigências de legalidade, objectividade e independência, no exercício de cargos públicos não foram suficientes para a afastar. Ao mesmo tempo, cresceram também o hedonismo, o sucesso a todo o custo e, sobretudo, o materialismo. Para alguns, todas as vias são possíveis para ascender socialmente, para obter riqueza, para conseguir o sucesso. “A criminalidade que hoje ameaça maioritariamente os direitos, a democracia, a paz e o próprio futuro do nosso planeta é antes de tudo uma *criminalidade do poder*: um fenómeno já não marginal nem excepcional, como a criminalidade tradicional, mas sim inserido no funcionamento normal da sociedade” (Ferrajoli, 2003: 9). Isto é: as ofertas, as comissões, a peita, o suborno, tornam-se decorrências normais do exercício de funções públicas, transformando-se numa espécie de retribuição suplementar, que todos olham com indulgência e muitos almejam mesmo também alcançar. O desvio converte-se em norma, ins-

⁹ Os exemplos das americanas Enron e World.com, e mais recentemente da italiana Parmalat, revelam, com clareza, essa realidade. A falsificação dos balanços, das contas, dos resultados, é consequência de uma concorrência feroz, selvagem, que não olha a meios e que é imune a quaisquer valores. Vale tudo. Ao ponto de já se falar nas mais prestigiadas universidades americanas na introdução de cadeiras de ética nos cursos de gestão.

¹⁰ Aliás, em África o Estado não existe como uma entidade abstracta. O Estado é a pessoa que controla os recursos, como salienta Méraud (apud Henri, 2002: 111).

titucionaliza-se, quase que ganha legitimidade oficial. Os seus custos podem ser calculados e podem até ser repercutidos. “Há alguém que não lhe paga a renda. Mete-lhe um processo. Se seguir as vias normais, isso poderá demorar quatro a cinco anos. Se seguir as vias paralelas, o seu assunto poderá ficar arrumado em alguns meses. E é só essa via que resulta. Acredite, não é nem má nem desonesta. É razoável, realista. Você sofre as falhas do Estado. Eu sou pela justiça e pelo Direito. Mas quando toda a gente entra pela porta das traseiras e é tudo tratado nos corredores, seria um suicídio agir de outra forma. O país funciona bem assim. Há maneira de renunciar a este sistema? Não creio. E depois, as pessoas já se habituaram. Antes mesmo de fazer as diligências normais, como, por exemplo, ir buscar um documento – o que é simples – começam por procurar quem possa intervir... é a contribuição para a solidariedade nacional. A corrupção é uma forma disfarçada de imposto complementar” (Jelloun, 1995: 36).

O problema agudiza-se quando o Estado nem sequer está institucionalizado. Em África, o Estado moderno não conseguiu implementar-se⁽¹¹⁾. Os preceitos da modernidade (racionalidade económica e inovação tecnológica) não foram concretizados. Embora os dirigentes africanos preconizem o Estado Moderno, na prática reivindicam valores tradicionais⁽¹²⁾.

¹¹ Doravante sempre que nos referirmos a África, continente africano ou outras expressões análogas, estamos a centrar-nos, obviamente, na África subsariana, particularizando, no decorrer da análise, os casos de Angola e de Moçambique.

¹² Chabal e Daloz salientam que o que se verifica em África é paradoxal. A tradição e a religião são instrumentalizadas pelos políticos (2001: 190-202). Na verdade, o Estado moderno é laico. Existe uma separação nítida entre o religioso e o político. A religião limita-se à esfera privada, o que não se verifica nas sociedades africanas. O mesmo sucede com as crenças ou bruxarias! Tanto se utiliza um telemóvel de última geração (símbolo da modernidade tecnológica) como se recorre a um curandeiro.

Maurice Godelier, em *O Enigma da Dádiva*, ao analisar a essência divina do Faraó (2000: 246), salienta que a religião oferece modelos de poder aos homens. “A religião forneceu a ideia de relações hierárquicas, assimétricas, origem simultaneamente de obrigações recíprocas e de relações de obediência situadas para além de qualquer reciprocidade”. Não é preciso recuar tão longe para encontrar resquícios da legitimação teocrática do poder. Luís XIV, por exemplo, que pelo menos encontrou na fórmula de «divinização» do Estado essa legitimação. Cfr. Eduardo Lourenço, *O Esplendor do Caos*, (2002: 109). O jusnaturalismo jurídico também contém exemplos claros duma tentativa de fundamentação divina do direito. Cfr. Wieacker, Franz, *História do direito privado moderno* (1980: 279 e ss.)

Ainda recentemente na Guerra do Iraque, Saddam Hussein, no seu discurso ao mundo, de 24/03/03, falava de Guerra Santa, na necessidade de combater o Mal. Enquanto que o presidente George W. Bush invocava sempre a palavra Deus. A política instrumentaliza a religião. Balandier diz mesmo que o sagrado “é uma das dimensões do campo político; a religião pode ser um instrumento do poder, uma garantia da sua legitimidade, um dos meios utilizado no quadro das competições políticas... A estratégia do sagrado,

Para MAPPA (que efectuou uma série de entrevistas a líderes africanos), “os políticos entrevistados não distinguem o Estado enquanto instituição e os homens que o ocupam” (1998: 169)⁽¹³⁾. Não existe uma administração burocrática. Ou seja “uma administração por força do saber: esse carácter fundamental, especificamente racional” do Estado Moderno (Weber, in Cruz, 2001: 689). Não se observa uma dominação de carácter racional, a ordem não é impessoal, objectiva, independente, abstracta, legalmente estatuída, mas sim ordem pessoal e não há separação de poderes. O Estado surge personalizado. A sua não institucionalização relativamente à população não legitima uma efectiva representação política nacional. Em suma, não se pode afirmar uma verdadeira autonomia intencional do próprio Estado, dirigida à realização das necessidades mais essenciais ao funcionamento de uma sociedade organizada. O Estado não se conseguiu afirmar como entidade abstracta, que afirma e prossegue finalidades próprias e independentes das razões individuais.

Trata-se de um Estado onde o poder é pessoal, onde as dicotomias Estado/Sociedade Civil, público/privado, formal/informal, fundamentos do Estado Moderno, não existem. A fronteira entre o social, o político e o económico é teórica. Na prática, assiste-se (transpondo a observação de Boaventura Sousa Santos do caso português para alguns países da África subsariana) a “um processo «de Privatização do Estado» (recursos

desenvolvida com fins políticos, apresenta-se sob dois aspectos aparentemente contraditórios; pode ser posta ao serviço da ordem social existente e das posições adquiridas, ou servir a ambição daqueles que pretendem conquistar a autoridade e legitimá-la” (1987: 121, 122). A relação da política com o sagrado é importante para compreendermos certos aspectos do poder político nas sociedades focadas nas obras literárias em análise, nomeadamente angolana e moçambicana. O poder nunca é completamente dessacralizado e, como constata Balandier, nas sociedades ditas tradicionais essa relação impõe-se como uma espécie de evidência. “Discreto ou aparente, o sagrado está sempre presente no seio do poder” (1987: 48). Mesmo nas sociedades modernas laicizadas continua aparente: “nelas o poder nunca está inteiramente esvaziado do seu conteúdo religioso, que se mantém presente reduzido e discreto. Se o Estado e a Igreja «são um só» na origem, quando a sociedade civil é instaurada – assim o constata Herbert Spencer nos seus *Principles of Sociology* –, o Estado conserva sempre parcialmente um carácter de Igreja, mesmo quando se situa no termo de um longo processo de laicização”(106).

¹³ Este é um tema muitas vezes abordado na literatura. A obra *O Ministro*, de Uanhenga Xitu é paradigmática. Um bom ministro tem de ser corrupto. Tem de confundir o exercício do seu cargo e a persecução do interesse público com a realização dos seus próprios interesses pessoais. Tem de saber redistribuir pelos seus familiares e amigos. É esta a imagem que os políticos têm socialmente. “Quando não sabes roubar como ministro é porque não aprendeste bem o significado do ministro. Não serves, ouviste, hein, rapaz?” (1990: 112). “Cabrito come onde está agarrado”, provérbio africano, citado em *O Último Voo do Flamingo*, de Mía Couto, é também ilustrativo de um suposto beneplácito social.

estatais postos ao serviço de grupos de indivíduos e para perseguição dos seus interesses particulares) e que em períodos democráticos transforma os partidos sobretudo o governante, em mecanismos privilegiados de mobilidade social” (1999: 62). José Diquissoned Tole defende, também, a mesma tese para o caso de Moçambique “o comportamento da classe-Estado constitui uma das explicações do estado de crise em que o país se encontra”. A classe-Estado utilizou os recursos em benefício próprio, em consumo ostentatório “manifesto na compra de automóveis de luxo, no consumo de bens importados, viagens, férias, reproduzindo as desigualdades sociais já existentes” (1995: 257). Mais curioso é o caso de Angola, onde “o altamente personalizado Estado Presidencial” consegue promover “o seu próprio empreendimento filantrópico privado em nome de causas sociais quando o seu próprio Governo, a que presidiu durante mais de duas décadas, falhou de forma tão lamentável” (Hodges, 2002: 92). Tony Hodges refere-se à criação da Fundação José Eduardo dos Santos, concluindo que a criação da FESA tem como verdadeiro objectivo “promover a boa reputação pública do chefe do Estado de forma a garantir-lhe um crédito pessoal por acções que deviam ser, de facto financiadas e implementadas através das instituições e dos programas do próprio governo. Para além de usar o nome do presidente, o que cria uma aura de preocupação e generosidade presidenciais (aparentemente em contradição com a verdadeira origem dos fundos), a FESA abre uma nova via ao clientelismo, ao atrair para o seu ciclo ONG, intelectuais e outros que procuram garantir o seu próprio financiamento. Nas palavras de Messiant, a FESA coroa «o processo de privatização do Estado» (2002: 92, 93). Será a FESA uma forma de “comprar” a sociedade civil?

Carlos Pacheco fala de um determinado núcleo de pessoas pertencentes à classe burocrática que terá desviado recursos para enriquecimento ilícito de elites entre 600 a 800 milhões de dólares. O historiador angolano advoga que se assiste ao colapso do Estado “que apenas existe enquanto instrumento ao serviço dessa classe predadora” (2000: 101, 102). O farol que o norteia não aponta a realização do interesse público, a satisfação das necessidades comunitárias básicas mas um mesquinho e encapuzado interesse privado. O Estado moldou-se aos interesses dos detentores do poder.

Em África, o Estado está ao serviço da classe dominante e esta assegura o seu poder através de relações verticais de clientelismo. O clientelismo altera a lógica de acção do Estado. Não se procura a decisão mais racional, mais justa, mas aquela que melhor promove os interesses pessoais. A lógica é viver da política e não para a política. Como salientou Weber há dois tipos de políticos os que vivem para ou da política (s.d.: 20), e aqui são estes que pontificam.

A caracterização do Estado pós-colonial⁽¹⁴⁾ assenta na teoria neopatrimonialista, alicerçada na tradição weberiana. “O grau de patrimonialização dependeu de factores como o investimento das antigas metrópoles nos sectores económico e educacional e, sobretudo, da presença ou ausência de matérias-primas ou formas de energia procuradas pela economia mundial” (Venâncio, 2002a: 26).

Não importa tanto apurar as causas (divergentes), mas fazer o diagnóstico actual onde todas as teorias convergem num ponto: a excessiva personalização do poder político e a monopolização burocrática da vida civil (Venâncio, 2000: 89-96) que apenas traz riqueza para os actores políticos. Segundo Chabal e Daloz, a desordem actual é proveitosa para os detentores do poder⁽¹⁵⁾, que a souberam instrumentalizar de acordo com a sua própria ordem racional.

Em África, existe um Estado⁽¹⁶⁾ que serve para enriquecer a classe política, a qual tem legitimidade para o fazer desde que saiba redistribuir pelos seus clientes. O conceito de legitimidade não pode, pois, ser encarado à luz da cultura ocidental, mas convoca a especificidade cultu-

¹⁴ Curiosa é a comparação que o investigador e escritor angolano, Arlindo Barbeitos, faz a propósito do Estado Pós-colonial. No seu livro *A sociedade Civil, Estado, Cidadão, Identidade em Angola*, compara os regimes totalitários pós-coloniais à Alemanha nazi e escreve: “O paralelismo entre poderes e situações tão díspares quanto os da Alemanha facista e os da Angola pós-colonial perderá a estranheza se olharmos para cada constelação a partir do ângulo da arbitrariedade, da violência e das respectivas consequências sobre a vida política e social dos dois países. Como a nossa experiência da pós-independência sobejamente o demonstra, a veracidade das palavras mencionadas acima não se resume à Alemanha hitleriana” (2003: 6).

¹⁵ Convém ter presente que o poder em África é sempre o produto de um confronto entre facções rivais, o que tem também um peso significativo na instabilidade institucional do continente (Bayard, 1991: 213-228).

¹⁶ Não esquecer que, mesmo não estabelecendo um novo paradigma, Chabal, em *The Power in Africa*, aborda a natureza do poder do Estado. Segundo este africanista, a natureza do poder do Estado mudou após a independência em três aspectos: 1) a noção de legitimidade do Estado; 2) a relação entre o indivíduo e o Estado e 3) a relação entre recursos e a acção do Estado (1994: 78-80).

ral africana. Esta rede de redistribuição, ou a denominada redistribuição clientelar é justificada, por alguns, como o retorno ao pré-colonialismo!

Mas a crise estatal¹⁷, que é fundamentalmente a causa da crise africana, deve-se, em boa parte, segundo José Carlos Venâncio (2000: 95 e 2002a: 22), ao Estado colonial que não soube fundamentar as estruturas necessárias à transição¹⁸, bem como à falta de vontade ou incapacidade dos governantes e das elites africanas para alterar a ordem das coisas. O mesmo é defendido por Tony Hodges. A fraqueza da capacidade institucional e dos recursos humanos não é, no entanto, a principal causa dos problemas de Angola (2002: 259). Como veremos mais à frente, para este autor, o problema de Angola reside na má gestão de um Estado predador, alimentado pelos recursos petro-diamantíferos (2002: 17). Arlindo Barbeitos corrobora esta ideia ao defender que “os colonizadores mesmo que guardem uma responsabilidade histórica que quantas vezes sacodem de si obscenamente, não podem continuar a abarcar bastante das culturas que nos incubem entretanto. De facto, não fomos capazes – e não só nós, angolanos – de conceber uma alternativa à sociedade colonial, autónoma, virada para si, sem ser angolanocêntrica, aberta e viável, pois apenas pusemos do avesso ou arrumámos de esguelha o padrão social que antes havia torcido a alma e o corpo” (2003: 34, 35).

Em Moçambique, o diagnóstico não é muito diferente. A década de noventa, do século passado, é considerada por José Diquissoned Tole “a era por excelência do clientelismo” (1995: 257). O Estado moçambicano actual tem características de corrupção que, para o antropólogo João Pina Cabral, “estão a ser altamente deletérias para a sociedade”. As raízes dos problemas com que actualmente se debate aquele país foram plantadas logo após a independência quando “não houve por parte dos governantes pós-independência capacidade de constituir uma verdadeira democracia em Moçambique, isto é, de alargar o Estado às populações que já tinham sido profundamente marginalizadas no Estado Colonial, ou seja: todos os que não estavam no sul” (Cabral, 2003).

¹⁷ Ilídio do Amaral, já em 1985, observa que o problema do Estado Moderno africano reside no facto de não ter surgido das tradições africanas (1985:66).

¹⁸ Neste sentido, Newitt (1997: 473, 474). Os acordos de Lusaca pecaram por não acautelarem o esvaziamento das estruturas, conduzindo a uma verdadeira implosão da máquina administrativa. De um momento para o outro o Estado ruíu e não foi substituído.

Qualquer análise histórica, por mais superficial que seja, demonstra que a corrupção sempre existiu. É um mal endémico, que infecta o Estado, corroendo as suas entranhas, em maior ou menor grau. A infecção jamais terminará. O perigo de recidiva estará sempre presente, mesmo que se utilizem fortes antibióticos e vacinas polivalentes. A corrupção não acabará. Erradicá-la é um lirismo. Seria necessário mudar primeiro a sociedade e, sobretudo, os interesses, a conduta e os anseios individuais.

A doença agrava-se (tornando-se crónica e epidémica) quando, como acontece em África, o Estado é fraco, confundindo-se, muitas vezes, com as oligarquias dominantes. Nestes casos, a profilaxia e o tratamento da epidemia pressupõem que o Estado⁽¹⁹⁾ se institucionalize, fortifique e abranja a globalidade do território; que a actividade política encontre a estabilidade necessária para o lançamento de programas de desenvolvimento sustentado, a médio e a longo prazo; que os políticos abandonem a miopia e a gestão egoísta e prossigam finalmente o almejado bem comum. Enfim: que se criem condições endógenas propícias ao investimento estrangeiro. Caso contrário, a corrupção continuará a ser um instrumento de enriquecimento dos líderes políticos e o tão desejado desenvolvimento africano continuará a ser uma miragem. É, portanto, imprescindível que os políticos africanos adoptem boas práticas governativas⁽²⁰⁾. Só assim poderão gozar de credibilidade junto da comunidade internacional e, em consequência, obter os instrumentos financeiros ne-

¹⁹ Em vez de um Estado “predatório e impotente” que não resolve os problemas e que em vez de criar e redistribuir riqueza a consome, terão de surgir formas de governo à escala nacional ou supra-nacional, capazes de superar a crise africana, como defende Chabal (1999, 67-84). No mesmo sentido, já se tinha pronunciado Davidson (2000: 311-312). Talvez, a recém criada União Africana possa constituir uma saída, uma força africana contra a marginalização do continente. Os africanistas mostram-se optimistas, mas ao mesmo tempo desconfiados.

²⁰ Um bom exemplo da ausência dessas boas práticas governativas é o caso do Zimbabwe, “onde já são milhares os que abandonam as suas casas em busca de comida ... Roberto Mugabe continua obstinado na sua paranóia de fazer uma pretensa reforma agrária à custa do futuro do seu próprio povo. Depois de umas eleições viciadas, onde reforçou o seu poder autocrático, Mugabe desvia agora, com a prisão dos fazendeiros brancos que se recusam a entregar-lhe as terras, as atenções da catástrofe que há-de vir: Em Dezembro, a fome poderá atingir o seu auge. A juntar à seca, a desactivação e desmantelamento das quintas (para uma demagógica entrega a pequenos agricultores negros) fará cair a pique a já depauperada produção agrícola ... o fim das explorações agrícolas ainda em funcionamento (fenómeno para o qual alertaram, sem nenhum efeito, várias organizações humanitárias) pode lançar o país no descalabro. Para Mugabe, porém, o que conta é a sobrevivência política por mais uns anos. Nem que para isso tenham de morrer mais uns largos milhares de compatriotas seus”. Cfr. Pacheco (2002).

cessários ao lançamento de políticas de desenvolvimento sustentável. Os fluxos financeiros da cooperação, bilateral ou multilateral, não podem continuar a alimentar a economia paralela, a clientela, a corrupção. O investimento tem que ser multiplicador, reprodutivo e não predatório. O cansaço da Ajuda, que caracterizou o final dos anos noventa, do século passado, é um sintoma claro deste circunstancialismo.

A globalização, também, já chegou a África, mas parece ser mais um entrave ao desenvolvimento: quem ganha são as multinacionais e assiste-se a uma *“recolonisation clandestine et collective, mais cette fois sans conquête territoriale; ceci pour assurer son intégration plus complète à l’économie mondiale”* (Diouf, 2002: 206). Uma recolonização que conta com a passividade dos governantes e das elites africanas, *“dont l’attitude est de considérer la mondialisation comme un phénomène tout à fait naturel, auquel il faut chercher à s’adapter. Alors qu’elle est conçue dans des officines où les Africains ne sont pas conviés. Il tarde à se développer sur le continent des mouvements d’observation et de résistance aux aspects négatifs de la mondialisation”* (2002 : 207, 208).

Os grandes poderes económicos transnacionais, resultantes ou maximizados pela globalização, são, eles próprios, muitas vezes, verdadeiras organizações criminosas, que vêm no lucro e na acumulação de riqueza a única regra de funcionamento. Uma nova forma de colonização invisível com efeitos ainda mais drásticos, seja porque os novos colonos não têm rosto, seja porque vêm disfarçados de progresso, de ajuda, de cooperação, seja porque gozam do beneplácito dos poderes estabelecidos. Muitas vezes “já não são os estados a pôr em concorrência as empresas, são estas que põem em concorrência os estados, decidindo fazer investimentos nos países que, pelo seu estado de indigência ou pela corrupção das elites dirigentes, estão dispostos a permitir impunemente destruições ambientais, danos para a saúde da população, exploração dos trabalhadores e dos recursos naturais, negação dos direitos e de garantias em matéria de trabalho e de ambiente” (Ferraoli, 2003: 11). Infelizmente, a realidade é pródiga nesses exemplos. De forma superficial, muitas vezes, chama-se-lhes apenas: deslocalização. Localizam-se nos Estados onde esperam obter mais lucros e onde a perspectiva de impunidade é maior.

Uma globalização essencialmente económico-financeira, que procura explorar a mão-de-obra barata para maximizar os seus lucros, não poderá deixar de ter reflexos negativos. A concorrência está, à partida, viciada. Os países do *sul* nunca poderão competir com os países do *norte*. Os seus produtos acabam por não se impor nos mercados internacionais ou vêem os seus preços arbitrariamente fixados, sem qualquer relação com os custos de produção⁽²¹⁾. O *dumping* e a concorrência desleal são factores desta marginalização.

Na verdade, “as regras do comércio mundial não estão adaptadas à realidade, pouco competitiva, dos países menos desenvolvidos” (Fernandes, 2002: 15,16). Em suma, só uma globalização social poderá ser o verdadeiro factor de desenvolvimento. A modernização terá de fazer-se à escala global e não excluindo as tradições, por forma a “alcançar um destino especificamente humano” (Appiah, 1997: 150).

1.1. A corrupção nos países africanos: os casos de Angola e de Moçambique

Na era da globalização, os países africanos ainda não conseguiram encontrar uma saída para o estado a que foram votados pelo Estado pós-colonial. Nem o Estado Providência, nem o Estado Minimalista, conseguiram ser o ambicionado motor do desenvolvimento. O que ainda hoje persiste em África é um Estado neo-patrimonial, onde o egoísmo, a injustiça e a corrupção acabaram por se tornar virtudes (Eyene Mba, 2001: 11). O Bem próprio está acima do Bem comum, constituindo um entrave ao desenvolvimento. O africano não consegue caracterizar-se como um ser com uma dimensão ética e jurídica. Para Eyene Mba “*Cette errance (ou brisure) de la conscience éthique et juridique se manifeste à travers l'égoïsme des classes politique et de certains intellectuels...*” (2001: 10).

Se, por um lado, a crise africana tem contornos endógenos complexos, por outro lado, existem factores exógenos que asfixiam África. O modelo de desenvolvimento “ocidental” não se enraíza, seguindo aquele

²¹ Daí o aparecimento das Lojas de Preço Justo.

continente um caminho muito próprio. Com a desculpa da globalização, os países do *norte* criam, ainda, mais desigualdades: “*Ce phénomène économique entrave le développement des pays du sud. Sous le vocable de mondialisation se cache un système économique qui engendre d’énormes disparités entre nations*” (2001: 179). Os detentores do poder criam fronteiras económicas para, simplesmente, reforçarem as suas economias. A total liberdade de mercado não existe⁽²²⁾, continuando a verificar-se medidas proteccionistas⁽²³⁾, no que toca ao comércio internacional.

A África subsariana atravessa “um processo de marginalização” (Venâncio, 2002a: 21) e depende cada vez mais da vontade político-económica dos países do *norte*⁽²⁴⁾. E se antes os países africanos tinham dúvidas agora têm dúvidas⁽²⁵⁾.

Para reduzir os efeitos perversos desta globalização, António Custódio Gonçalves advoga que “é necessário e urgente a integração e a adequação da racionalidade económica e da inovação tecnológica com a criatividade do desenvolvimento, os sistemas normativos de valores africanos, numa

²² Acresce que, apesar de alguns benefícios, o capitalismo neo-liberal “também quer abolir meticolosamente o Estado democrático, enfraquecendo-o, marginalizando-o e substituindo-o por uma plutocracia que exerce o seu poder em nome daquilo que alguns designam por «monarquia do dinheiro». A plutocracia considera-se legitimada por essa «mão» supostamente «invisível» que controla o mercado, pela concentração das empresas que domina e pela dimensão dos lucros obtidos através da especulação financeira” Barroso (2002). Não será, portanto, este modelo a chave para os problemas da humanidade. Segundo Bernard Founou-Tchuigoua “está ainda por inventar a forma de democracia que seja complementar de um desenvolvimento socio-económico em benefício das classes populares e não apenas para sair do «quarto-mundismo»” (1997: 9).

²³ Não só as medidas proteccionistas mas também o “*dumping*” deixa os países menos competitivos, sem capacidade concorrencial.

²⁴ Acontecimentos recentes como o 11 de Setembro (2001) e agora o 11 de Março (2004) devem contribuir para o repensar de toda a política/cooperação mundial. O terrorismo não se combate com armas, exércitos poderosos, ou restrições ainda mais severas dos direitos fundamentais, mas com a eliminação das condições que propiciam o seu aparecimento. Da mesma forma, também, os fluxos migratórios devem ser combatidos através da erradicação das suas causas (por demais conhecidas, como a pobreza e a exclusão social) e não mediante políticas repressivas, como, por exemplo, sanções, muros e arame farpado. Na verdade, “cada dólar e cada euro aplicados à criação de factores de desenvolvimento sustentável em África, Ásia, ou América Latina, produzem mais resultados positivos, pela mobilização social pacífica que induzem, do que mil dólares ou euros gastos no combate militar directo ao terrorismo” (Marques, 2002). Apesar disso, o 11 de Setembro conduziu à recente guerra do Iraque. Não vamos analisar as motivações, pois, o facto é complexo (ou nem tanto, podia resumir-se à ambição do homem pelo poder), mas apenas constatar que está imposta uma nova ordem mundial.

²⁵ A conversão ao capitalismo selvagem não resolveu os problemas de África. De “socialistas aldrabões” passaram a “capitalistas aldrabados” (Couto, 2000: 98).

interacção construcionista e complementada da tradição e da modernidade” (2002a: 9). Não se pode continuar a alimentar “a subjugação das identidades e dos direitos humanos às leis do mercado” (2002a: 9). As premissas da modernidade, racionalidade económica e inovação tecnológica, não podem estar só ao serviço do capitalismo, ou melhor, do ultra-liberalismo (terminologia escolhida por Adelino Torres para denominar a era actual). Adelino Torres preconiza a morte do ultra-liberalismo que só conduz ao caos. “O tempo encarregou-se de demonstrar o carácter ilusório e apressado do ultra-liberalismo mais extremo, o qual repousa sobre uma amálgama de correntes, contradições lógicas e postulados não demonstrados” (1998: 188). Provavelmente, como defende Boaventura Sousa Santos, será necessário uma nova utopia (1999: 278-279).

Cada vez mais dependentes da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), os países africanos teimam em não sair da crise. Uma profunda crise caracterizada por uma economia muito débil, por uma forte instabilidade política e consequentemente pela marginalização na cena política internacional, onde a incerteza e a instabilidade constituem obstáculos ao desenvolvimento e criam um vasto campo de manobra apetecível para aventureiros oportunistas e marginais. Alguns africanistas acreditam que para este diagnóstico não existe um receituário imediato. Depende da vontade política quer dos dirigentes africanos quer da comunidade internacional. “O motor externo do crescimento de África está avariado por muitos anos. Mas o debate sobre o continente pode fechar-se no economismo quando ronda o caos? Nuns quarenta países da região subsariana, a crise económica e a política do Estado põem em perigo a própria noção de progresso” (Founou-Tchuigoua, 1997: 66).

A independência formal e os milhões investidos não se traduziram em progresso, nem em qualidade de vida para os seus cidadãos. O pseudo Estado Minimalista não permitiu a emancipação dos países do *sul*, porque os actores políticos estiveram sempre mais preocupados com o enriquecimento pessoal do que com o bem comum (Eyene Mba, 2002: 9 e ss). O Estado é, desde logo, o primeiro obstáculo ao desenvolvimento, e onde reinar a arbitrariedade e a desordem⁽²⁶⁾, a própria corrupção será

²⁶ Segundo Patrick Chabal e Jean Pascal Daloz, África vive o paradigma da instrumentalização política da desordem. Estes africanistas analisam o “desenvolvimento africano” à luz deste paradigma na obra

o motor de funcionamento do Estado. Como salienta o escritor angolano Ruy Duarte de Carvalho, em *Actas da Maianga*, o Estado é o factor maior da crise africana. “... a nossa crise, tal como a que assiste à grande maioria dos países africanos, para não dizer do terceiro mundo, é um elemento concomitante à própria formação do Estado do país independente que passámos a ser porque é fundamentalmente uma crise de Estado, quer dizer, o próprio Estado é o cerne da crise, o factor maior da crise é o próprio Estado” (2003: 141). A corrupção é ao mesmo tempo a causa e o efeito. Ela só existe porque as desigualdades sociais são cada vez mais fomentadas pelos mecanismos económico-sociais.

Em África, a corrupção⁽²⁷⁾ é o selo de muitas transações comerciais, tendo como remetentes e destinatários os elementos de toda a sociedade. É o mundo informal que faz caminhar o formal. Para Christine Messiant a prática do informal e da corrupção reflectem a gestão administrativa da Política, que chega a estimular a economia informal como meio de subsistência daqueles que não têm acesso à corrupção, praticada pelos funcionários do Estado. Esta foi a solução encontrada para o Estado solucionar alguns aspectos que não consegue resolver (1999: 78, 79). Mais uma vez, as classes dirigentes estão apenas preocupadas com “o seu enriquecimento pessoal em transacções comerciais de sentido duvidoso e em volumosas remessas de dinheiro para fora dos seus países... Angola é um exemplo provado de corrupção desenfreada” (Pacheco, 2000: 100).

Para alimentar o sector informal e por consequência, também, o mundo da corrupção (sobretudo a grande corrupção ligada aos negócios internacionais), tem de haver financiadores. Segundo George Moody-Stuart (para quem este tipo de corrupção é um dos factores que incidem mais negativamente no desenvolvimento do chamado terceiro mundo) os “pagadores” são os países do *norte*. Assim, a iniciativa de reduzir o fenómeno deveria partir destes. Moody-Stuart constata que não existe

África Camina – a desorden como instrumento político, Barcelona: Edicions Bellaterra (2001).

²⁷ A corrupção é considerada, pela maioria dos especialistas, como um factor devastador do desenvolvimento económico e, logicamente, democrático, mesmo nos países desenvolvidos. A mensagem da Transparency Internacional começa por afirmar: “Corruption is present in almost any country, but has the most devastating effects in developing economies, because it hinders any advance in economic growth and in democracy”, in *Corruption Integrity Improvement Initiatives In Developing Countries*, www.undp.org/dpa/publications/corruption/index.html (2002).

vontade, nem determinação para isso, caso contrário, em três anos conseguiriam resultados extraordinários, bastaria, apenas, seguir algumas das soluções que aponta em *La Gran Corrupción*⁽²⁸⁾ (1994: 49 e ss). Só que a grande corrupção, também, ultrapassa a fronteira africana. Desde a Europa de Leste à América Latina, o fenómeno é uma teia complexa, impossível de destruir e difícil de controlar.

O conceito de corrupção, entendido como no ocidente, pode ser até socialmente legítimo em África, dadas as suas especificidades culturais, “... *en cual hay muy poca institucionalization significativa, la noción de corrupción, tal como se entiende habitualmente en las sociedades occidentales, tiene pouco significado*” (Chabal e Daloz, 2001: 157). Em África, este tipo de crime não está confinado às elites políticas e económicas. “*Todo el mundo, en todas partes, trata de obtener beneficios*” (2001: 132), operando essencialmente de acordo com as relações verticais de desigualdade.

“A produtividade do fracasso económico” é visível em África. Apesar de conter em si um paradoxo, esta ideia é defendida pelos autores de *Africa Camina*, que advogam que os actores políticos e económicos estão a tirar partido da crise. Instrumentalizaram a desordem, fazendo da corrupção a chave de funcionamento desse paradigma e são os únicos que tiram proveito disso. Preferem uma vida luxuosa e contas no exterior, ou seja, o enriquecimento pessoal, do que o enriquecimento colectivo, contrariamente ao que sucede na Ásia “*si la prosperidad material há sido sempre admirada en Asia, a menudo el exceso de opulencia se considera de mal gusto*” (2001: 153). A visibilidade da corrupção não constitui um problema sério para os africanos, daí que, em certa medida, ela é legitimada pela própria sociedade, desde que todos beneficiem⁽²⁹⁾.

²⁸ Uma das soluções passaria, segundo este investigador, pela criação de um Código Voluntário, onde ficaria estabelecida a percentagem a dar aos intermediários nos negócios. Mas, não seria isto, de certa maneira, uma forma de legalizar este tipo de corrupção?

²⁹ Paradigmáticos são os casos verificados na sociedade portuguesa, de Pimenta Machado (presidente do Vitória de Guimarães) e de Fátima Felgueiras (presidente da Câmara de Felgueiras). Os alegados corruptos são aplaudidos pelo povo. Em regiões mais pequenas, onde supostamente existem ligações perigosas entre o mundo do futebol, da política e da economia (v.g. construção civil), o povo aplaude mesmo os que alegadamente cometeram actos ilícitos. Provavelmente, o receio de perderem o emprego fá-los, a maioria das vezes, ter estes comportamentos injustificáveis. O normal seria que esperassem o desfecho do processo judicial para, então, vitoriarem, aplaudirem, ou condenarem os seus “ídolos”.

Como foi referido anteriormente, há africanistas que dizem tratar-se de um retorno ao período pré-colonial. Serão reminiscências da tradição? Será possível fazer alguma analogia com a legitimidade do chefe tradicional, figura de prestígio, referência social, que podia usufruir dos melhores bens, das mais belas mulheres e a quem os membros da comunidade deveriam oferecer as suas dádivas e o seu trabalho? O chefe, por sua vez, para demonstrar o seu poder social e consequentemente para se fazer respeitar oferecia à comunidade festas abundantes? Não será uma forma de redistribuição para continuar a ter a sua plataforma de apoio social⁽³⁰⁾? Não estarão aqui presentes características do *potlach* de Marcel Mauss, assente no dar, receber e retribuir – o sistema de prestações totais? (Mauss: 2001).

Os políticos têm de obter benefícios e alimentar os seus clientes. Não se trata de operar simplesmente no âmbito da economia paralela⁽³¹⁾, mas o que se procura atingir é a informalização de todos os sectores económicos. Se estas práticas são compatíveis com o crescimento macro-económico, com o desenvolvimento, são questões para as quais Chabal e Daloz ainda não têm resposta. Hodges afirma que a década de 90 revelou um claro aumento do fenómeno da corrupção e simultaneamente um progressivo diminuir do nível médio dos padrões de vida, atirando com as classes mais pobres para situações de pura sobrevivência. Curiosamente, Angola é um dos poucos países que apresentam “um contraste tão acentuado entre o potencial económico e a situação do seu povo” (2002: 17). Hodges acrescenta que os motivos da luta pela manutenção ou conquista do poder, que se arrastou durante quatro décadas, foram o petróleo e os diamantes. Isto é confirmado na década de 90, quando se assiste a um vazio filosófico, depois da “morte” do marxismo-leninismo. O factor económico é utilizado como meio de construção de uma base de poder e um exemplo pragmático é a Fundação José Eduardo dos Santos. O “etos do capitalismo selvagem criou formas extremas de venalidade no seio da elite contribuindo para um forte

³⁰ Quando o presidente da República Democrática de Angola, José Eduardo dos Santos, convida três mil pessoas para o casamento da filha, não é uma forma de “alimentar” a sua base de apoio?

³¹ O crescimento do mercado paralelo é desculpabilizado por alguns escritores, como Uanhenga Xitu, pela incompetência do Estado. “O mercado não era abastecido pelas vias competentes há muitas semanas e meses. Nada de nada. Passava-se fome” (1991: 210).

sentimento de decadência moral ou de crise de valores da sociedade” (Hogdes, 2002: 71). Em Angola, parece ser a corrupção que faz funcionar a administração pública, como observa Tony Hodges: “há quem diga que a prática de pagar gasosas “já se transformou num modo de vida nacional, com o beneplácito das próprias autoridades, embora a lei angolana sancione tal prática com dois a oito anos de prisão acrescida de multa”. Os professores, por exemplo, cobram por vezes propinas ilegais para matricular os alunos nas escolas públicas... São comuns as práticas semelhantes no Serviço Nacional de Saúde... Os funcionários de outros organismos que têm contacto com a população tiram partido da autoridade que possuem para extorquir dinheiro pela emissão de documentos como o Bilhete de Identidade, passaportes, cartas de condução, registos de automóveis, alvarás e licenças de actividades comerciais que sem uma “gasosa”, podem levar meses, ou mais, a ser emitidos. Um outro aspecto deste estado de coisas é a perseguição feita às pessoas pelos vários ramos da Polícia, cujos membros complementam o seus ordenados miseráveis com a imposição de multas privadas a motoristas, comerciantes e outros indivíduos que não possuem documentos necessários⁽³²⁾” (2002: 112). É a luta pela sobrevivência que leva ao crime de corrupção. Os baixos salários da função pública podem até constituir um argumento, mas até quando? Questiona o escritor angolano Uanhenga Xitu: “Mas até quando? Quanto ganha um agente da Polícia? E o enfermeiro? O médico quantas vezes deram-nos com factos vergonhosos de ver médicos a andarem a pé do Musseque do Cazenga ao Prenda, com sapatos sem sola e camisa a pedir descanso, acontecendo o mesmo com os professores que passam mal a ponto de se socorrem de boleias dos alunos e de vendas de notas dos exames? Quando é que se pode esperar dar uma boa justiça quando os seus agentes nem têm para uma refeição nem casa para dormir? Que prestígio se pode dar a um Juiz ou a um agente de Procurador da República⁽³³⁾? Claro, tem de utilizar os métodos que se ouve falar de alterar o equilíbrio da

³² Todas estas formas de corrupção são também denunciadas em O Ministro, de Uanhenga Xitu.

³³ A corrupção invadiu também a própria Justiça. Em *O Homem Quebrado*, de Jelloun, afirma-se até que a justiça está do lado dos poderosos. “A justiça também não gosta dos pobres, o poder não se encaixa nas pessoas honestas, e a Primavera quer lá saber das andorinhas. Já me vejo de algemas nos pulsos perante um daqueles inspectores especializados em interrogatórios violentos...” (1995: 123).

balança, recebendo desse e daquele a gorjeta ou a afamada “squebra”; (1997: 109). O escritor que fora da ficção é Mendes de Carvalho, deputado na Assembleia Nacional, defende que é necessária uma reforma na Administração Pública que passa pela “autoridade na gestão, controlo e fiscalização” (1997: 110).

Mas não é só de pequena corrupção que vive a sociedade angolana. Embora seja difícil de provar⁽³⁴⁾ e haja pouca informação documentada, socialmente a grande corrupção é dada como certa, estando “enraizada num sistema de Administração Pública caracterizada pela arbitrariedade e falta de transparência”. Hodges acrescenta, citando Maier, que a “imagem corrupta do regime me foi espelhada por um dito popular durante as eleições de 1992, segundo o qual «o MPLA rouba, a UNITA mata»” (2002: 113). Angola faz parte da lista dos países mais corruptos do mundo. Em 2000, a organização anti-corrupção Transparency International colocava Angola na sexta posição entre os noventa mais corruptos do mundo incluídos no seu índice anual relativo à corrupção. Em 2003, Angola surge já na quinta posição.

Embora nos seus discursos oficiais, o presidente se mostre preocupado com esta imagem e realidade do país, o que é certo é que nunca concretizou as medidas previstas na lei 10/96, de Abril de 1996, que institui a Alta Autoridade para a Corrupção. Em 2003, ainda não passa de mais uma intenção.

Hodges não acredita que o fim da guerra venha alterar, por si só, o cenário. Os interesses associados ao acesso às receitas petrolíferas do Estado continuam a ser um obstáculo à reforma. Hodges advoga, no entanto, que estão criadas condições para uma nova perspectiva de progresso. A guerra civil já não é mais um alibi para a má gestão e para a restrição das liberdades democráticas. “Por outro lado, (a paz) aumenta as expectativas de uma vida melhor e pode destruir os grilhões psicológicos do fatalismo e do medo. Finalmente, torna possível a mudança de paisagem política, diminuindo a bipolarização da política angolana que, até agora,

³⁴ Como fenómeno criminal, passado normalmente no domínio restrito do corruptor e do corrompido, a corrupção é difícil de provar. Ambos têm interesse no “negócio” e, por isso, nenhum dos intervenientes denuncia. Falar seria assumir a culpa. O que, obviamente, não se quer. Daí a divergência gritante entre a criminalidade real e a criminalidade detectada, investigada, perseguida e punida.

barrou a emergência de uma oposição civil credível com uma agenda de mudanças progressivas” (2002: 267).

Só o futuro poderá confirmar ou desmentir o optimismo de Hodges. Em Moçambique, o terminus da guerra civil não trouxe, todavia, o fim do clientelismo, a transparência e legalidade na Administração Pública, nem retirou aquele país das listas dos mais corruptos e mais pobres do mundo. Como salienta José Diquissoned Tole, na sua tese de mestrado, a década de noventa só veio agravar o clientelismo e a formação da Classe-Estado só veio contribuir para reforçar um Estado predador (1995: 257). O antropólogo João de Pina Cabral encara o futuro de Moçambique com pessimismo. Em entrevista ao jornal *Público*, de 17 de Julho de 2003, salienta que se está a “assistir a uma repatriomonalização do Estado com a constituição de grandes fortunas e com a atribuição de enormes latifúndios, não só a figuras do regime como o Gebusa, Marcelino dos Santos, ou outros, mas a grandes interesses financeiros nórdicos⁽³⁵⁾”.

Certo é que a corrupção não tem desempenhado um papel libertador. A independência formal não se materializa. A dependência face aos países do *norte* é cada vez maior. Há países estrangulados pela dívida. 37 países são considerados casos insustentáveis, para os quais o Banco Mundial aprovou medidas específicas.

A dependência externa, tal como a corrupção, seria à partida um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento económico, mas esta também é produtiva, para os detentores do poder e para os seus clientes. “Na realidade, resulta claro que a dependência é a condição estrutural dos países africanos e que se converte numa parte integrante do funcionamento dos sistemas económicos e políticos”, constituindo a dependência uma restrição e um recurso. Uma restrição na medida em que a Ajuda Internacional impõe condições (os chamados condicionalismos políticos ou económicos, na maioria das vezes não controlados), e um recurso, porque dota o Estado de meios financeiros que de outro modo não teria acesso. Os autores de *África Camina* alertam para a possibilidade de algumas elites africanas estarem a negociar internacionalmente a de-

³⁵ João Pina Cabral refere-se a países como a Noruega, a Suécia e os EUA, que diz ser quem realmente suporta o Estado Moçambicano em troca da concretização de interesses económicos e geopolíticos.

sordem, o crime e a violência, como formas de sobrevivências política e mesmo pessoal. Luigi Ferrajoli, no seu artigo sobre Criminalidade e Globalização, advoga que, actualmente: “as verdadeiras «classes perigosas» já não provêm dos estratos marginais, mas sim das elites dirigentes, económicas e políticas” (2003: 11, 12).

As actividades ilícitas seriam a fonte de rendimentos necessários à sua manutenção política, até porque estes dirigentes têm poucas cartas políticas legítimas para esgrimir (Chabal e Daloz, 2001: 132). O Ajustamento Estrutural foi também instrumentalizado pelas elites africanas e com êxito, pelo menos, em dois aspectos: primeiro, os dirigentes têm agora um bode expiatório para o fracasso, o Banco Mundial; segundo, continuam a ter uma fonte de receita externa.

O destino dessa receita é muitas vezes questionado, dado que os resultados práticos não são, como seria de esperar, visíveis. O povo angolano continua na miséria e o ano de 2003 registou o seu pior nível de desenvolvimento humano dos últimos sete anos, apesar do fim da guerra e do renascer da esperança, em 2002.

A Organização de direitos humanos Human Rights Watch (HRW)⁽³⁶⁾ denuncia que “mais de 4, 2 mil milhões de dólares – cerca de 3,1 milhões de euros – desapareceram dos cofres do Estado Angolano entre 1997 e 2002”. Numa investigação levada a cabo por aquela organização são revelados, curiosamente, dados do FMI – Fundo Monetário Internacional que eram confidenciais⁽³⁷⁾. A HRW acusa o governo angolano de ter desperdiçado elevadas somas através da corrupção e má gestão.

A falta de transparência, a má governação e a indisponibilidade demonstrada para a realização de eleições livres, dois anos após a morte de Jonas Savimbi – antigo líder da Unita – constituem fortes entraves ao desenvolvimento sustentado. A leitura da Organização da HRW vai mais longe ao afirmar que “os responsáveis receiam que, pelo facto de o Governo não ter dado respostas às necessidades da população, não terão

³⁶ Conforme notícia do jornal *Público*, de 14 de Janeiro de 2004, intitulada “As provas do desaparecimento de 4 milhões de dólares das contas de Luanda”.

³⁷ O FMI fala no desaparecimento de cerca de 700 milhões de dólares por ano e “atribuiu esse desaparecimento a má gestão, à recusa do governo em disponibilizar informação exacta sobre as suas contas e à corrupção”. A falta de transparência do governo angolano é apontada como um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento humano (in jornal *Público*, 14 de Janeiro 2004).

condições para manter o poder, se os angolanos tivessem possibilidade de escolha⁽³⁸⁾”.

Entre os aspectos destacados pela HRW, no seu relatório, escreve Ana Dias Cordeiro, “estão as ameaças de Luanda aos países onde foram iniciadas investigações sobre casos de desvio de fundos públicos em benefício privado” (2004). A corrupção parece estar assim na origem do extravio dos dinheiros públicos. Negócios pouco transparentes resultantes da exploração do petróleo.

85% das receitas públicas de Angola provêm do petróleo, tendo sido de 17,8 mil milhões de dólares o total de receitas registadas entre 1997 e 2002. Segundo o relatório da HRW, 4,22 mil milhões foi a falha detectada pelo FMI entre as receitas petrolíferas e as contas apresentadas pelo governo angolano. O relatório refere ainda que 970 milhões de dólares foram gastos na compra de armas.

Alex Vines da HRW realçou que “nunca em nenhum país como agora em Angola se havia detectado uma tal magnitude de dinheiros desaparecidos, comparativamente a dimensão da população – 12 milhões de habitantes⁽³⁹⁾”. Resta saber se estamos no puro domínio da especulação, da verdade jornalística ou se estes relatórios e notícias têm uma base factual credível. Se assim não for, não se compreende a irritante passividade das instituições internacionais.

1.2. A Literatura e a denúncia da corrupção.

«A corrupção é um mal, um terrível mal, de que está infectando o nosso Continente e que vai, pouco a pouco, minando o seu desenvolvimento, pondo em causa mesmo a sua sobrevivência. O vírus da corrupção é uma doença que tem cura, desde que os Africanos, definitivamente se decidam pela sua extirpação. Para tanto, é preciso instituir meios e instrumentos legais que a previnam e reprimam os respectivos praticantes, criar órgãos e instituições que funcionem e façam aplicar correctamente

³⁸ cfr. *Público*, de 14 de Janeiro 2004.

³⁹ Cfr. *Público*, de 14 de Janeiro de 2004. Recentemente a imprensa nacional e internacional tem divulgado notícias comprometedoras do presidente José Eduardo dos Santos. Segundo o jornal *Expresso* de 24/01/2004, o Luxemburgo confirmou à justiça helvética que o presidente angolano possui naquele país uma conta secreta de 53 milhões de dólares, que estaria relacionada com as comissões sobre a renegociação da dívida angolana à Rússia, onde o negociante de armas Pierre Falcone foi interveniente.

todas as leis e medidas anti-corrupção, e sobretudo, que a sociedade civil assuma o seu papel de “olho vivo” da nação, lutando pela transparência da actividade administrativa e pública, fiscalizando as práticas dos agentes públicos e denunciando os desvios e os actos de corrupção de que tome conhecimento.»

— DAVID HOPFER, “A corrupção – suas consequências”⁽⁴⁰⁾

A denúncia da corrupção é, hoje em dia, uma necessidade imprescindível à manutenção dos sistemas democráticos. Convictos de que a corrupção poderá abalar os fundamentos da própria democracia⁽⁴¹⁾, alguns políticos, jornalistas, escritores, intelectuais, entre outros, não a têm silenciado, fazendo da sua arte um importante instrumento de denúncia. Sem essa denúncia o sistema seria lentamente corroído e os valores que o integram subvertidos e aniquilados. A legalidade, a transparência, a igualdade, que devem pautar o relacionamento com a Administração Pública, dariam lugar à peita, ao suborno, ao tráfico de influências e à extorsão. A igualdade de direitos e de oportunidades ficaria comprometida. O direito, a razão, a racionalidade económica perderiam o seu vigor, dando lugar a lógicas obscuras e incontroláveis. O Estado de direito democrático ficaria enfraquecido se não mesmo comprometido.

Ao longo dos tempos, encontramos muitos exemplos paradigmáticos da utilização da literatura como uma arma de denúncia da corrupção. É o caso emblemático de *O Homem Quebrado*, de Tahar Bem Jelloun⁽⁴²⁾, mas também de muitas obras em língua portuguesa, que de forma directa ou indirecta, a título principal ou acessório, focam o tema em questão.

⁴⁰ Comunicação apresentada no “Fórum Sobre Transparência e Corrupção” organizado a 8 e 9 de Outubro pela Assembleia da República de Moçambique e pelo PNUD, nesse país, pelo ex-ministro da Justiça de Cabo Verde.

⁴¹ Cfr. o sociólogo suíço Jean Ziegler no seu famoso livro *Os Senhores do Crime, As novas máfias contra a democracia* (1999: 253 e ss), que teve eco entre nós, no artigo de Cunha Rodrigues (ex-Procurador Geral da República e, portanto, testemunha idónea) também intitulado “Os Senhores do Crime” (1999). Segundo Ferrajoli, a “criminalidade do poder” abrange uma “fenomenologia complexa e heterogénea. Há formas variadas de corrupção e de apropriação da coisa pública, que parecem ter-se tornado uma dimensão ordinária dos poderes públicos... É um sinal de patologia das instituições e, precisamente devido ao seu carácter secreto, a expressão mais degenerada de uma crise do Estado de Direito e da própria democracia” (2003: 11).

⁴² Em bom rigor, como o autor adverte logo na introdução, o seu romance não é mais do que uma homenagem ao livro: *A corrupção*, de Pramoedya Ananta Toer, escritor indonésio.

Mia Couto, testemunha privilegiada da construção de uma “nova nação”, insere-se nessa cultura de denúncia⁽⁴³⁾, utilizando a escrita para desmascarar a manipulação de Moçambique pela “outra raça” : “Mas, na minha vila, havia agora tanta injustiça quanto no tempo colonial. Parecia de outro modo que esse tempo não terminara. Estava era sendo gerido por pessoas de outra raça” (*O Último Voo do Flamingo*: 114).

Pepetela, em *Jaime Bunda, Agente Secreto*, radiografa uma sociedade corrupta até à mais alta esfera política. Optando, aparentemente, por um género policial, denuncia os efeitos da corrupção (desigualdade social, impunidade...). Mas denuncia a quem, se a própria autoridade policial surge corrompida? Aqueles que deviam combater o mal estão, afinal, irremediavelmente infectados. A impotência da sociedade civil e a ausência de formas de combate e de controlo perante o fenómeno estão subjacentes ao longo de toda obra. A única esperança que resta, como veremos ao analisar o romance, é a escrita, ou seja, a denúncia. Mas, para isso, terá de existir uma comunicação social imparcial, independente, que esteja do lado do povo.

A corrupção motivou, e motiva ainda, a produção de centenas de romances. Para além destas duas obras, onde o tema é central, ambos os escritores noutros romances focam o flagelo. Mia Couto, no livro *Cronicando* dedica uma crónica exclusivamente à corrupção. “Carta entreaberta do corrupto nacional” é um texto irónico e de um humor surpreendente que denuncia a corrupção do Estado pós-colonial em Moçambique, mas sobretudo aponta o dedo acusatório aos jornalistas, que de certa forma são cúmplices com a situação, dado que não denunciavam, nem investigam! “Porque, em Moçambique, um corrupto mesmo pode desmoralizar. Uma pessoa entrega-se à sua vocação, aplica golpes por baixo do ventre nacional, rouba aos pobres para dar aos ricos, tudo isso para ser ignorado” (*Cronicando*: 177)⁽⁴⁴⁾. O próprio corrupto sente-se ignorado, pelo que “a carta” termina com um apelo: “Por isso, eu apelo ao público em geral: investiguem-nos, denunciem os nossos esquemas. Concedam-nos a atenção e seriedade que nos é devida. Não

⁴³ Mia Couto, escritor moçambicano, é biólogo, mas foi director da Agência de Informação de Moçambique, da revista *Tempo* e do Jornal de Notícias de Maputo, seguindo, aliás, as pisadas do pai.

⁴⁴ Couto, Mia, *Cronicando*, Caminho, 6.ª edição, 1991.

nos reservem o boato, que deixa tudo igual ao que já foi” (177). Do outro lado, na África ocidental, também Pepetela apela aos seus colegas escritores para denunciarem a falta de liberdade de expressão imposta pelo governo aos meios de comunicação social. Em 1999, aquando da entrega do Prémio holandês Prinz Claus, pelo conjunto da sua obra, Pepetela acusava a passividade dos escritores angolanos que nada faziam contra “o actual clima de intimidação aos jornalistas por parte de alguns sectores caducos do país... Nós, escritores, ficamos, de um modo geral, comodamente na retaguarda, esperando para ver” (Chaves e Macedo, 2002: 42, 43).

Apesar dessa alegada passividade, todavia, a corrupção é tema focado por um grande número de escritores angolanos e moçambicanos como, para referir só alguns, Manuel Rui, Sousa Jamba, Unhenga Xito, Ruy Duarte de Carvalho, inundando, assim, centenas de páginas literárias no final do século XX e inícios do século XXI⁽⁴⁵⁾. A sua identificação, inventariação, catalogação é mesmo uma tarefa quase inacabável.

Mas ao mundo retratado na literatura corresponde um mundo real? Será o relato da corrupção uma mera enfabulação, um simples devaneio criativo do autor ou corresponde ao propósito de denunciar factos reais, com intuítos pedagógicos e formativos?

“Por não atentarem nos complexos procedimentos de modelização concretizados na narrativa literária é que certas análises tendem a identificar, linearmente, personagens, espaços e acontecimentos do mundo

⁴⁵ Manuel Rui, por exemplo, em *Quem me dera ser onda*, “– Qual Instituto qual merda, bando de corruptos que arranjam casas só pròs amigos. Eu sempre paguei renda” (11). O próprio Direito, o garante da Justiça, não está imune: “Tudo tachistas como esse requerimenteiro que apanhou boleia na revolução e agora é juiz. Eu ao menos não apanhei boleia nenhuma. Em casa dele passa ovos, dendém, carne e ontem quatro “ramalho eanes”. Quando era “morteiro” eu vi três caixas. Se cada pessoa só tem direito a uma, como é que um juiz açambarca dessa maneira?” (42). Aliás, Inocência Mata insere esta obra de Manuel Rui numa “escrita de figuração satírica do real” à semelhança de *O Cão e os Caluandas*, de Pepetela (Mata, 1992: 37).

Em Sousa Jamba, são denunciados também os esquemas, e, sobretudo, o tráfico de diamantes: “Escuta, por favor! Um rapaz e um amigo fugiram ao serviço militar. Então decidiram construir uma jangada e fugir para Portugal. Bem já houve quem o fizesse, por isso acharam que também podiam fazer o mesmo. Depois de construírem a jangada, foram apanhados. Um foi para a prisão; o outro, o Silva, conseguiu safar-se e há seis meses que anda escondido. Nós queremos salvar o rapaz. Arranjou-se um passaporte falso para ele. Só tem de passar no aeroporto de Luanda com os diamantes – nós sabemos como é que isso se consegue – e de os entregar depois à tal Madame em Lisboa, e pronto. E também há de receber uma recompensa” (*Patriotas*: 278).

possível da ficção com personagens do mundo real”, alertam Carlos Reis e Ana Cristina Lopes, no *Dicionário de Narratologia* (2000: 245). A verdade dos objectos só pode ser equacionada dentro do mundo possível criado pelos processos de modelização artística. Indubitavelmente, “cada texto narrativo literário constrói o seu próprio domínio de referência, promovendo à existência um mundo possível ficcional. Os mundos ficcionais mantêm sempre uma correlação semântica com o mundo real, correlação essa que oscila entre a representação mimética e a transfiguração desrealizante” (2000: 246).

Embora não possa ser analisado divorciado do sistema semiótico que é a Literatura, o mundo textual mantém uma relação fundamental com o mundo real. Mas essa relação não pode ser orientada por uma concepção mimética, como bem defende Ana Margarida Fonseca. “Dependência e autonomia articulam-se, pois, na caracterização do mundo possível narrativo. Por um lado, o mundo ficcional constituiu-se no e pelo texto, e apenas deste modo, compreendendo-se, assim, os espaços «vazios» nele encerrados, ou seja, a sua incompletude. Por outro lado, devemos atender ao facto de o mundo textual ser uma macrounidade autónoma, ainda que tal não signifique a negação da relação estabelecida com o mundo real. Pelo contrário, esta relação é fundamental, mas não deverá ser confundida com uma orientação textual «especular», identificável com as concepções miméticas” (2002: 39). A concepção mimética dominou a história da literatura. Mas a mimese⁽⁴⁶⁾ é posta em causa pela teoria construtivista da cognição, rejeitando linearmente o apostolado de Platão e de Aristóteles.

O Formalismo, por um lado, e as teorias da recepção e as teorias cognitivas, por outro, dominam os estudos literários do século passado. O primeiro assume a obra de arte, neste caso literária, como um artefacto verbal autónomo, rejeitando qualquer contexto extratextual. O segundo não separa o texto literário do seu contexto produtivo e de recepção, nem da biografia do autor (dado que o processo de modelização do mundo artístico assenta na experiência do quotidiano), pondo, assim, em causa o dogma da autotelicidade do texto literário.

⁴⁶ Entenda-se mimese como representação literária do real. Para um estudo mais aprofundado recomenda-se a leitura da *Poética* de Aristóteles e da *República* de Platão, onde é abordada a *mimesis* como «imitação» do real.

As questões da referencialidade e representação voltam a ser essenciais nas reflexões sobre o literário. Pavel diz mesmo que se é possível abordar a obra literária reduzindo a componente literária limitada a efeitos intratextuais subordinados à estrutura narrativa, o contrário também é possível: “*nous pouvons aussi bien partir de la primauté de la référence et de la représentation, en leur subordonnant les structures narratives et les techniques du discours*” (apud Fonseca, 2002: 29).

Para Césaire Segre existe, inegavelmente, uma relação entre texto literário e mundo real. “A verdade é que a literatura especialmente narrativa instituiu simulacros da realidade: mesmo se os factos que expõe não têm real consistência, não deixam de ser eles, porém isomorfos de factos ocorridos ou possíveis” (1999: 11).

Se se trata de simulacros ou de mundos possíveis, é inegável que a obra literária “é o produto duma relação dialéctica entre o seu criador e a sociedade onde ele se insere” (Venâncio, 1990: 109) e os mundos ficcionais não se constróem nem funcionam “fora de uma relação com o mundo de referência de autor e leitores; pelo contrário, solicitam e evocam esta relação, tornando-a inevitável no processo de comunicação narrativa” (Fonseca, 2002: 43). Para que haja comunicação narrativa, o leitor tem de apreender do texto figurações que accionem as suas recordações. Francisco Soares, ao elaborar a *Autobiografia Lírica de M. António*, advoga que “um poema, por mais fantástico, nunca deixa de funcionar precisamente porque é possível, a partir das nossas recordações, acompanharmo-lo na composição das suas referências em vez de o imaginarmos a descrever-nos as experiências do autor” (1996: 53). “A presença da realidade na poesia é sempre a presença do possível ou do verosímil, em tal facto assentando a adopção suíça da teoria dos mundos possíveis de Leibniz – e a própria teoria leibniziana”, conclui Francisco Soares (1996: 53).

De facto, já Fernando Pessoa afirmava que “o poeta é um fingidor”, pelo que não se devem tomar as referências textuais como vivências do autor. Elas são, no entanto, constituintes de mundos possíveis, moldados através da percepção que o autor tem do real. Mas se isto é válido no que diz respeito à poesia, onde a criação literária é ainda mais particular, na narrativa, concretamente no romance, não se pode cortar o cordão um-

bilical com o real. Os defensores do realismo preconizavam mesmo que “sem experiência nada se faz em literatura. Nada se faz sem uma larga experiência resultante de um esforço deliberado de chegar à compreensão das pessoas, as suas ideias, emoções, razões de conduta” (Lima, apud Reis, 1981: 187).

O escritor Teixeira de Sousa, em entrevista a José Carlos Venâncio (1992: 75), diz que as suas personagens têm uma relação directa com as pessoas que conheceu e interroga mesmo “Qual é o escritor que não cria as suas personagens a partir de pessoas conhecidas e muitas vezes, como é o meu caso, há personagens minhas que são cocktail de duas, três quatro pessoas conhecidas”. Observação importante é também aquela que Pepetela, ou melhor, o narrador de *O Cão e Os Caluandas* faz ao referir-se ao dilema de um historiador, neste caso historiador/romancista, quando diz: “... a sua versão pode estar completamente errada, mas vai sempre influenciar no futuro qualquer análise sobre os acontecimentos que narra. Já o Heródoto o sabia ao enfiar as suas Kíbuas que até hoje continuamos a engolir” (1985: 94). Isto demonstra a importância que o mundo ficcional detém ao contribuir para que o leitor construa a sua própria imagem do mundo real. Poderíamos concluir que o autor é influenciado pela realidade e influencia o mundo real quando cria o seu mundo ficcional.

Na ficção pós-independência, na opinião de Pires Laranjeira, “é muito difícil não existirem marcas referenciais que remetam para lugares, coisas, pessoas, linguagens, factos ou tempos concretos. Nesse jogo, entre a ilusão do real concreto e o concreto da ilusão ficcional a ideologia do enraizamento, enquanto modo de identidade, crava no texto as suas garras” (1995: 164).

Não se pode abordar as questões de referencialidade do texto literário sem focar o realismo – até porque as obras em análise neste trabalho, ou melhor, os seus autores (sobretudo numa primeira fase) são enquadradas pela crítica literária no chamado *realismo socialista*. Aliás, o realismo na literatura africana contém um lugar incontornável na história das independências. No romance africano, o realismo tornou-se num meio para os africanistas corroborarem as suas teses de autenticidade cultural: “*Les africanistes attendirent des écrivains noirs un «témoinage*

du dedans», la peinture de l'aspect profond des traditions et de l'esprit des civilisations noirs. Ils cherchèrent dans les oeuvres romanesques la corroboration de leurs thèses sur l'authenticité culturelle africaine, l'illustration des possibilités d'évolution des civilisations noires. Pour ce faire, le réalisme devient un moyen" (Kane, 1982: 60).

Na opinião de Kane, o exotismo foi substituído pelo realismo social e este instituiu-se como uma tradição (1982: 61). No seu estudo sobre a tradição no romance africano, que se centrou sobretudo no espaço francófono, observa, ainda, que o realismo é uma herança tradicional e moderna, ao mesmo tempo, da qual os escritores africanos dificilmente conseguem fugir (1982: 79). Na verdade e como constata Pires Laranjeira, verifica-se, também, que na literatura pós-colonial lusófona "há uma corrente de herança neo-realista, geralmente levada a cabo por escritores com uma longa vivência do fascismo em Portugal, e do colonialismo, em África, e outras, menos neo e mais castiça ou costumbrista" (1995: 164).

Apesar do modernismo português, a partir dos anos 20, "ter reverberações nas colónias", Hamilton também advoga que a influência do neo-realismo foi "mais ampla e profunda" (1975: 44). Era uma corrente literária que combinava a consciência social com a reportagem estilizada. De facto, serviria os propósitos do nacionalismo, da luta contra a opressão do colonizador. Os anos quarenta, em termos de estética literária, tiveram como suporte o neo-realismo.

A função do realismo social nos países subdesenvolvidos – vulgo terceiro mundo – acaba por ser chamar atenção para os aspectos negativos da tradição, bem como da modernidade, como pensamos poder constatar com o *corpus* da nossa análise.

Sem questionar o conceito, que se poderia tratar sob duas perspectivas: por um lado, uma corrente literária verificada em determinada época, ou por outro lado, num sentido mais abrangente, um termo que procuraria descrever uma atitude geral de aproximação da obra literária ao mundo exterior – o que tem gerado mais imprecisões quanto à sua definição⁽⁴⁷⁾ –, apenas devemos salientar que entendemos o realismo artís-

⁴⁷ O realismo não deve ser entendido como uma simples descrição do real. Como salienta Manuel Campos Lima, em *Textos Teóricos do Neo-realismo Português*, "na arte como na Literatura, a obra que se limite a «fotografar» a realidade mais não faz do que produzir em pobreza de arte, riqueza de vida. A

tico dentro de uma perspectiva comunicacional. Como refere Ana Maria Fonseca em *Projectos de Encostar Mundos*: “O que se apresenta como fundamental será a integração dos textos num paradigma comunicacional, defendendo a ideia de o realismo não é uma propriedade intrínseca ao texto, mas antes uma qualidade dependente da relação dialógica estabelecida entre autor e texto, texto e leitor, autor/leitor e mundo(s), texto e mundo(s)” (2002: 61).

Já em 1952, João José Cochofel focava, na revista *Vértice*, a importância do leitor: “E se o público se alheia da arte, adeus comunicabilidade entre o artista e o público, e – consequentemente – adeus missão social do artista” (apud Reis, 1981: 193).

Como se constata a relação da obra de arte com o real é muito complexa. Tão complexa quanto o seu criador, o ser humano. Mas a complexidade da triologia Autor – Obra – Leitor torna a Arte um fascínio – para quem analisa – e a literatura, em particular, numa aventura gratificante, mesmo que incompleta.

Ao partirmos para a análise sociológica⁽⁴⁸⁾ das obras literárias *O Último Voo do Flamingo*, de Mia Couto, e *Jaime Bunda – Agente Secreto*, de Pepetela, pomos de lado a obra como um “facto social”, para a tomarmos como uma fonte de informação. Neste caso, uma fonte que ajuda a compreender o fenómeno da corrupção no Estado pós-colonial, através da visão de dois escritores de referência nas literaturas africanas de expressão portuguesa. Ao tomar a obra literária como uma fonte de informação

pura imagem fotográfica, com efeito, esvazia a vida do seu conteúdo dinâmico e retransmite-a parada. Isto equivale a dizer que o conteúdo da vida ou a própria vida desapareceram e apenas fica uma forma sem conteúdo” (1981: 75). No romance realista há um compromisso do escritor com a realidade exterior, mas “não é só observar a realidade do exterior”. “O realismo humanista... toma contacto com a realidade e age dentro dessa realidade. É acção pela arte. O que interessa ao realismo humanista não é a natureza isolada. É a natureza e o homem”, defendia Mário Ramos em 1939 (apud Reis, 1981: 49). Na verdade o realismo e o neo-realismo geraram alguma polémica no século XIX e na primeira metade do século XX – sobretudo em Portugal. Se quisermos situar no tempo o realismo como corrente literária, a tarefa é, pois, relativamente fácil, mas na outra acepção – a proximidade do texto com a realidade – “as dificuldades surgidas desafiam a construção de uma teoria do realismo que, em grande parte, permanece por realizar” (Fonseca, 2002: 48).

⁴⁸ Como não é objectivo debruçarmo-nos sobre questões de teoria da literatura, no que diz respeito às questões de referencialidade, recomenda-se a leitura de *A Autobiografia Lítica de M. António – Uma Estética e Uma Ética da Crioulidade Angolana* de Francisco Soares, bem como *Projectos de Encostar Mundos*, de Ana Maria Fonseca. Esta última pela visão sintética e histórica da evolução dos Estudos Literários neste domínio.

pretende-se não cair no erro de esquecer que essa informação não caracteriza o real, mas necessita de ser codificada.

02. A CORRUPÇÃO DUAS VISÕES LITERÁRIAS

2. A CORRUPÇÃO NA LITERATURA MOÇAMBICANA E ANGOLANA PÓS-COLONIAL

“A produção literária é acima de tudo o trabalho de artistas que procuram expressar-se numa forma literária. Mas se quisermos compreender, inteira e comparativamente, a evolução da literatura moçambicana, devemos ser capazes de delimitar, de forma muito precisa, a influência desse contexto histórico. Nesse aspecto, temos de reconhecer que, em Moçambique, tal como em Angola, os factores políticos (nacionalismo e revolução) foram de extrema importância desde o início dos anos 60 até um passado muito recente.”

— CHABAL, Vozes Moçambicanas, Literatura e Nacionalidade

Abandonado o paradigma do nacionalismo, que dominou as décadas de 60, 70 e 80, do século XX, na África Lusófona, a literatura pós-colonial da actualidade, particularmente a da década de 90 e o início do presente século, tem como referentes outro tipo de preocupações.

No período pós-colonial⁽⁴⁹⁾, assiste-se à afirmação e, posteriormente, à consolidação das literaturas africanas. Como refere Patrick Chabal, em *Vozes Moçambicanas – Literatura e Nacionalidade*, “aqui o escritor africano já não está preocupado com o exorcismo do imperialismo cultural, mas antes em definir a sua posição nas sociedades pós-coloniais em que vive. Alguns focam a vida quotidiana; assim fazendo, fixam os olhos cri-

⁴⁹ Patrick Chabal considera quatro fases na evolução da literatura africanas: assimilação, resistência, afirmação e consolidação (1992a: 24, 25). O modelo de Chabal provavelmente adapta-se à realidade moçambicana, o mesmo, porém, não se passa em Angola bem como noutros países africanos. Chabal obnubila a literatura oral e a presença desta na literatura escrita.

As condições sociais que condicionam a produção literária são diferentes. A este propósito ver *O Facto Africano, Elementos Para Uma Sociologia de África*, de José Carlos Venâncio (2000: 84 e ss, 128 e ss).

ticamente nas falhas do seu país e consideram-se a si próprios como a voz da consciência e da moralidade” (1992a: 25).

“Tendo sido a questão da nacionalidade o referente mais importante do primeiro e segundo períodos⁽⁵⁰⁾”, o fim da Guerra Fria, o processo de democratização e a vivência da globalização, enquanto paradigma neo-liberal, na opinião de José Carlos Venâncio, provocaram uma ruptura com a produção literária anterior.

A nacionalidade que tinha andado de mãos dadas com a resistência e com a luta pela independência e que tinha tomado várias formas, começando pelo movimento de «negritude» (Chabal, 1992a: 24), para exaltar a força da África «Tradicional», vê-se confrontada, no paradigma neo-liberal, com novas preocupações “que são comuns às dos escritores do mundo inteiro” (Chabal, 1992a: 25).

A formação da literatura africana moderna é indissociável do fenómeno do colonialismo⁽⁵¹⁾ (Venâncio, 1992: 11) e se num primeiro momento, a elite africana – que tinha tentado imitar o colonizador, “absorvendo” a sua cultura, mas que não conseguiu um tratamento igual aos que eram da metrópole – estava mais preocupada com as questões de índole cultural⁽⁵²⁾, num segundo momento, as preocupações políticas foram centrais na produção literária e continuaram a marcar de forma mais acentuada a literatura pós-independência (1992: 13).

A mesma opinião é também partilhada por Pepetela. Num artigo sobre a génese da literatura angolana, o escritor angolano salienta três características dessa literatura, enraizadas no passado histórico: uma literatura essencialmente urbana (reflexo da vivência dos seus autores

⁵⁰ José Carlos Venâncio considera dois grandes períodos da literatura angolana. Inicialmente intitulados colonialismo e pós-colonialismo (1992), após as transformações sociais da década de noventa, reformulou a periodização, existindo novamente dois grandes períodos. Primeiro: a época da nacionalidade, que em termos históricos corresponderá à luta pela independência. Venâncio engloba aqui toda a produção literária produzida sob o signo da nacionalidade, tendo como marco *A Geração de Utopia* (1992) de Pepetela. Segundo: o período da “extraterritorialidade simbólica”, “onde a motivação política está ausente ou, quando muito, relegada para um segundo plano” (1999a).

⁵¹ Já em 1980, Costa Andrade defende que a “literatura angolana nasce no centro de uma dramática realidade: o choque diário e violento de dois grupos profundamente antagónicos: colonizados e colonizadores” (1980: 39).

⁵² O facto é extensível às literaturas africanas em geral. Como já foi anteriormente referido, Kane advoga que num primeiro momento, sobretudo no período colonial, a literatura era o meio de afirmação da autenticidade cultural (1982: 60).

– a elite africana ou a dita sociedade crioula), uma forte tendência de intervenção político-social e ainda a dominância da língua portuguesa, não por opção mas por desconhecimento, por parte dos escritores das línguas nacionais (1995: 151). A propósito do seu carácter essencialmente urbano, referindo que a literatura angolana nasceu em dois pólos importantes como Luanda e Benguela, Pepetela constata: “também as vivências no campo são pouco exploradas, embora haja tendência recente em ir buscar à tradição oral os temas e mesmo estruturas nela contidos. No entanto, os valores que a moderna literatura expressa são os do ambiente citadino, impregnado duma cultura misturada, que alguns chamam crioula, fazendo a ligação entre os modelos da tradição africana e da civilização ocidental” (1995: 150).

As preocupações de índole política começaram a surgir quando se constatou a frustração de um sonho, de um projecto nacionalista-marxista que esbarrou contra a tradição. “Os regimes instituídos na senda do nacionalismo, os processos de modernização então despoletados, não corresponderam às expectativas criadas no período de pré-independência. E é no seio das elites que haviam pugnado pela independência que nasce a frustração” (Venâncio, 1992: 13).

Na verdade, a tradição ao serviço da afirmação de uma identidade cultural capaz de fazer frente ao sistema colonial foi suplantada pelo debate político. “*Pendant la période anticolonialiste, la tradition a servi d'aliment à la contestation, d'élément mobilisateur. Aujourd'hui, l'égagement du roman est tourné contre les régimes nés de l'indépendance*” (Kane, 1982 : 491). A tradição não só é colocada em segundo plano, como é muitas vezes colocada em causa, sendo objecto de representações negativas e vai posteriormente encontrar algumas barreiras impostas pela nova ideologia. Uma das características da tradição africana – o patrimonialismo/redistribuição familiar – vai “promover” e “proteger”, como esperamos poder demonstrar, através do nosso objecto de estudo, o fenómeno da corrupção. A tradição consiste, neste campo, num verdadeiro inimigo da revolução. Kane ilustra bem este facto paradoxal:

“*Ainsi, tous ces romanciers qui développent le thème du «retour et renouveau» – et qui se démarquent fort bien des partisans d'une conciliation fumeuse à force de bonnes intentions – ne garde de la tradition que ses*

structures communautaires qui cessent de ressortir à des considérations religieuses et passéistes pour ne plus relever que de motivations ayant trait à la recherche de l'efficacité. On se trouve ainsi à la frontière ou au point de convergence de la tradition et du marxisme" (1982: 492).

A Literatura continua a ser uma arma para demonstrar o descontentamento provocado pelas injustiças dos regimes pós-independência. Mas em Angola com a particularidade de muitos escritores serem actores políticos. Já como defendia Ana Mafalda Leite, em 1996, os escritores angolanos que desenvolvem um exercício crítico sobre a vida sócio-política *"are simultaneously judges and defendants"* (1996: 124). E embora alguns desses críticos se afastem, mas continuando directa ou indirectamente ligados ao poder – como é o caso, por exemplo, de Pepetela, Uanhenga Xitu – na opinião de José Carlos Venâncio, é nesse paradoxo que reside a originalidade das literaturas africanas e acrescenta que "o olhar crítico dos seus autores tanto visa as instâncias mais elevadas do poder, como também o exercício burocrático, a corrupção dos executantes ou ainda a corrupção da nova burguesia, incentivada e tolerada pelos governantes" (1992: 13). Na verdade, este facto (a frustração, a crítica àqueles que quando obtêm o poder se tornam iguais aos colonizadores) constata-se em obras como – para referir só algumas – *A Parábola do Cágado Velho*; *O Desejo de Kianda*; *O Cão e os Caluandas*; *A Geração da Utopia*; *Jaime Bunda*, *Agente Secreto* de Pepetela; *O Ministro*, de Uanhenga Xitu; *O Último Voo do Flamingo* e *A Varanda do Frangipani* de Mia Couto; *Actas da Maianga* de Ruy Duarte de Carvalho; *1 Morto & Os Vivos*, de Manuel Rui.

Se em relação à "reivindicação cultural como intencionalidade textual primeira" podemos falar de três pólos urbanos, nas literaturas africanas em língua portuguesa – Mindelo, Lisboa e Luanda –, em relação "à reivindicação política como intencionalidade textual primeira", é Luanda que toma "a primazia quanto à produção dos primeiros textos literários com uma intencionalidade política determinada" (Venâncio, 1992: 27).

A evolução do texto intencionalmente político na literatura angolana antes da independência, segundo José Carlos Venâncio, "tem em Agostinho Neto, em Luandino Vieira e em Pepetela os impulsos mais marcantes. Como denominador comum nessa evolução destaca-se o messianismo, a defesa de uma utopia, pela qual tem de passar a reivindicação da angola-

nidade e por onde passa o que a literatura angolana tem de mais original cumprindo o contexto do realismo africano” (1992: 32).

Dez anos depois, é que essa temática começa a ganhar terreno, nas outras colónias portuguesas, nomeadamente em Moçambique, com José Craveirinha. É a ele que se deve, na opinião de J. C. Venâncio “o poema da literatura africana em língua portuguesa, de intencionalidade política, esteticamente mais conseguido. Trata-se do «Grito Negro»...” (1992: 36)

Até 1990, a guerra civil, curiosamente, manteve-se periférica na literatura quer em Moçambique quer em Angola. Este relativo silêncio da literatura em relação à guerra civil, constatado até aos anos 90, “poderá reflectir o facto de que é ainda muito doloroso o confronto com as implicações do conflito. Também pode ser devido ao facto de a literatura ter dificuldade especial em lidar com algumas das mais horrorosas experiências que o homem teve de suportar. Por agora, estes acontecimentos estão nas mentes das suas vítimas” (Chabal, 1992a: 36).

Só na última década do século XX, o tema passou da mente das vítimas para o papel, assumindo centralidade em algumas obras. Os argumentos de Patrick Chabal poderão justificar o afastamento do tema do texto literário, no entanto, será alheio a tudo isto o facto de só nos inícios da década de 90 se verificarem os primeiros acordos de paz⁽⁵³⁾? Os escritores que, eventualmente, poderiam ter sentido algum receio em falar do tema em pleno conflito sentir-se-iam agora mais legitimados? Seriam cúmplices com uma das partes? Ou não será, também, porque a década de 90 confirmou a morte de um sonho? Nelson Saúte, ao fazer uma breve análise da evolução da literatura moçambicana pós-colonial, no prefácio da sua antologia do conto moçambicano – *As Mãos dos Pretos* – fala das dificuldades de sobrevivência da literatura numa época que viu morrer o sonho moçambicano: “nos anos noventa muita coisa ou quase tudo ruuiu. Sobretudo no terreno dos ideais. Os alicerces do projecto que nos unia estão na base dos conflitos que fissuram a sociedade. O sonho moçambicano ou aquilo que advinha da quimera que a revolução lhe tinha emprestado também não resistiu. O aluir das ilusões colectivas

⁵³ Em Angola, os primeiros acordos de Paz foram assinados em Maio de 1991, no Estoril. A guerra civil durou, no entanto, até ao final da década de 90. Em Moçambique, em 1992, Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama assinam os acordos que põem fim a uma guerra sangrenta de quinze anos.

e colectivizadoras, que rasuravam de algum modo as que poderiam expressar no contexto da individualidade, que a independência instaurara arrastam-nos para a lama do desespero. A literatura – a pouca literatura que ainda se faz – sobrevive neste contexto” (2001: 21).

Se Patrick Chabal referia que ainda era cedo para saber qual o papel que estava reservado à guerra civil na literatura, questionando se o texto literário iria assimilar a experiência ou fazer o seu julgamento, agora constata-se que a literatura não abdicou de condenar a ganância humana que levou a uma guerra entre irmãos⁽⁵⁴⁾, tornando milhões de inocentes em vítimas da loucura humana.

Mia Couto estreia-se no tema da corrupção (apesar deste não ser central, mas sim o tráfico de armamento), em 1991⁽⁵⁵⁾, com *A Varanda do Frangipani. Terra Sonâmbula*, primeiro romance, de Mia Couto, editado em 1992, tem como tema central a guerra civil moçambicana. Em Angola, Sousa Jamba focaliza a guerra civil em *Patriotas*, em 1991, e Pepetela com *O Desejo de Kianda*, em 1995, e *Parábola do Cágado Velho*, 1996, inicia um percurso onde a guerra e a corrupção no Estado pós-colonial⁽⁵⁶⁾ marcam presença ainda no início do século XXI. Ainda em 1993, Manuel Rui, em *1 Morto & Os Vivos*, aborda o tema da corrupção⁽⁵⁷⁾.

⁵⁴ Basta ler a *Parábola do Cágado Velho*, de Pepetela, editado em 1996, para confirmarmos esta observação.

⁵⁵ Mia Couto faz parte da geração de escritores moçambicanos que surge nos anos oitenta e que vê a sua consagração como escritor na década seguinte. A década de oitenta “assiste a uma verdadeira explosão de talentos, alguns dos quais seriam confirmados na década posterior” (Saúte, 2001: 16). No entanto, ao contrário do que seria de esperar, a última década do último milénio é marcada, na opinião de Nelson Saúte, por um refluxo na literatura. Os escritores detêm um papel passivo face ao contexto social, económico e político em que vivem.

⁵⁶ Já em *O Cão e os Caluandas*, editado em 1985, Pepetela retrata um mundo onde a corrupção faz funcionar a sociedade. “Ontem chegaram dois tractores prometidos... Foram emprestados pelo director de um organismo estatal qualquer, não liguei quando o pai explicou à mãe. Parece que não é coisa legal, por isso o pai pediu silêncio absoluto sobre o assunto” (63). “Isso não prova nada. Eu sei que dois mais dois são quatro, pois é a conta que mando por semana com os camiões para a candonga. Quatro camiões carregados. Dois de tecidos e dois de comida. E nunca estive na escola” (74). “E quanto à comida, lá podíamos arranjar-nos, pois o Arnaldo era director de uma empresa estatal. Sempre havia os esquemas para um director!” (84).

⁵⁷ Embora não seja central, o assunto invade as páginas do livro. É com humor e ironia que ouvimos da voz do defunto, por exemplo: “filho de um comboio de putas! É demais. Um corrupto a fazer-me o elogio fúnebre. Eu conheço a conta bancária dele na Suíça. Só por isso renunciaria a ir para o céu. Encontrar esse cabrão no inferno, que é o lugar dele, e enfiar-lhe pela boca adentro uma acha de fogo desabençoada pelo diabo. E vai passar na televisão à minha custa. Ele que se péla todo quando recebe telefonemas de rosqueiras a dizerem que o viram na televisão. Este país está de rastos” (Rui, 1993: 49).

As grandes linhas orientadoras da produção literária pós-colonial são, na opinião de José Carlos Venâncio três: a reconsideração do passado colonial⁽⁵⁸⁾, o impasse ou a vivência parcial da utopia face à multiplicidade do presente e crítica aos desvios da utopia⁽⁵⁹⁾ (1992: 43). Na verdade, não há uma ruptura temática após as independências – embora se procurasse afirmar um novo paradigma literário –, constatando-se que na produção literária pós-colonial, como bem salienta Ana Maria Martinho, “a literatura angolana acolheu sem sombra de dúvidas tópicos do pensamento anti-colonial e anti-português, em face da afirmação de um país renovado politicamente e que procurava encontrar paradigmas literários também novos. E muito embora se refira com insistência o contributo do grupo “Vamos descobrir Angola!” para este processo, cremos que teve maior durabilidade a filiação oitocentista, não necessariamente consciente de alguns autores” (2001: 163).

A literatura é a arma dos que estão inconformados que tem como alvo a denúncia de um Estado pós-colonial onde o fenómeno da corrupção é incontornável. A crítica social, política, esteve, aliás, sempre presente na literatura africana⁽⁶⁰⁾. Nelson Saúte, escritor e investigador moçambica-

⁵⁸ José Carlos Venâncio defende, ainda, que a reconsideração histórica do passado verifica-se em sociedades culturalmente dualistas, como é o caso de Angola e Moçambique (1992: 43). E esse passado é muito importante para se compreender a identidade dessas sociedades, pois, como refere Maria Regina Arouca no prefácio do livro *O Advogado de Inhassunge*, de Luís Loforte, “Daquele passado de que nunca poderemos abdicar, mesmo que o quiséssemos, se, de facto, estamos interessados em compreender todas as facetas do tal conceito de *moçambicanidade* que urge definir com alguma clareza, mas sobretudo, com grande honestidade” (2001:20).

⁵⁹ Opinião idêntica é partilhada por Ana Mafalda Leite. Ao referir-se à temática da literatura moçambicana (que cremos ajustar-se, também, à angolana) pós-independência escreve ainda: “Outros temas recuperam aspectos da vida moçambicana no imediatamente pós-independência, ridicularizando e criticando certos aspectos da actuação política. A ambição e a corrupção encontram o seu lugar nestes cenários” (2003: 90).

⁶⁰ Ana Maria Martinho advoga, no entanto, que apesar de se ter verificado um esforço literário ideológico, não houve uma efectiva incorporação de um discurso partidário (2001: 167). Francisco Soares, pelo contrário, ao analisar as complexas relações entre Literatura e Política, defende que a Literatura Angolana num determinado momento foi um instrumento partidário: “Mas aqui não houve como dantes (com a *Mensagem*), uma programação partidária prévia” (2001: 106). A geração da *Mensagem* tinha um discurso partidário pré-definido. Contudo, verifica-se a coexistência de uma literatura alheada da vida partidária. Francisco Soares exemplifica com o trabalho elaborado sobre o amor, na década de oitenta, do século passado, em Angola, pela primeira geração pós-independência. O divórcio desta geração com a vida partidária “provocou desconfiança inicialmente na “velha guarda” ideológica e estética”. O investigador conclui que as relações entre Literatura e Política, podem, assim, mudar, numa mesma comunidade literária e artística: “podemos assistir, em quarenta anos, à mudança completa nas relações entre literatu-

no, defende que “do período colonial à época do pós-independência, a literatura não deixa de ser um libelo acusatório. Sempre. Através dela se denuncia a intranquilidade dos muitos que estão inconformados, mais do que desencantados diríamos, perante as incongruências que fazem o nosso dever, individual e colectivo” (2001: 18).

O projecto da modernidade não foi capaz de institucionalizar um Estado transparente e imparcial. Regressaram algumas das características da África pré-colonial que puseram em causa a revolução. O clientelismo, a economia paralela, são alguns exemplos que invadiram todas as classes. Por um lado, porque a modernidade não significou uma sociedade mais justa, - o povo continuou cada vez mais pobre -, por outro lado, levou à criação da classe-Estado preocupada simplesmente no enriquecimento pessoal, como bem ilustram as palavras de Ruy Duarte de Carvalho:

“Como aconteceu em toda a parte do mundo em que as condições estruturais, do passado e do presente, se assemelhavam às nossas, e para isso não foi tão importante assim que o se pretendesse marxista, liberal ou mesmo explicitamente parlamentar, o que o Estado produziu sobretudo foi uma dinâmica capaz de garantir a sua própria reprodução, resultando daí a emergência de uma classe político-burocrática particularmente apta a recuperar sistemas de dependência e de clientelismo familiar, de parentesco, étnico ou regional, factores de identificação susceptíveis de servir toda a ordem de interesses, confessáveis ou não, e que, por via da sua própria natureza cultural, foram investidos em processos capazes de garantir o acesso a estatutos, nomeadamente económicos e sociais, inalcançáveis por outras vias. Trata-se de matéria em que essa mesma classe se tem revelado por toda a parte superlativamente eficiente, tenaz, exclusivista e ciosa do seu próprio poder, do seu estatuto de privilégio por vezes tão duramente, em termos de abdicação de princípios e de personalidade, con-

ra e política, a tal ponto que a literatura veio, sem projecto prévio, antecipar a política e experimentá-la. Na mesma época, ou seja, nos anos 80 e 90, puderam coexistir essa última forma de relação (criativa) e a primeira (comprometida). Não podemos então estudar as ligações entre literatura e política se não reconhecermos que elas são diversas, não só de um período literário para o outro, mas também dentro da mesma comunidade nacional” (2001a: 106). Em entrevista recente à revista *Espaço África*, o escritor Pepetela, corrobora esta última posição quando afirma: “No passado a nossa literatura estava demasiado politizada na defesa de certas posições. Hoje há maior análise dos grandes problemas do que na orientação política” (2004: 132).

quistado. Também isso, pois, e como não podia deixar de ser, resultou espectacularmente entre nós, e subsiste, e joga um papel importante na cena actual” (1997: 153).

No início do século XXI, é todo este cenário que começa a ser desmascarado e posto em causa, procurando os escritores soluções e respostas para um flagelo – o da corrupção – que parece não ter cura! Obras como *Jaime Bunda*, *Agente Secreto*, de Pepetela, e *O Último Voo do Flamingo*, de Mia Couto, são neste campo paradigmáticas. Importante era questionar quem as lê e qual o impacto que têm nesses leitores. Será que o analfabetismo predominante impede que elas cumpram a função para que, claramente, parecem ter sido criadas? Será que não passam de mais uma cartilha de intenções que ninguém observa? Em países onde a sobrevivência quotidiana ainda é uma batalha ainda parece ser esse o seu destino fatal. Dado que o mundo subdesenvolvido não tem capacidade financeira para adquirir bens culturais, a literatura, sobretudo o romance torna-se num produto de exportação. Os agentes culturais e escritores tentam ir ao encontro do gosto imposto pelo mercado dos países mais desenvolvidos, com mais poder de aquisição. “Entre os criadores culturais que assim procedem encontram-se a par dos pintores e dos músicos e eventualmente dos produtores de artesanato, os romancistas. De tal forma este processo se tem aprofundado que não será seguramente exagero afirmar que hoje, neste mundo globalizado ou que se pretende como tal, entre os bens (para não dizer mercadorias) exportáveis do Terceiro Mundo, os culturais (a música, a pintura, o artesanato e o romance) ocupam um lugar significativo, se não mesmo de honra nalguns casos” (Venâncio, 1999a: 194 e 1999b: 94).

2.1. O Último Voo do Flamingo

Pela voz de um tradutor/narrador acutilante, conhecemos uma das forças motrizes presente na sociedade moçambicana do pós-guerra. Ao longo de *O Último Voo do Flamingo*⁽⁶¹⁾, de Mia Couto, desfilam sob nossos

⁶¹ Todas as referências à obra remetem para a 2.ª edição, Editorial Caminho, 2000.

olhos “os negócios da guerra ou guerra dos negócios”, ou seja, a ganância humana, num tempo que se desejava de paz: “Estávamos nos primeiros anos do pós-guerra e tudo parecia correr bem” (12). Mas sucessivas explosões de capacetes azuis fazem revelar a verdade.

E será que no início do século XXI ainda existem soldados da Paz? Será a própria Paz desinteressada?

2.1.1. O Tradutor: um narrador incriminatório

*“Coloquei tudo no papel
por mando de minha consciência.”*

— (O tradutor de Tizangara, 11).

Toda a história vai ser conduzida por um tradutor (que se apresenta logo no início do romance), que vai privilegiar a narração, o diálogo e o discurso indirecto livre. O intérprete introduz o discurso no pretérito perfeito, na primeira pessoa do singular: “Fui eu que transcrevi em português visível as falas que aqui se falam”. Acrescenta ainda o facto de ter “presenciado tais sucedências”, indicando tratar-se de um narrador homodiegético. O narrador informa, assim, que testemunhou os factos, tornando mais real a ficção que se vai seguir. É, numa linguagem jurídica, uma testemunha ocular.

A acção parte do inesperado de ter “aparecido um pénis decepado em plena estrada nacional”, identificado mais tarde como sendo pertença de um capacete azul (Soldados da Paz da ONU, também alcunhados – diria Mia Couto – pela população local de gafanhotos⁽⁶²⁾). A explosão dos capacetes azuis constituiu o mote para a denúncia e para o desfile de críticas tornadas públicas pelo tradutor, que em nome da consciência decidiu registar tudo no papel.

⁶² O valor simbólico do nome de gafanhoto é muito grande. Como se sabe, esta espécie está associada à destruição. Muitas vezes, são eles próprios as causas da destruição (pragas), outras tantas são apanhados pela própria destruição (vítimas). Em termos fisiológicos propiciam também duas imagens interessantes. Tal como os capacetes azuis, estão sempre a saltar de um lado para o outro e têm uma espécie de carapaça que bem pode ser associada a um capacete (provavelmente, sem ficar/resolver nada em lado algum).

Para trás, fica a questão: será que os Soldados da Paz foram mortos ou morreram? A utilização da voz passiva ou activa não é ingénua, pois, a opção por uma, ou por outra, seria de extrema importância. Assim, com a possibilidade de o leitor excluir a voz passiva, poderá levar a questionar, ou mesmo a afirmar, que no final do século XX, inícios do século XXI, já não existem soldados da paz. Isto é, já não haverá ninguém a quem a paz interesse verdadeiramente (será que alguma vez houve?), dado que a guerra rende muito mais?

Centremo-nos, então, no nosso tradutor que alerta para o mistério que percorre as páginas do romance e avisa o leitor para não tentar compreender o que não tem entendimento: “Em Tizangara nada necessita de entendimento⁽⁶³⁾”.

Temos um narrador autocrítico, atento a todas as circunstâncias que envolvem a intriga, preocupado com a imagem que os seus conterrâneos teriam dele, ao estar ao lado do poder, ao ter sido nomeado tradutor (remetendo para uma imagem negativa, pejorativa, do poder junto do povo): “Uns se admiravam de me ver ali, entre os notáveis. Passara eu a partilhar da panela dos graúdos, a beneficiar do fogão deles?” (27).

O sentido de humor é também uma das suas características, quando faz observações acerca das personagens, em algumas metáforas utilizadas, nas comparações (destacam-se quase sempre as comparações entre o comportamento humano e o comportamento animal – por exemplo, feroz, quando compara os governantes às hienas, no último capítulo). A par destes recursos estilísticos são persistentes as interrogações retóricas. É, ainda, cúmplice com as suas personagens, em variadíssimas situações: com Massimo Risi quando “conhece” Temporina; com o recepcionista da pensão, ou melhor, com as tradições, com o sobrenatural, pois, nunca ousa desmentir as afirmações/os saberes daquele. Mas

⁶³ Esta afirmação remete para as palavras de Lévi-Strauss que considera que o pensamento dos povos sem escrita é diferente dos povos com escrita, porque “a sua finalidade é atingir, pelos meios mais diminutos e económicos, uma compreensão geral do Universo – e não só geral mas sim total” (apud Leite, 2003). Ana Mafalda Leite conclui que se trata de “um modo de pensar que parte do princípio de que se não se compreende tudo, não se pode explicar coisa alguma” (2003: 47). Na verdade, esse é o alerta efectuado pelo narrador / tradutor. Não vale a pena tentar compreender o que a racionalidade não consegue explicar. E há coisas misteriosas que simplesmente acontecem. Curioso, o primeiro capítulo, intitulado “Um sexo avultado e avulso”, tem colado a si um dito de Tizangara muito significativo: O mundo não é o que existe, mas o que acontece.

nunca cúmplice quando se trata de desmascarar a corrupção, dando testemunho do que presenciou entre Ana Deusqueira e Estêvão Jonas, no capítulo XIX, no qual é desvendado, ou melhor, confirmado quem é o autor dos crimes.

O estatuto deste narrador homodiegético, onisciente quanto à focalização, permite-lhe ser selectivo na informação fornecida, bem como efectuar juízos de valor, tendentes a constituir uma ideologia. “Precauteloso, disso eu mantinha minhas dúvidas. Os novos chefes pareciam pouco importados com a sorte dos outros... Mas na minha vila, havia agora tanta injustiça quando no tempo colonial. Parecia de outro modo que esse tempo não terminara. Estava era sendo gerido por pessoas de outra raça... A inveja era o seu maior mandamento. Mas a terra é um ser: carece de família, desse tear de entreexistências a que chamamos ternura” (114). “Me retirei para a solidão do meu aposento. Fiquei um tempo acordado pensando na presença desse italiano. Porquê o nosso país carecia de inspectores de fora? O que tanto nos desacreditara aos olhos do mundo?”. Um narrador onisciente, porque demonstra uma capacidade ilimitada de transmitir informações, quer acerca dos acontecimentos quer acerca das personagens, entrando nas consciências destas, sentindo as suas próprias emoções. Não obstante a existência de imensos exemplos para provar esta afirmação e de até haver alguns mais elucidativos, escolhemos o seguinte por se tratar de um momento, em bom rigor, que seria íntimo e por se tratar, ainda, de um sonho: “No sonho, o italiano fez amor com ela. Massimo Risi nunca tinha experimentado tão gostosas carícias. Ele rodou e rerodou nos lençóis, gemendo alto, esfregando-se na almofada”. E com uma certa ironia remata “Se era pesadelo, ele muito se divertia”. Os próprios sentimentos e desabafos do narrador são declarados: “há bichos que vivem na cova e só saem da terra para morrer. Eu queria ser um deles. Sem luz, sem calendário solar. Sombra do tempo todo, boca e olhos encerrados a poeiras. Quando transitasse para além da vida eu já saberia morar desse outro lado” (131); “Ele me olhou, parecendo me ler por dentro, adivinhando meus receios” (224). No capítulo IV, conta a sua história a Massimo Risi, que não a ouviu com atenção!, sendo neste capítulo um narrador indubitavelmente autodiegético. Recorde-se que é do mundo do narrador a história/lenda dos fla-

mingos, e é precisamente o último voo do flamingo⁽⁶⁴⁾ a esperança para a reconstituição de um país.

Não será, talvez, ousado afirmar que ao longo do romance temos um narrador homodiegético, que em alguns capítulos se coloca na pele de um autodiegético, porque, aí, o tradutor passa a ser a personagem principal. Arriscaríamos, ainda, adiantar que o narrador deste romance é exclusivamente autodiegético. Afinal, a história/acção desenrola-se à volta desta personagem, que constitui o elo de ligação entre o nacional e o estrangeiro, e só é narrada graças à sobrevivência deste. O tradutor é o único sobrevivente de um país que ficou sem terra, que está suspenso no ar, constituindo também, pese embora o facto de ser um estranho para os seus antepassados (pois não o reconheceram), um símbolo de esperança.

*“Ainda assim, me deixei quieto, sentado.
Na espera de um outro tempo.” (225)*

⁶⁴ A escolha do flamingo não será ingénua, tanto mais que o autor é biólogo de formação. É uma ave pernalta, de grande porte, de plumagem geralmente rosada nos adultos. Aliás, no romance é constante a comparação entre o comportamento humano e o comportamento animal. A ausência de valores morais e éticos, a perda da dignidade, a venda da alma por dinheiro, o aumento da corrupção, reduziram o Homem a animal. Daí, a figuração animal das personagens, constituindo a alegoria da predação do país. Exemplos: Soldados da Paz: gafanhotos; Colonizadores: leões; Estevão Jonas (novos-ricos): hienas; uma mulher escamosa: o epíteto remete para um peixe (curiosamente um peixe na terra, fora do seu habitat natural, o que sucede verdadeiramente com a personagem que está “fora de tempo”). São também inúmeras expressões como as seguintes: “O passarinho na boca do crocodilo”, “O burro, na companhia do leão, já não cumprimenta o cavalo”, “cabrito come onde está agarrado”, de que o narrador se serve para caracterizar comportamentos humanos. Esta analogia não é nova. Já no século XVII, Padre António Vieira no seu famoso *Sermão de Santo António aos Peixes*, compara o comportamento humano ao animal. Curiosamente, num dos contos do seu mais recente livro (*O Fio das Missangas*), Mía Couto através de uma das personagens apresente uma tese inversa: os animais é que adquiriram os defeitos humanos. “Pois, Jossinaldo descobrira que havia sido o inverso: um certo peixe havia pregado aos homens e lhes espalhara a moral sem lições. Os homens atribuíam aos peixes as indecorosas ganâncias que eram da exclusiva competência humana. Adjectivavam a peixaria: os mandantes do crime são chamados de «tubarões». Os poderosos da independência são «peixe graúdo». Os poderosos executantes são o «peixe miúdo». E afinal, onde não há crime é lá dentro das águas, lá é que há a tal de propalada transparência. Pois, quem pregava o sermão, o Santo António aquático era o próprio peixe do lago. Era ele o sermonista” (2004: 98).

2.1.2. A corrupção em *O Último Voo do Flamingo*

*“Mas depois, complicaram-me com essas manias
de corrupção e acabei devolvendo a ambulância.”*

(Estêvão Jonas, cap.VIII, 97)

Em *O Último Voo do Flamingo*, Mia Couto retrata a sociedade moçambicana pós-guerra civil. Uma guerra que durou 15 anos, “causando quatro milhões de mortos e quatro milhões de refugiados ou deslocados⁽⁶⁵⁾” (Enders, 1994: 120). O tempo da acção são os anos imediatamente a seguir aos acordos de paz em 1992. Os anos da tentativa da reconstrução de um país.

A classe política dirigente aparece logo no primeiro capítulo caracterizada como corrupta. Uma primeira denúncia de abuso de poder emerge nas figuras de Estêvão Jonas, o administrador de Tizangara, e Dona Ermelinda, sua esposa. “O administrador Jonas tinha desviado o gerador do hospital para os seus mais privados serviços. Dona Ermelinda sua esposa tinha vazado os equipamentos das enfermarias...”. Um acto desculpável pelo próprio administrador com a frase: “cabrito come onde está agarrado” (20). À luz do Direito Penal estão aqui denunciados os primeiros crimes: crime de peculato e de abuso de poder.

Estêvão Jonas, o detentor do poder, simboliza a nova governação do país. Uma governação que não é imune à corrupção e que, bem pelo contrário, a fomenta, criando uma economia paralela, informal, subversiva, e que exerce o tráfico de influências. “Estou agora a pedir a uns sul-africanos que querem instalar-se aqui para me darem uma nova viatura. Eles entregam, eu facilito”. É o próprio que se denuncia no segundo relatório enviado ao ministro responsável, onde mais uma vez se torna claro o tráfico de influências: “Parece que agora já não deixam embarcar cabrito no avião. Todavia para os dirigentes sempre se abre uma excepção” (95).

Estêvão Jonas representa um estado centralista, personalizado, arbitrário, que não se institucionalizou com um projecto de moder-

⁶⁵ Num país que tem cerca de 19 milhões de habitantes, este dado é preocupante e ao mesmo tempo revela as dimensões da catástrofe. Quase 20% da população desapareceu com a guerra. O que para além da consequente perda do sistema produtivo é uma tragédia humana. Tanto mais que, para além das vítimas, haverá por certo reflexos no seio dos sobreviventes.

nidade. Um Estado que serve para enriquecer o político, o qual tem legitimidade para o fazer desde que saiba redistribuir pelos seus clientes. O conceito de legitimidade não pode ser encarado à luz da cultura ocidental. Um governante, um chefe de partido “*est en réalité un chef traditionnel qui a l’obligation de prendre en charge ses «militants» qui attendent de lui satisfactions matérielles et protection... Pour avoir l’appui des membres de son groupe ethnique le chef du parti est amené à satisfaire leurs besoins matériels: whisky, allumettes, sel, poisson séché*”⁽⁶⁶⁾ (Mappa, 1998: 171).

Apesar de ter oficialmente abandonado a ideologia marxista, o Estado continua presente nos pontos nevralgicos do sistema económico-financeiro, asfixiando qualquer hipótese de uma iniciativa privada forte e empreendedora, enredando-a numa teia burocrática asfixiante: “– A pensão é privada, mas é do Partido. Isto é, do Estado”⁽⁶⁷⁾. E explicou: nacionalizaram, depois venderam, retiraram a licença. Voltaram a vender. E outra vez: anularam a propriedade e, naquele preciso momento, se o estrangeiro assim o desejasse, o hoteleiro até podia facilitar as papela-das para a nova aquisição. Falasse com o administrador Jonas, que tinha mandos no negócio” (39).

Nota-se também um certo descontentamento da classe dirigente que, embora reconhecendo os erros do passado – “fomos socialistas aldrabões” –, autocriticam-se agora de “capitalistas aldrabados”. No en-

⁶⁶ Na obra *O Ministro*, de Uanhenga Xitu, isto é inquestionável. O ministro tem de alimentar os familiares e amigos. Caso contrário, não é reconhecido como ministro e mesmo que seja honesto é igualmente corrupto. “Perdão, ex-ministro, porque foi demitido esta noite. Amanhã a perna de boi. Rouba como os outros... Estávamos à espera que fosses nomeado ministro do comércio interno (comida buée), ou ministro dos carros (bolas, hoje teria dois camiões, dois turismos para a candonga, ou ministro da agricultura, para ter comida a granel, ou ministro das pescas, vendia barcos no Zaire com peixe seco, rico, rico ficava, ó Maria!) ...Vamos voltar para o óbito e quando chegar vou gritar e chorar o velho Van-Dunem de que estás demitido por ignorância do cargo e não saber roubar; perdão, os ministros não roubam, tiram por inerência do cargo” (113).

⁶⁷ O regime monopartidário nascido após a independência fez com que o Estado se confundisse com o Partido. A crise africana é, sobretudo, uma crise estatal. O Estado nunca se diferenciou estruturalmente da sociedade, daí não se ter institucionalizado. A crise da modernidade está a ser explorada pelos detentores do poder. Chabal e Daloz questionam: “pois, por que haveriam, as elites africanas, de desmantelar um sistema político, que lhes resulta tão útil?” (40-41). Para eles, o Estado fracassou porque não conseguiu tornar-se independente, nem emancipar-se da sociedade, o que limitou as possibilidades de uma “boa governação”. Defendem que a centralização do poder é, portanto, uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento de um Estado moderno, cujo atributo fundamental é a emancipação da sociedade.

tanto, essa classe dirigente aproveitou a mudança de paradigma político, quer em Moçambique quer em Angola.

A passagem do socialismo ao capitalismo foi utilizada e instrumentalizada pelos actores políticos. Outrora marxistas convictos, foram-se apercebendo das novas oportunidades proporcionadas pelo novo arquétipo. Se já a anterior conjuntura tinha proporcionado a acumulação de riqueza e de prestígio e possibilitado a colocação das premissas para o enriquecimento da classe política detentora do poder e da sua clientela, agora o novo contexto político era mais propício ao excesso. Arlindo Barbeitos critica ferozmente aqueles que mudaram de ideologia para simples proveito pessoal. Não está em causa uma mutação consciente dos ideais políticos, o reconhecimento do fracasso prático do marxismo mas uma oportunística e despudorada utilização das ideologias emergentes para legitimar condutas ilícitas⁽⁶⁸⁾. “Nesta andança, bastantes dos que apregoavam as qualidades do Marxismo de estilo soviético, depressa invocavam sem pejo as virtudes do liberalismo que, de facto, os libertava das responsabilidades assumidas pela detenção de poder. A prevaricação até se achava premiada, pois mesmo o discurso e a prática oficiais e oficiosas incentivavam a iniciativa privada, que agora condizia com os seus intentos. Se o esboroamento do Estado, da economia “socialista”, a “informalização” da nova e o enfraquecimento das instituições convinhavam a um importante estrato social que já havia amontoado capital e mando ou influência ansiados, ele tangia todos aqueles que a contingência transmudara em gente não rapidamente rentável ou antes monetarizável” (2003: 23 e ss).

Nem o socialismo esquemático nem a conversão ao capitalismo selvagem vieram, afinal, resolver os problemas. Os efeitos da globalização económica, a actuação predatória de grandes multinacionais, as exigências

⁶⁸ Bem ilustrativa desta realidade é a personagem Xavier Ramos do romance *Patriotas*, de Sousa Jamba. A própria personagem que tinha sido marxista convicto tornou-se num capitalista fundamentalista, argumentando que primeiro é preciso obter dinheiro para redistribuir. Assim, justifica o negócio ilegal que vai desenvolver o tráfico de diamantes. “Mas desviámo-nos do motivo que me trouxe aqui – os feijões. Podes suar e até morrer pelo país com este partido, e mesmo assim nunca serás recompensado, para além de seres mencionado de passagem num discurso político. Mas se tiveres dólares americanos terás o teu futuro assegurado” (274). A convicção ideológica não passa mesmo de um argumento para atingir objectivos pessoais, Xavier Ramos diz mesmo que todos são iguais mesmo os marxistas que “bebem champagne e comem caviar ao pequeno almoço” (274).

do FMI e os projectos de cooperação são uma espécie de neocolonialismo, que transformou as dúvidas em dívidas. Afinal, “o colonialismo não morreu com as independências”. O escritor Mía Couto, numa crónica recentemente publicada na revista *Espaço África*, acrescenta que o colonialismo “Mudou de turno e de executores. O actual colonialismo dispensa colonos e tornou-se indígena nos nossos territórios. Não só não se naturalizou como passou a ser co-gerido numa parceria entre ex-colonizadores e ex-colonizados” (Couto, 2003: 99). O escritor moçambicano afirma ainda que “o passado foi mal embalado e chega-nos deformado carregado de mitos e preconceitos. O presente vem vestido de roupa emprestada. E o futuro foi encomendado por interesses que nos são alheios” (2003: 97).

Na realidade, os projectos de cooperação não são desinteressados⁽⁶⁹⁾, exigindo sempre contrapartidas: “O seu governo está a receber muito. Agora são vocês a dar qualquer coisa em troca” (delegado das Nações Unidas, 32). Os recursos não são só delapidados pelo egoísmo dos dirigentes dos países beneficiários. O mal tem raízes mais profundas e globais. Também no ocidente germinam as suas sementes daninhas. Muitos fundos ficam pelo caminho, oleando uma máquina autofágica, sem verdadeiramente cumprirem o fim a que se destinam. De um lado e do outro são muitos os oportunistas os predadores.

Incapazes de resolver problemas de outra forma, os governos tornam-se pedintes profissionais, “num país de pedintes, é preciso arregaçar as feridas, colocar à mostra os ossos salientes dos meninos. Foram essas palavras do seu discurso, até aponteí no meu caderno manual. Essa é actual palavra de ordem: juntar os destroços, facilitar visão do desastre. Estrangeiro de fora ou da capital deve poder apreciar toda aquela coitadeza, sem despender grandes suores. É por isso que os refugiados vivem há meses acampados nas redondezas da administração, dando ares de sua desgraça” (Estêvão Jonas, 77).

Importava, pois, prolongar os projectos, à semelhança dos de desminagem, que consistia numa mina de ouro para quem comandava que “engordavam a espelhos vistos”. É o padre Muhando quem explica: “Parte das minas que se retiravam regressava, depois ao mesmo chão.

⁶⁹ Neste sentido ver Venâncio (2000).

Em Tizangara tudo se misturava: a guerra dos negócios e os negócios da guerra. No final da guerra restavam minas, sim. Umas tantas. Todavia, não era coisa que fizesse prolongar tanto os projectos de desminagem. O dinheiro desviado desses projectos era uma fonte de receita que os senhores locais não podiam dispensar. Foi o enteado do administrador quem urdiu a ideia: e se aldrabassem os números, inventassem infundáveis ameaças? Valia a pena. Plantavam-se e desplantavam-se minas. Umas mortes à mistura até calhavam, para dar mais crédito ao plano. Mas era gente anónima, no interior de uma nação africana que mal sustenta o seu nome no mundo”. O problema foi os capacetes azuis terem também explodido. “O feitiço dos estronteados prejudicou a trapaça. Se atraíram atenções indevidas. A verdade das minas pedia provas de sangue. Mas sangue nacional. Nada de hemorragias transfronteiriças” (200). Toda a trapaça é revelada pelo padre, uma personagem incómoda para o regime, simbolizando a Igreja. Esta instituição que tem tido, em alguns casos (Timor, por exemplo), um papel preponderante na salvaguarda dos direitos humanos, na denúncia das injustiças⁽⁷⁰⁾, mas na maior parte das vezes é silenciada pelo regime. A instrumentalização da Ajuda Internacional é, assim, denunciada, insinuando que os governantes africanos são simples mendigos profissionais. Existe um mercado internacional de ajuda que os africanos sabem aproveitar, que veio salvar o sistema patrimonial do fracasso (Chabal e Daloz, 2001: 181). Os governantes instrumentalizam, a maior parte das vezes, a miséria, de que são, tantas vezes, os verdadeiros culpados, para obter fontes de financiamento pessoal.

A comunidade internacional também é alvo de um rol de críticas. A começar pela figura de Ana Deusqueira: “Morreram milhares de moçambicanos, nunca vos vimos cá. Agora, desaparecem cinco estrangeiros e já é o fim do mundo” (34). Também o padre Muhando aponta o dedo à ONU, pela impotência manifestada na resolução dos problemas. Utilizando uma certa ironia responde ao delegado da ONU, quando este questio-

⁷⁰ Em termos históricos, é o caso paradigmático da defesa dos índios do Brasil, levada a cabo pelo Padre António Vieira, que, aliás, lhe valeu um encontro, certamente não agradável, com o Tribunal do Santo Ofício. O que não significa que a Igreja sempre se tenha pautado pela defesa desses valores. O reverso da medalha é, por exemplo, visível, na inquisição e nos atropelos por ela perpetrados.

na o “que fazemos agora”, “O senhor não é das Nações Unidas? O senhor é que devia salvar, senhor Massimo”. Esta crítica irónica é constante, embora os capacetes azuis (o povo na hierarquia da ONU), sejam salvaguardas, desculpáveis, por serem ingénuos: “Eles, coitados, acreditavam ser donos de fronteiras capazes de fabricar concórdias” (12). Fronteiras geometricamente traçadas, na Conferência de Berlim em 1885, que não respeitaram nem territórios, nem etnias, dificultando o aparecimento dos novos estados africanos⁽⁷¹⁾. Esse traçado elaborado pelo colonizador continua a ser um obstáculo à reconstrução dos países, onde os ambiciosos do poder não se entendem. As fronteiras virtuais, (para utilizar uma linguagem mais moderna, são apontadas como uma problemática a ter em conta, por antropólogos, sociólogos, políticos, contudo, ninguém ousa propor a redefinição de fronteiras. Eventualmente, provocaria um problema maior.

Nesses países é visível a impotência contra uma classe dirigente prepotente, que comanda todo o aparelho do poder, exercendo-o para seu bem comum e dos seus e não para o bem da sociedade: “Dava o exemplo do administrador. O enteado dele matara pessoas, vendia droga. Esse moço era o homem que chupava sangue do vampiro. Todos sabiam. O moço se moldava à mãe. A Primeira Dama se arrumara de poderes que nenhum poder consente. Expulsara os camponeses do vale. As terras dos mais pobres verteram para bem dela. Todos sabiam. Mas ninguém podia fazer nada com esse saber” (129). Mesmo aqueles que queriam ajudar na reconstrução séria e honesta do país eram triturados pela máquina absoluta do poder como areias indesejáveis. Até os ossos lhe levaram ao velho Sulplício, que tendo sido polícia no tempo da colonização, foi prateleirado aquando da Independência. Mais grave, ainda, no exercício correcto e digno da sua profissão é apanhado na teias do abuso do poder e vai preso: “Certa vez o meu velho apanhou m flagrante o enteado de Jonas caçando elefante. Fora de época. Prendeu-o. Foi seu erro...” (142). Acabou sendo acusado de perseguição política e foi preso. Pune-se quem cumpre e deixa-se impune quem prevarica.

⁷¹ Neste sentido ver Ivo Carneiro de Sousa, “O estado do Estado na África Subsariana: do estado da teoria ao estado da investigação”, Lição de abertura do II curso de Mestrado em Estudos Africanos da Universidade do Porto, Porto (2000).

Optando por modelos ocidentais, para tentar reconstruir o país, os novos governantes não apagaram os erros do passado. Querendo imitar os senhores do poder, criam um novo sistema colonial, deixando perplexos aqueles que acreditaram na bandeira dos antigos lutadores da independência. Os jogos de poder, de interesses são também denunciados e levam a apelidar os novos-ricos de traidores: “São os novos-ricos ... que falavam mal dos estrangeiros durante o dia. De noite, se ajoelhavam a seus pés, trocando favores por migalhas. Queriam mandar, sem governar. Queriam enriquecer, sem trabalhar” (115). No fundo, segundo Muhambo, tratou-se de uma simples mudança da classe de opressores, onde antes estavam os colonizadores europeus, estão agora os novos-ricos, senhores da terra ligados ao aparelho do partido. Na verdade só mudaram de patrão, no entender do velho Sulpício: “Mais difícil é matar o escravo que vive dentro de nós. Agora, nem patrão nem escravo. Só mudámos de patrão” (141).

Aquela conquista de poder, de independência, da classe dirigente de Tizangara é ilusória, pois, continuam a ser moleques aos olhos da comunidade internacional e perseguidos pelas classes mais desfavorecidas: “Porque o povo não lhes perdoa o facto de eles não repartirem riquezas⁽⁷²⁾. A moral aqui é assim: enriquece, sim, mas nunca sozinho. São perseguidos pelos pobres e dentro, desrespeitados pelos ricos de fora. Tenho pena deles, coitados, sempre moleques” (183). Esta afirmação reforça, uma vez mais, a ideia de uma certa legitimidade da corrupção nas sociedades africanas, desde que todos beneficiem. O político até pode ser corrupto desde que parta com o povo, ou melhor, com o seu suporte eleitoral.

O fenómeno da corrupção e da deliquescência dos costumes atinge uma proporção tal que nem os antepassados ficam indiferentes. Estupefactos com a situação do país, invadem os sonhos de Estêvão Jonas, levando-o a desabafar o seu pesadelo (cap. XVI). Os antigos heróis regressavam e Estêvão Jonas solicita-lhes que afastem os opressores. Este fica admirado com a reacção, pois os heróis começam a expulsá-lo a ele

⁷² Este facto é também notório em *1 Morto & Os Vivos*, de Manuel Rui. “Se um gajo tem transporte individual, claro, não se importa com o transporte colectivo nem entende que com o dinheiro de um décimo dos carros de Luanda, comprava bons maximbombos para servir a todos. As latas saem dessas lojas de cabazes, fora o Jumbo, já se sabe. *Cucas e nocaís* está tudo esquematizado. Outro dia estive numa festa com cerveja a correr. De barril e garrafa. São as tais requisições. Nem os colonos”.

e também ao destinatário do relatório, o camarada excelência: “Os resistentes da nossa gloriosa História chutando-nos fora da História?”. Os antigos heróis estão tão revoltados que o sonho até se torna realidade: “.... os heróis ameaçaram meu enteado Jonassane que se ele não devolvesse as terras que ocupava, eles o fariam desaparecer dali. E não é que, no dia seguinte, já fora do sonho, em plena vida real, meu enteado não dava aparecimento? Parece, afinal, que o moço fugiu para vizinho. E pior: carregando parte das minhas economias. Isto é obra de forças inexplicáveis?” Para Estêvão Jonas, a culpa do sucedido é o facto de terem andado “a gritar blasfémias contra os antepassados” (173). O administrador de Tizangara acaba por fugir, juntando-se ao seu enteado.

Não se pode descurar o limite entre o religioso e o temporal, a importância do religioso na noção de identidade, nem o vínculo entre os vivos e os mortos e a relevância do irracional para o conceito de casualidade. O vínculo entre os mortos e os vivos é central nas crenças africanas.

As religiões africanas não concebem a fronteira entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos. A ligação aos antepassados condiciona o comportamento dos africanos. Há um vínculo entre identidade e localidade. A localidade dos africanos é o lugar onde os antepassados estão enterrados, normalmente a terra natal. Claro que é simbólico, pois, os africanos estão espalhados pelo mundo, mas a vida religiosa inclui um centro geográfico preciso. O africano pode ter várias residências mas casas só uma. Este aspecto importante da cultura africana é retomado novamente por Mia Couto, no livro *Um Rio Chamado Tempo, Uma Casa Chamada Terra*: “Seus antigos fantasmas estão, agora, acrescentados pelo espírito do falecido Avô. E se confirma a verdade das palavras do velho Mariano: eu teria residências, sim, mas casa seria aquela, única, indisputável” (2002: 29).

Esta característica endógena das sociedades africanas tem fortes implicações políticas desde a identidade local, até à influência mais complexa que pode exercer a relação entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, no seio das figuras políticas nacionais. O facto de estas investirem generosamente nas suas terras natal e de aí quererem ser enterrados pode ser uma questão de convicção religiosa e não de ostentação pura. O facto de favorecerem os seus familiares pode ser também algo mais do

que a simples parcialidade étnica. Dada a importância dos antepassados, das tradições e do sobrenatural, que têm um peso muito importante nas culturas africanas⁽⁷³⁾, ao longo do romance os vivos e os mortos cruzam-se, e só quando os dois mundos se respeitarem nascerá a esperança para o emergir de um país diferente. Agora, os antepassados não reconhecem mais os seus filhos porque “uns semeavam minas no país. Eram esses de fora. Outros, de dentro, colocavam o país numa mina”. O velho Sulplício acrescenta que o pior “é que os nossos antepassados nos olham como estranhos⁽⁷⁴⁾”. Assim, o sonho do filho de Sulplício que no morro de muchém⁽⁷⁵⁾ se sentia sozinho, rejeitado pelos seus antepassados. A própria identidade cultural foi esmagada, primeiro pelos colonizadores estrangeiros (os leões), depois pelos novos-ricos, comparáveis às hienas⁽⁷⁶⁾, que

⁷³ Não só nas culturas africanas, mas também sul-americanas ou melhor latino-americanas. A literatura aí produzida corrobora esta afirmação. Desde Gabriel Garcia Marques a Isabel Allende, são inúmeras as páginas onde se constata que o sobrenatural, a religião domina e “controla” a vida social. Em *A Casa dos Espíritos*, de Isabel Allende, o político instrumentaliza a religião. Serve-se dela para atingir determinados fins. A notoriedade social e a sua aparente convicção religiosa contribuem para conquistar votos no seio de uma comunidade facilmente influenciável. “Severo Del Valle era ateu e maçã, mas tinha ambições políticas. Não podia por isso dar-se ao luxo de faltar à missa mais concorrida dos domingos e dos dias de festa, para que todos pudessem vê-lo” (12). Está patente a crítica à instrumentalização da religião por parte da política. A política, aliás, surge no romance de Allende, quase sempre caracterizada negativamente, com características que se encontram em qualquer outra sociedade, por exemplo, o distanciamento entre eleitores e eleito. “Foi um triunfo para ele quando o convidaram a apresentar-se como candidato do Partido Liberal nas eleições parlamentares, em representação de uma província do Sul onde nunca tinha estado e nem se encontrava facilmente no mapa” (29).

⁷⁴ Mais uma vez isso é denunciado no livro *Um Rio Chamado Tempo, Uma Casa Chamada Terra*. Editado em 2002, o romance retoma o tema da crise de valores, de uma sociedade moribunda, corrompida, que não respeita os antepassados. Uma terra onde as mãos andam sujas de crimes e onde o anjo mais puro se tornaria criminoso: “O Padre Nunes estava a par de tudo e não se perdoava a si mesmo de absolver e reabsolver esse Lopes nas confissões de domingo. Como, entretanto, foi absolvendo outras mais novas excelências cheias de poses e de posses mas de mãos sujas de crimes. Talvez fossem esses os cansaços que ele referira. A Avó remira os dedos dela entrelaçados nos meus e vai falando pausadamente: (...) – Voulhe dizer meu neto: em Luar-do-Chão precisamos de um anjo muito mas muito puro. Mas o anjo que aqui permanecesse perderia, no instante, toda a pureza” (107). Uma terra onde os detentores do poder ficam indiferentes face à miséria dos seus irmãos: “Não era tanto a pobreza que o derrubava. Mais grave era a riqueza germinada sabe-se lá em que obscuros ninhos. E a indiferença dos poderosos para com a miséria dos irmãos. Era esse o ódio que ele fermentava contra Último” (118).

⁷⁵ É curioso este cenário de estar sentado no fim do mundo. Também se encontra este tema na música. *Assis sur le rebord du monde* de Francis Cabrel, fala da admiração que Deus sentiu quando veio sentar-se “sur le rebord du monde” e viu o que o Homem fez do planeta terra.

⁷⁶ Curiosa esta comparação que o autor não terá feito em vão. O leão é o rei da selva, um ser nobre e independente. A hiena, um animal escuro, com má reputação, com uma conotação muito negativa. A hiena come carne podre, o que resta das presas dos outros. Assim, os novos-ricos, os detentores do poder, comem agora aquilo que os colonizadores deixaram, nem o esqueleto se salva. Aproveitam-se da miséria

não deixavam nem o esqueleto: “O que fariam comigo era vender a minha carne aos leões vindos de fora. Elas, as hienas nacionais contentar-se-iam com o esqueleto...” (capítulo último). “Uma terra engolida pela terra” é o título que encerra o livro, contendo uma carga simbólica enorme.

Na verdade, é a própria terra que destrói a terra, ou melhor, o homem que destrói o homem. Como bem sintetiza Ana Mafalda Leite “o romance relata o fim de um país e de um tempo. Critica a ausência de valores éticos e morais, a perda da memória e da dignidade, a corrupção mais ou menos generalizada. Este roubo da alma, desamor pela terra e pelos valores colectivos, leva à figuração animal das personagens, escolhida para alegoria da predação do país” (2003: 63).

Os malefícios da colonização deram lugar ao malefícios da globalização e Tizangara ficou sem terra. Apenas um único sobrevivente, o nosso tradutor, que não poderia traduzir de forma mais clara e incisiva o mundo da corrupção que tem várias cabeças como a Hidra⁽⁷⁷⁾.

O autor deste romance faz desfilar aos olhos do leitor uma sociedade movida pela corrupção, tendo como intencionalidade narrativa a denúncia de uma sociedade injusta, dando voz a personagens anónimas localizadas numa terra anónima⁽⁷⁸⁾, mas não abdicando de uma função moralizadora. Exemplo disso, o facto de cada capítulo ser introduzido por um dito ou um provérbio, funcionando muitas vezes como uma advertência⁽⁷⁹⁾. Muitas vezes o dito é interrogativo. A interrogação retórica

para ter algum benefício.

⁷⁷ A metáfora foi colhida no livro de Jean Ziegler, *Os senhores do crime* (255). Não faltam, aliás, outros títulos bastante expressivos desta realidade. É o caso da famosa série italiana, dedicada à mafia, e denominada *La Piovra*.

⁷⁸ Nas obras de Mia Couto, as personagens são, quase sempre, gente anónima marginalizada, localizada em espaços rurais, como veremos no capítulo seguinte, fazendo analogia com o escritor angolano Pepetela. Uma excepção das literaturas africanas que centraliza as suas personagens no mundo urbano. Salvato Trigo defende que “as literaturas africanas modernas, isto é, aquelas que se exprimem na língua da colonização, têm a sua emergência indubitavelmente ligada ao urbanismo, enquanto fenómeno semiótico que tem a ver com a organização social do espaço e que introduz, por isso mesmo, uma nova filosofia de vida tão diferente da do ruralismo característico da África pré-colonial” (1985: 545).

⁷⁹ Aliás, esta é uma das funções do conto. Não pondo em causa o género literário atribuído à obra de Mia Couto, somos tentados em afirmar que mesmo neste livro se sente a presença de um contador de contos, de pequenas histórias. “Mia Couto é, sobretudo, um contador de histórias”, como opinião expressa oralmente por Cristina Pacheco, aquando da apresentação do livro do mesmo autor *O Gato e o Escuro* (cfr. nota 105).

Deve-se, aliás, ter presente a importância da literatura oral nas sociedades africanas, que conse-

é um recurso estilístico muito utilizado ao longo do romance, e quase sempre ao dispor do narrador.

Contudo, é inegável que o romance deixa uma mensagem de esperança. O país, suspenso no ar, continua à “espera de outro tempo”. À espera do Último Voo do Flamingo, também porque ainda há homens bons: “Lá de onde o senhor vem também há os bons. E isso me basta para Ter esperança. Nem que seja só um. Unzinho que seja me basta.” (Ana Deusqueira, 183 – A própria esperança está, aliás, subjacente no nome da personagem, resultante da aglutinação de uma expressão: Deus queira).

Como constatámos, o conceito de corrupção que Mia Couto nos traz não é um conceito jurídico, mas um conceito apriorístico, como seria de esperar. O autor não o depurou, aproximando-o muito do sentido que ao tema é atribuído na linguagem comum, nomeadamente nos meios jornalísticos. Através da ficção visualizamos todo um mundo real, reconstruído através de personagens que corporizam estereótipos sociais. Os referentes estão lá todos: o governador corrupto, o nepotismo, a peita, o tráfico de influências, os grandes interesses internacionais. Muitos actos incrimináveis surgem aos nossos olhos, mas raras vezes surgem aos olhos dos juízes.

quentemente deixam marcar na literatura escrita. Mas, como advoga Ana Mafalda Leite, devemos ter a noção de que “a predominância da oralidade em África é resultante de condições materiais e históricas e não uma resultante da «natureza africana»; mas muitas vezes este facto é confusamente analisado, e muitos críticos partem do princípio de que há algo de ontologicamente oral em África, e que a escrita é um acontecimento disjuntivo e alienígena para os africanos... A questão trata-se de assinalar a particularidade, sem perder de vista outros aspectos, e saber como descrever o accidental, o factual, sem o considerar como pertencendo à ordem das essências” (1998: 17, 18).

As marcas de oralidade invadem a obra em análise, onde a utilização de um provérbio (ou um dito popular) a abrir cada capítulo é significativo. Os provérbios que na opinião de Aguessy são “belos «resumos» de longas e amadurecidas reflexões, resultado de experiências mil vezes confirmadas” (1980:118) não têm, portanto, uma função meramente decorativa e a sua inclusão não acontece por mero acaso. “A função evocativa do provérbio, incorporado no texto escrito, evocação de um *sabor*, transmite à *escrita* uma dimensão através do qual o poder do Verbo, da palavra criadora, é restituído ao discurso. (...) O provérbio não tem, portanto, uma função meramente decorativa da *escrita* africana moderna, que o sentiria como uma necessidade de se manter num ambiente de vida tradicional, de se mostrar conhecedora e identificada com uma *sagesse*, que chamaria a si a responsabilidade de neutralizar a *sagesse* própria da *língua* ocidental de que o escritor se serve” (Trigo, 1981: 175. *Itálico no original*). Nas sociedades ditas tradicionais os provérbios funcionam eficazmente porque nessas sociedades “fala-se basicamente com pessoas a quem se conhece; todos os pressupostos necessários para decifrar um provérbio são compartilhados. E, por serem partilhados, a linguagem (ou intercâmbio oral) pode ser indicial, metafórica e dependente do contexto” (Appiah, 1997: 187).

O importante é, no entanto, a formação de uma nova consciência cultural⁽⁸⁰⁾. O crime também se combate culturalmente. É necessário mudar mentalidades, formar seres humanos mais críticos, apostar na educação. O sucesso da Democracia (e, no futuro, a sua manutenção) depende do grau de desenvolvimento da sociedade e do combate à criminalidade económica (e altamente organizada). Os escritores têm aí um papel relevante, mas difícil, já que poucos são os que têm acesso à leitura. O problema acentua-se ainda mais nos países africanos subdesenvolvidos (Venâncio, 2000: 130), como é o caso de Moçambique e de Angola, onde a leitura é apenas um luxo para meia dúzia. Num país onde a fome domina as páginas dos jornais, a leitura não alimenta a mente do povo. Nem poderia alimentar visto tratar-se de um país onde a alfabetização tem ainda um processo muito longo a percorrer.

Não obstante os baixos índices de leitura, o impacto da denúncia da corrupção pela literatura não deixa de ser importante. Aliás, o papel da literatura em países como Moçambique ou Angola é imprescindível para se escrever a verdadeira história daqueles, antes asfiziada pela visão colonialista.

2.2. Jaime Bunda, *Agente Secreto*

*“Agora eu pego na caneta para contar a verdade aos meus
conterrâneos. Só a verdade me interessa. É o nosso tempo.”*

Gégé, Epílogo: 312

O homicídio de “uma menor”, cujo “corpo foi encontrado perto do Morro dos Veados”, é o mote para o desenrolar da acção do romance *Jaime Bunda, Agente Secreto*⁽⁸¹⁾, editado em 2001. O penúltimo livro de Pepetela é um libelo acusatório contra a sociedade da Luanda contem-

⁸⁰ Para Arlindo Barbeitos, esta é também a solução apontada para que Angola consiga sair da crise profunda ou melhor da mão dos predadores. “... haveria a urgência de desenvolver uma opinião pública política que assente em razão pública livre, saiba encetar o processo de formação de opiniões e de vontades tendentes à criação das premissas indispensáveis a uma conciliação que consiga enquadrar a esperança de paz democrática e de bem-estar económico e social” (2003: 85, 86).

⁸¹ Todas as referências à obra remetem para a 1.ª edição, Publicações D. Quixote, 2001.

porânea, que pode muito bem ser extrapolado para outras sociedades, tornando-se assim – mas não só por isso – também numa obra que configura um tema universal.

A sociedade luandense do início do terceiro milénio surge aos olhos do leitor caracterizada como corrupta, injusta, incompetente, onde predominam os esquemas, os compadrios, as desconfianças, a economia paralela, os sacos azuis... “Nós somos privilegiados, não recebemos do orçamento do Estado, recebemos dos sacos azuis, o circuito paralelo. O paralelo é que dá, seja o mercado, seja a polícia, seja a Igreja, sabedoria do Bernardo. Por isso é que os polícias têm de pentear as pessoas, quer os pedestres que vendem mercadorias quer os circulantes que têm documentos certos e carros na perfeição, mas que mesmo assim têm de escorregar gasosas para os polícias, senão perdem a carta de condução. Mas vão fazer mais como, então os polícias também não têm mulher e filhos para sustentar? É melhor pedir que roubar e é melhor roubar que ser roubado, não acha, chefe?” (20). Esta observação irónica de Bernardo, o motorista de Jaime Bunda, personagem principal, ilustra bem como funciona a corrupção e de que forma ela é legitimada em países onde predomina a miséria, onde os salários estão desajustados da realidade⁽⁸²⁾ e, sobretudo, onde o Estado não logrou ainda institucionalizar-se e afirmar a sua própria intencionalidade. A máquina administrativa não consegue impor-se e cumprir os seus desígnios, dando origem à manutenção de uma economia informal. A debilidade do Estado propicia desvios de procedimentos, expedientes mais ou menos lícitos, normalmente utilizados para proveito pessoal. É patente também que a economia paralela e, por arrastamento, a corrupção invade todas as estruturas sociais: o mercado, ou seja, o sector privado, a polícia, representando o Estado, o sector público e a própria Igreja. A Igreja, que seria à partida um domí-

⁸² Ainda numa recente entrevista à revista *Espaço África*, o escritor Pepetela salientava o facto da falta de poder de compra mesmo no seio dos professores, grupo que tradicionalmente é visto já como privilegiado. Para estes a decisão de comprar um livro não é fácil. “O seu salário é só para comer. Ele comprará um livro se entrar no «esquema», se obrigar o aluno a pagar qualquer coisa, etc., etc., etc., Um livro aqui, no mínimo, custa 15 dólares e o salário de um professor será de 200 dólares. Uma família para comer precisa de 300, 400 dólares no mínimo dos mínimos. Isto acontece também aos livros que são feitos aqui. Neste momento, parece que os livros feitos cá são um pouco mais baratos do que os importados, mas a diferença ainda é pequena. Há uns tempos era mais caro editar em Angola. Portanto, a decisão de comprar um livro tem de ser ponderada. Isto passa-se também em Moçambique e outros países” (2004: 133).

nio intocável, já que se trata do religioso, do espiritual, surge também contaminada pelo pecado e é alvo de crítica⁽⁸³⁾.

As críticas à sociedade luandense vão surgindo através de várias personagens. Ao longo da acção, que irá desenrolar-se por diversos locais da cidade (e não só) de Luanda, são denunciadas personalidades importantes: os detentores do poder (desde jornalistas a críticos, ninguém escapa ao humor satírico de Pepetela). Todos os estratos da sociedade são focados, mas curiosamente a corrupção é nesta obra de Pepetela denunciada ao mais alto nível⁽⁸⁴⁾, representada pela Polícia das Polícias – o SIG, Serviços de Informação Geral – e pelo próprio chefe do Bunker.

A instituição que simboliza para o cidadão o garante da ordem pública, o cumprimento das leis, a segurança individual, afinal não está imune. Os inconformados sentem-se impotentes⁽⁸⁵⁾, sem motivação para denunciar – já que o próprio Estado surge corrompido e assim a denúncia pode sair cara. Afinal, o que é possível fazer, denunciar no mundo ficcional?

A luta por uma sociedade mais justa trava-se, agora, com a escrita. As armas que lutaram contra o colonialismo, as armas que lutaram contra o regime que nasceu com a independência são substituídas pela escrita. E é sobre ela que recai a esperança numa sociedade mais justa. A caneta será a arma do futuro, mas é necessário, também, que a comunicação social seja independente dos poderes instituídos e que surjam muitos “Gégés”: “um jornalista para pôr nos olhos e ouvidos do mundo tudo aquilo que a população sempre marginalizada sente e quer” (312).

⁸³ O facto não é novo em Pepetela, já em *A Geração da Utopia*, a Igreja surge associada a negócios pouco lícitos. A religião é um instrumento da política e vice-versa (268-271).

⁸⁴ Do ponto de vista penal não existe uma distinção entre grande ou pequena corrupção. O mais alto funcionário é tratado da mesma forma que um simples amanuense. Normalmente as distinções são entre corrupção activa e corrupção passiva e entre corrupção para acto lícito e corrupção para acto ilícito. O que está em causa é a natureza do crime e não o agente do crime. Em teoria, a justiça é igual para todos.

⁸⁵ Sentem-se impotentes, por um lado, e com receio, por outro lado, face às retaliações/perseguições que poderão sofrer por parte dos poderosos. O próprio autor do romance admite ele próprio ser um covarde ao não identificar a personagem T: “É tão poderoso, tão poderoso, que nem o nome dele ousa mandar escrever. Ficará pela minha covardia, apenas como senhor T ou simplesmente T” (63).

2.2.1. Quatro narradores: quatro testemunhas de acusação em *Jaime Bunda, Agente Secreto*

A primeira justificação do título passaria necessariamente por realçar o seu inquestionável carácter jurídico. Todas as histórias judiciais/policiais são compostas pelas vozes das diversas testemunhas (tal como, no essencial, acontece no Processo Penal) que vão revelando os seus conhecimentos até ao paroxismo final: a verdade. A verdade judicial num caso, o desvendar do romance no outro. O juiz, tal como o cego, é guiado pelas vozes dos circunstantes, fazendo uma reconstituição mental de um acontecimento passado, que não viu e cuja ocorrência jamais poderá comprovar recorrendo ao método das ciências experimentais.

O leitor segue à procura da verdade através da visão do narrador, recorrendo-se das pistas que este aqui e ali lhe vai deixando, tentando adivinhar o caminho até ao desenlace final. Neste livro como num tribunal, seguimos, portanto, as pistas de quatro narradores⁽⁸⁶⁾. Quatro⁽⁸⁷⁾ perspectivas de analisar a sociedade luandense, parecendo o depoimento de quatro testemunhas que presenciaram um facto. Esta estrutura externa, a divisão em quatro livros, leva o leitor por um labirinto misterioso.

O homicídio da jovem menor vai tirar da inactividade a personagem principal do romance. Jaime Bunda é um ambicioso detective, ou melhor, como é apresentado no início do primeiro livro, um investigador intrigante. O narrador heterodiegético explica que o alcunha de Bunda “derivava da sua avantajada bunda, exagerada em relação ao corpo”. Era assim que era conhecido – Jaime Bunda – apesar de o seu nome verdadeiro ser comprido, “unindo dois apelidos ilustres no meio luandense” (13) e, de certa maneira, do de Angola.

A personagem surge logo conotada negativamente e representativa daqueles que obtêm emprego apenas porque têm um familiar bem posi-

⁸⁶ Às vezes interrompidos pelo pensamento do autor, entidade que supervisiona os vários narradores. Analisar o papel do autor e o seu relacionamento com os vários narradores, ou seja o papel/ caracterização do narrador seria um trabalho aliciante, mas não constitui o objecto deste estudo. Apenas faremos uma breve análise no último capítulo.

⁸⁷ A estrutura externa do romance – quatro livros, contendo cada um narrador autónomo – é explicada pelo próprio autor. “... mas em quatro partes, que é o mais sagrado dos números, por ser o número de patas do cágado, sobre o qual assentam os poderes do mundo” (247).

cionado. Um dos males da Administração Pública é, assim, denunciado: não é o mérito que conta para a obtenção e para progressão de uma carreira. O que importa é o cartão de militante do partido no poder ou uma consanguinidade sabiamente cultivada ou a pertença a um grupo de *status*. E é, ainda, necessário que não se tenha sequer um irmão subversivo: “Adeus futuras promoções, não ascende a cargos mais altos quem tem um irmão subversivo que quer contar todas as verdades. Como explicar a Gegé que há verdades que incomodam e por isso devem ficar pudicamente sob sete véus?” (312).

Além de ter conseguido o emprego, apenas, devido ao seu estatuto social, o nosso detective dos Serviços de Investigação Local está inactivo há vinte meses, quase dois anos! “... atirado para uma das cadeiras da sala de detectives sem nada para fazer, só porque era «das famílias»” (14).

Não é em vão que a expressão “das famílias” surge entre aspas. Sociólogo de formação, o autor do livro terá como intencionalidade comunicativa evidenciar a segregação social existente na sociedade luandense. “Das famílias” remete para um grupo de *status*. Um grupo dominante cuja coesão não é devida à mesma condição bio-cultural, nem mesmo económica. Como salienta José Carlos Venâncio, em *Colonialismo, Antropologia e Lusofonias*, Angola tem as suas especificidades sociais, e a coesão desses grupos “é fundamentalmente devida a critérios de honra e prestígio, i. e., critérios de ordem social e cultural...” (1996: 28). Na realidade, o estatuto social de Jaime Bunda surge identificado com um grupo de *status*. A personagem, embora conhecida pelo alcunha de Bunda, possui um sobrenome importante “unindo dois apelidos de famílias ilustres nos meios luandenses” (13), como já referimos anteriormente.

O estatuto social dispensa-o das “formalidades da praxe. Depois de admitido faria os testes e os treinos, abaixo a burocracia que impede o combate eficaz ao crime...”. O seu superior hierárquico também era “das famílias”. O Director Operativo protegia Jaime Bunda e, só por isso, coube-lhe a investigação do homicídio da jovem de catorze anos. Nunca tinha dado provas da sua competência e como avisara o Chefe Chiquinho Vieira “só o mantinha no serviço porque recebia ordens do D. O., o Director Operativo. Mas que não tivesse ilusões, por ele nunca passaria de estagiário” (14).

Este grupo de *status* tem como preocupação manter o seu poder, e para isso era necessário combater, também, os subversivos que conspiravam contra o regime. Curiosamente, Jaime Bunda tem um irmão subversivo⁽⁸⁸⁾. Gegé, o irmão jornalista, que surge no final do romance como a esperança do povo angolano numa sociedade mais justa. Está aqui subjacente uma solução apontada pelo autor. É necessária uma nova revolução. Esta só é possível através de uma sociedade civil mais activa e esclarecida e ainda com a dissociação dos grupos de *status* que constituem um entrave ao desenvolvimento.

O narrador fornece outros dados que ajudam a identificar o estatuto privilegiado da personagem principal. Com um tio denominado “Esperteza do Povo”, “antigo guerrilheiro na luta contra o colonialismo e reconvertido para as fileiras policiais” leu e releu os clássicos policiais na esperança de aprender “o novo ofício cuja ciência lhe escapava”. Uma família ligada à guerrilha, ao MPLA, que soube aproveitar os benefícios da identificação ideológica com o partido único ou, simplesmente, uma questão de oportunismo, patente na atitude do tio Jeremias que ocupou uma casa abandonada por um colono, tendo-se limitado a escrever “Ocupado por camarada do MPLA”. Foi o suficiente para conseguir legalizar a ocupação, apesar de toda a burocracia (50). Depois “chamou Jaime para lá, era uma forma de ajudar a parte da família caída na desgraça”. E a razão de ter caído na desgraça é devido ao facto de o pai do nosso detective não ter sabido utilizar melhor o nome da família “para subir na vida, mas não tinha mesmo jeito para isso. Ele, Jeremias, tinha aproveitado, era chefe de

⁸⁸ O que poderá constituir um problema futuro. “Se às relações familiares devia a sua posição profissional, em nome das mesmas era-lhe exigida lealdade” (Venâncio, 2004: 7), com um irmão na oposição “«Bunda já via o filme a seguir. Honório (seu colega) a dizer este teu irmão não tem juízo, olha quem ele acusa de roubar o povo. E o D. O. furioso, já nem a família se respeita, como irmão mais velho tens de te impor (...)» (p. 312)». Este pormenor torna-se tanto mais relevante, quanto o facto de muita da oposição política ao MPLA ser precisamente desempenhada pela imprensa. Diferentemente do que aconteceu noutros países africanos, nomeadamente naqueles cujo poder foi exercido por elites mestiças (Togo) ou crioulas (Libéria e Serra Leoa), a elite que assumiu o poder em Angola após a independência, filiada no MPLA, em muito identificada com o estigma crioulo, foi expedita, ao longo da guerra civil, na negociação de alianças com outras elites, principalmente junto das que dirigiam os movimentos de libertação inimigos, a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). Estas alianças assumem um sentido que, não faltando muito à verdade e recordando o modernismo brasileiro, designaria de «antropofágico» (Venâncio, 2004: 7).

Departamento, tinha casa, comprou o carro no serviço quando ao fim de alguns anos foi mandado abater à carga, tinha alguns produtos que eram fornecidos pela repartição para a sua cozinha, um bom cabaz no fim do ano, enfim, poucas coisas que lhe melhoravam em muito o seu nível de vida” (50).

O pai de Jaime Bunda não tinha tido a mesma ascensão social, dado que era honesto e “tinha vergonha de dizer que era primo deste ou daquele...”. Talvez não ingenuamente surge caracterizado como um intelectual, mas um intelectual conformado. “No fundo o teu pai era um intelectual... se contentava com o emprego sem futuro... quando expulsámos os tugas, ficou conformado, chupando o cachimbo e lendo os seus livros, será que ele escrevia⁽⁸⁹⁾?”.

Do seu antepassado, Jaime Bunda apenas herdou o gosto pela leitura, mas limitando-se ao género policial, que o levou até à protecção do Bunker, que representa a autoridade máxima, isto é, o próprio regime e bastava só pronunciar esse vocábulo para se sentir o temor estampado no rosto dos subordinados.

A inactividade de vinte meses na sala de Serviços de Investigação Local “apenas lhe proporcionou distinguir todas as moscas que entravam e saíam pelas janelas” (14,15). O espantoso humor destas observações do narrador é também colocado na caracterização directa feita pelo personagem principal do seu colega de trabalho, Isidro.

Jaime Bunda é, assim, apresentado como sendo um parasita da Administração Pública, que critica a ostentação material e os “esquemas” de Isidro, ajudando a compor o cenário de uma Administração ineficiente, incompetente⁽⁹⁰⁾, lenta e corrupta: “Por isso ria para dentro ao

⁸⁹ De novo a esperança na escrita. A nova revolução passa pela denúncia, pelo despertar de consciência, pela formação urgente de uma sociedade civil esclarecida, interventiva/activa.

⁹⁰ E não se continue a argumentar que a causa é a falta de quadros qualificados! Um argumento que para o autor, no seu novo romance, *Jaime Bunda e a morte do americano*, já passou de moda. “Que quer? Falta de quadros... Já tinha passado um bocado de moda a desculpa número um de todos os governantes e responsáveis. Por isso Jaime Bunda sorriu ao ouvir o comandante invocar falta de quadros...” (248). *Jaime Bunda e a morte do americano*, é o último romance de Pepetela, editado em Setembro de 2003, pela D. Quixote. A morte de um engenheiro americano em Benguela é o enredo para um manifesto anti-americano, anti novo imperialismo, alertando para as consequências do *novo império*. Temas como a corrupção, o terrorismo, o tráfico de órgãos, a prostituição de menores, entre outros, abordados com o humor irónico de Pepetela, preenchem as páginas deste segundo *Jaime Bunda*, tornando-o numa obra imprescindível.

O peso da administração pública é também denunciado na obra em análise. Há organismos a mais

ver o colega Isidro batendo no teclado do computador, com os dois indicadores muito esticados, a língua de fora, a qual se mexia ao ritmo da batida lenta. Os anéis de ouro que o investigador Isidro usava nos dois indicadores faiscavam... Só falta um Rolex de ouro. Parece um desses novos-ricos que ultimamente engrossam por aí... Deve ser isso mesmo, quer passar por novo-rico⁹¹, ele que não tem onde cair morto. A menos que... Sabia de alguns esquemas do Isidro, mas talvez não desse para enriquecer” (14).

Isidro representa ainda uma autoridade corrupta que só age em benefício próprio: “mais tarde Jaime veio a saber que Isidro tinha sido sócio de Antero numas negociatas mas o outro passou-lhe a perna. Não voltaram a fazer revista ao apartamento nem aconteceu mais nada, portanto Antero deve ter compreendido o aviso e corrigido o erro. Isidro comprou uma nova pulseira de ouro” (53). Os ostentivos bens materiais eram os benefícios do tráfico de diamantes, aqui denunciado através da personagem Antero Lopes, empresário. A ilicitude ou licitude da conduta (tráfico de diamantes) varia segundo as necessidades políticas do governo, sendo ao observador – Jaime Bunda – impossível discernir as razões de tão bruscas mudanças e os interesses que as possam sustentar. “Tráfico ilícito, pois claro, enquadrado no artigo tal do Código Penal. Em dias de grande honestidade intelectual, o estagiário tinha de reconhecer que nem sabia se ainda era tráfico ilícito, pois tão generalizado

que só servem para duplicar os postos de trabalho dos familiares e amigos. “... de haver organismos a mais, pois todos tinham as suas réplicas e trélicas, o que levava a diluir responsabilidades e multiplicar os nossos postos de trabalho. Para cada organismo criado, havia outro que o controlava e ainda outro para controlar este, numa perfeita paranóia de suspeição” (96). O jogo de poder como um ciclo vicioso de benefícios.

⁹¹ Porque os novos ricos, ou a neo-burguesia, têm sacado o erário público, o património do Estado. “Normalmente por alguém que conseguiu uma posição a nível desse mesmo Estado ou que está ligado familiarmente ou por clientelismo a alguém com poder. E já existe uma classe de ricos, uma neo-burguesia para usar uma expressão mais correcta, proveniente da rapina daquilo que era de todos nós”. *Jaime Bunda e a morte do americano* (249). Mas já em *A Geração da Utopia*, o comportamento da neo-burguesia é criticado severamente: “O problema fundamental é que o Malongo e o Vítor são os neo-burgueses, os que enriqueceram ou pensam enriquecer à sombra do Estado e têm comportamento de novos-ricos, com tudo de trágico e ridículo que essa palavra comporta. E há os lumpen-burgueses, os candongueiros de todas as espécies, os que começaram por pequenos negócios de rua e vão crescendo, sem cultura nem ética. Qual das duas classes comerá a outra? São classes com origens sociais diferentes, mas de igual apetite insaciável. Chegarão a fazer uma aliança e a criar um novo empresariado? Vão vender-se ao estrangeiro ou serão capazes de o assimilar? Seguirei com curiosidade esse combate que vai preencher o fim do século” (307).

estava. Além do mais, a Kamanga era legalizada quando convinha politicamente ao governo, por uma razão que lhe escapava, para logo a seguir voltar a ser criminalizada, por outra razão ainda mais obscura” (51). Perante isto, a realização de um negócio ou perpetração de um crime misturam-se. Não se sabe bem quando se realiza um ou quando se comete o outro. A consciência da ilicitude vai-se esbatendo e as fronteiras entre o legal e o ilegal desvanecem. O Direito Penal perde eficácia. Actos comunitariamente aceites ou vistos como pouco reprováveis não devem ser por ele punidos.

O Direito Penal clássico comporta apenas comportamentos socialmente insuportáveis. Os bens jurídicos estão identificados e re-cortados, sendo reconhecidos pela generalidade dos cidadãos (por exemplo, a vida, o património, a honra...). O mesmo já não se passa no Direito Penal secundário, onde se engloba a generalidade da criminalidade económica. Os bens jurídicos são identificados, depois de uma apurada leitura da lei (a especulação, a fraude sobre mercadorias). Até porque, muitas vezes, os seus autores são respeitáveis membros da sociedade. “White-Collar crime” na conhecida expressão de Sutherland⁽⁹²⁾.

Outra personagem que incorpora em si várias características do homem moderno africano é o senhor T. Um homem tenebroso, poderoso, que o próprio autor recusou identificar por covardia. “É tão poderoso, tão poderoso, que nem o nome dele ousou mandar escrever. Ficará pela minha covardia apenas como senhor T...” (63). Um militante muito dedicado, noutros tempos, ao socialismo, trabalhava agora no Bunker – um serviço secreto de informações, uma polícia secreta, uma espécie de SIS – Serviço de Informação e Segurança (em Portugal) – e era um homem temido por todos. “Mas os responsáveis a quem ele pedia favores olhavam para aquela cara, o sorriso que mais parecia esgar de peixe seco, e tremiam. Nem precisava ameaçar, nem sugerir nada com a sua voz mansa. Bastava olhar para eles. E ministro gosta daqueles cadeirões em que se senta, são confortáveis, porquê arriscar uma volta forçada para a cadeira de tampo de pau?...” (65).

⁹² Cfr. Santos, Cláudia (2001).

Mas actualmente as coisas não corriam bem para o senhor T, que se vê “obrigado”⁽⁹³⁾ a consultar um *Kimbanda*⁽⁹⁴⁾ (adivinho/curandeiro). Esta personagem simboliza, assim, o paradoxo do homem moderno africano. O homem moderno não consegue desprender-se das suas raízes. Continua preso às suas raízes. Usa o telemóvel ou o computador mas não consegue deixar de consultar o curandeiro.

Observando empiricamente alguns dos fenómenos que decorrem em África, como a crescente importância da magia, das religiões e a expansão das actividades criminosas, somos tentados a afirmar que se verifica um retrocesso, uma vez que as expectativas da modernização não se concretizaram. Mas a esta análise superficial deve-se acrescentar um estudo mais aprofundado da natureza das sociedades africanas. Importa, pois, analisar, tal como Chabal e Daloz, o indivíduo e as comunidades que constituem essa sociedade, de modo a apurar as diferenças entre as sociedades ocidental e africana, os limites da política em África e as consequências dessas diferenças.

O que houve depois das independências foi a africanização (ajustamento dos modelos políticos importados às realidades africanas) da política e as chamadas transições democráticas estão a ser reinterpretadas localmente.

A modernização das formas africanas de identidade e a administração dos sistemas políticos vindos do Ocidente foram complexas, dolorosas e caóticas e produziram uma grave crise económica que traz consigo futuros condicionalismos políticos. “A consequência deste processo foi a transformação das formas tradicionais de identidade em estratégias individuais e colectivas de manuseamento do cambio e da desordem.

⁹³ Os actores políticos são influenciados pelo irracional, pela religião e pela bruxaria, por isso, não se inibem de recorrer ao adivinho-curandeiro, embora em segredo.

Na verdade, nos países onde predomina a pobreza, a violência, e o desespero, existe uma crescente procura da bruxaria. Esta desempenha três papéis fundamentais: cura, coesão social e nivelção social. A bruxaria contribui para manter a coesão social, na medida em que pode ajudar a resolver problemas que poderiam levar a conflitos sociais ainda maiores.

⁹⁴ “O quimbanda é o adivinho-curandeiro, o necromante, o exorcista. Trata as enfermidades, diagnosticando por adivinhação; debela os azares, restabelece a harmonia conjugal ou provoca a inimizade” (Ribas, 1989: 41). O quimbanda não deve ser confundido com o feiticeiro. “O quimbanda, note-se bem, é o médico tradicional, o homem que essencialmente tem por objectivo a promoção do bem, ao passo que o feiticeiro, em repelente natureza do seu carácter, exclusivamente se consagra à destruição da felicidade alheia” (Ribas, 1989: 52).

Os africanos já não se podem apoiar nem no que tem a ver com as suas tradições de idade de ouro, nem nos tipos de identidade herdados da experiência colonial ou adquiridos depois através da sua percepção do mundo ocidental pós-moderno. Projectam-se a si mesmos como homens de negócios portadores de telemóveis, ao mesmo tempo que se mantêm em contacto com os espíritos da aldeia. Reinterpretam Rambo a partir da lembrança das cerimónias de iniciação⁽⁹⁵⁾” (Chabal e Daloz, 2001: 87).

O problema da identidade é central para se compreender a sociedade africana. A análise política clássica assenta na noção de indivíduo como ser independente, indo ao encontro do vocábulo cidadão, característico das nações ocidentais. No continente africano, a noção de indivíduo dilui-se, todavia, na noção de comunidade. As identidades africanas incorporam uma noção comunitária da identidade⁽⁹⁶⁾. O indivíduo, o individualismo é uma premissa do paradigma moderno.

No mundo ocidental, ou melhor, nos países ditos desenvolvidos, a política rege-se pela ordem racional⁽⁹⁷⁾. Isto é, segundo Daloz e Chabal, “*y la práctica de la política se disocia progresivamente del mundo de las creencias religiosas*” (2001: 101). As crenças religiosas, o irracional, a feitiçaria, o espiritual, não interagem na dinâmica social, mas restringem-se ao

⁹⁵ Errado seria querer identificar uma noção africana de identidade, pois as identidades culturais “não são rígidas nem imutáveis; elas são sempre processos de identificação em curso e constituem uma sucessão de configurações e representações que de época para época dão corpo e vida a tais identidades”. Para António Custódio Gonçalves, é importante conhecer quem pergunta pela identidade, em que contexto, com que objectivos, porque ao longo da história e ainda hoje a identidade é explorada. Em nome das etnias, manipulam-se eleições; em nome das etnias, minimizam-se movimentos sociais de revolta; em nome das etnias, criam-se conflitos entre irmãos. Enfim: “A etnicidade em África é um fenómeno complexo, caracterizado pelo etnocentrismo, pela consciência comum e pela identidade e exclusividade” (Gonçalves, 1999: 15).

⁹⁶ Assim, a noção de indivíduo permanece firmemente enraizada dentro das redes familiares, parentais e comunitárias, donde procede. No entender de Chabal e Daloz, quaisquer que tenham sido as mudanças pós-coloniais, não tiveram como resultado a separação do individual do comunitário. No entanto, embora para um ocidental seja difícil conceber a modernidade diferente da sua, isso não significa, que os africanos não possam, ao mesmo tempo, ser modernos e não individualizados (89).

Esta concepção da política, do indivíduo e do papel do cidadão pode influenciar o problema chave, que é o de saber o que é ou não politicamente legítimo. O problema da legitimidade é complexo. Para os autores de *Africa camina*, a dificuldade que temos para perceber a política em África, resulta, em parte, da nossa pobre percepção do problema da legitimidade.

⁹⁷ Quando falamos em racionalidade, estamos, à semelhança de Daloz e Chabal (2001: 101) a referir-nos a uma racionalidade “social”, que ajuda as pessoas a compreender como devem viver e interagir dentro de determinada sociedade e não, exclusivamente, à racionalidade científica, base do progresso tecnológico.

campo meramente individual, circunscrevem-se ao domínio do privado. Pelo contrário, nas sociedades africanas, Daloz e Chabal constataam que *“hay pruebas abundantes de que su comportamiento político es afectado por creencias religiosas que poseen un peso cultural abrumador. De hecho, ahora parece claro – como se muestra quizá mejor en la moderna ficción africana – que el estar expuesto al pensamiento y la educación occidentales no reduce seriamente el grado de aceptación que la elite africana ilustrada otorga a la superposición de lo religioso e lo temporal”* (2001: 103, 104).

Os autores de *África Camina – El desorden como instrumento político* vão ainda mais longe quando sugerem que o facto de os políticos africanos favorecerem os seus familiares se deve a essa dimensão religiosa do africano, concretamente à crença no poder dos antepassados⁽⁹⁸⁾ e consequentemente dos seus espíritos, e não simplesmente à parcialidade étnica (105), ou ao nepotismo, como acontece entre nós.

A observação de Chabal e Daloz não deixa de ser pertinente. Não advirá daí a legitimação social para alguns comportamentos ilegais, como os crimes de peculato, abuso de poder, tráfico de influências, entre outros, e por arrastamento o crime de corrupção? Desde que alimentem posteriormente a rede de clientela familiar, esses actos são encarados como naturais e até esperados.

O homem africano “ocidentalizado” não assume, no entanto, esse irracional, porque a racionalidade é também uma premissa da modernidade. Para se afirmar como homem moderno esconde as consultas ao *kimbanda*, como ilustra a personagem T, do romance em análise. “Por isso resolveu ir consultar um *Kimbanda* de que se falava muito nas altas esferas. Sugestões, alusões, nunca nada directo, pois nenhum político pode dar a entender que é tratado por *Kimbanda*, esses bantuísmos só dão para ignorantes falidos, nunca para quem tem nome e carreira a preservar. Mas o Bunker tinha provas que muitos políticos iam receber conselhos e tratamentos numa casa determinada de um muceque recente, lá para os lados do aeroporto... Bastava ter precauções especiais, usando o carro de vidros fumados com uma matrícula desconhecida que ele mudava sempre que queria, tinha várias na garagem de casa” (65).

⁹⁸ Esse poder está também presente, como já constatámos, na obra *O Último Voo do Flamingo*.

O adivinho-curandeiro atesta a interligação entre o moderno e o tradicional, mas surge também como personagem no romance de Pepetela para denunciar o tráfico de influências, ou melhor do comércio de influências, embora o *Kimbanda* não o admitisse: “Quanto ao pagamento da consulta e tratamento, nem falamos disso, apenas quero a sua consideração e amizade, quem sabe se um dia vou precisar da sua influência... Não, não se tratava de um comércio, era uma arte a que ele se dedicava com devoção verdadeiramente sacerdotal e que acabava por ser compensada pelos amigos, um dia, quando precisava, quais generosos e desinteressados mecenas que apoiam o artista, limitado a um momento dado por estúpidas dificuldades materiais que o impediam de realizar a obra” (70, 71). Não se trata, pois, de um *Kimbanda* tradicional mas de um novo rico, ridicularizado pela originalidade de um escritor que surpreende com um tratamento absurdo: a sodomia era o medicamento para fechar todos os males: “T despiu as calças e as cuecas, virando-se um pouco para ocultar o sexo. Depois pensou, parvoíce, ao médico se pode mostrar tudo, não há vergonhas. Afastou as pernas e inclinou-se para a frente, apoiado pelas duas mãos no braço da poltrona. O Kimbanda então levantou, passou para trás dele. T ouviu o barulho de panos a serem manuseados. Sentiu uma coisa tocando no seu anus”. Já de regresso e refeito da humilhação T pode constatar: “– Por isso é que ninguém diz que veio consultar este gajo, ninguém sabe de nada, só há sorrisos dissimulados. Deve ter enfiado a azagaia em muito cu” (71).

E o homem protegido do Bunker regressa à normalidade. Sempre perseguido por Jaime Bunda. Era “peixe graúdo”, acima de qualquer suspeita. Por isso, o chefe Chiquinho Vieira ordenou ao detective que as investigações seguissem outro rumo. Curiosamente, o nome do senhor T não representa nada para o nosso detective. Jaime Bunda, ao investigar a morte da jovem, esbarra-se com o nome do temeroso, mas “o nome em si não lhe dizia nada (não é como a nós, que até nos faz tremer) e foi consultar ficheiros” (73). No entanto, a perseguição continua com o aval do Director de Operações, o parente de Jaime Bunda, que parece querer vingar-se de histórias antigas. Até as investigações se orientam de acordo com interesses e jogos pessoais. Um princípio de oportunidade policial sabiamente administrado. Em vez da legalidade na promoção e prosse-

cução processual, garante do Estado de direito, a oportunidade formal, geradora de arbítrios e desigualdades. Só se persegue quem se quer⁽⁹⁹⁾. A perseguição, levada a cabo pelo nosso herói, Jaime Bunda, leva o leitor até ao mundo do crime organizado, ao mundo do mercado paralelo, da corrupção, da delinquência...

O crime e a violência preenchem as páginas do romance, e atestam a tese de Daloz e Chabal que não existe uma fronteira entre o legal e o ilegal, entre o lícito e o ilícito, o formal e o informal. Há como que uma fusão, conseguindo o ilegal alimentar o legal. O negócio de empresas de segurança privada prolifera aos olhos de todos⁽¹⁰⁰⁾. Às portas do “maior mercado ao ar livre de África, de nome de novela brasileira⁽¹⁰¹⁾” (83), a “«Confia – Agência de Segurança», propriedade de Antonino Das Corridas – colega de infância do jovem Bunda – confirma o sucesso do negócio. Embora seja “muito ilegal mesmo apesar de letreiro e tudo” (90), o próprio Jaime Bunda compactua e contrata os serviços ilegais, para tratar de um assunto privado de âmbito amoroso. Aliás, é através deste promissor detective que sabemos que o que era retratado no cinema e na literatura é pura realidade⁽¹⁰²⁾: “Mas foi crescendo e descobrindo primeiro na literatura e no cinema, depois na vida, que havia polícias delinquentes, corruptos, sem se diferenciarem nada dos bandidos. Agora lidava todo o tempo com esses e nada o admirava” (87). Antonino Das Corridas chega a propor sociedade ao jovem estagiário: “Te dou uma comissão por cada cliente que me arranjas – propôs Antonino, entusiasmado. Jaime Bunda achou exagerado tanto entusiasmo, mas percebeu em seguida. – Deves

⁹⁹ O princípio de oportunidade (não se persegue o homicídio se ele confessar o crime) tão celebrado ao nível interno nos E.U.A. ajusta-se agora também à sua política externa. Muitas vezes as investigações orientam-se segundo os interesses externos de uma nação, como é o caso no romance *Jaime Bunda e a morte do americano*. Em nome de uma suposta ameaça terrorista sacrificam-se inocentes. Os mais fracos obedecem para não passarem para o lado inimigo!

¹⁰⁰ A violência organizada prospera nas sociedades pobres, onde a política está muito pouco institucionalizada, onde a lei e a ordem são frágeis e onde a economia paralela é forte, e essa violência é instrumentalizada constituindo um negócio.

¹⁰¹ Trata-se do mercado Roque Santeiro. Um mundo marginal, de delinquência... “Se calculava, cem mil pessoas estavam lá juntas na hora de maior afluência, quer dizer, ao meio-dia. E um milhão passava todos os dias. Se dizia porque estatísticas, números, afirmações objectivas e verificáveis, isso nada” (83).

¹⁰² Não haverá aqui uma intencionalidade comunicativa por parte do autor? Ou seja, não estará a dizer ao leitor que tudo o que o autor, através do narrador, recriou no mundo ficcional, se trata na verdade de um mundo real, no qual o próprio leitor vive?

arranjar bons clientes. Toda a gente sabe, lá em cima vocês andam todos à porrada uns com os outros” (89).

O mundo organizado do ilegal versus legal volta a desfilar aos olhos do leitor, através da personagem Said Bencherif. Um libanês que tinha sido expulso de Luanda: “Acusado de tráfico de diamantes, drogas e, se refilasse muito, também de armas para a rebelião. Assim ele contou, quando me conheceu em Dakar” (135). Passados dois anos, regressa para espanto de Jaime Bunda, com sobrenome falso – Benselama –, e com a cobertura do todo poderoso senhor T, tinha entrado clandestinamente no país: “para recuperar o que lhe tiraram da outra vez em que foi expulso, segundo ele para lhe ficarem com o negócio e fortuna” (135). E chegamos ao fim do livro do primeiro narrador sem termos um polícia honesto.

O autor decide mudar o estatuto do narrador. O narrador heterodiegético dá lugar a um narrador autodiegético, feminino, estrangeiro – da Argélia. A narradora Malika, suposta mulher de Said Bencherif, é quem melhor conhece a personagem. É através deste narrador, num processo e caracterização directa, que ficamos a saber quase tudo sobre o mundo dos negócios ilícitos, sobre os esquemas do mundo informal⁽¹⁰³⁾ que alimentam Said e os poderosos de Luanda.

Com o pensamento desta “simpática narradora”, vemos postos em causa alguns preceitos da cultura muçulmana – como o Ramadão, o papel subalterno da mulher, a poligamia –, bem como temos presente a denúncia do racismo hipócrita do povo francês: “Qual o argelino que duvida do racismo, envergonhado para uns, hipócrita para outros, dos franceses tão diferente do de outros europeus que esses não o escondem, muitas vezes até fazem gala de o exhibir?”. O livro do segundo narrador é no fundo uma história de vida (ou de vidas!). A vida de Malika que o autor decide silenciar: “... mas tenho de a dispensar com a alma condoída, devo confessá-lo. A razão da minha atitude é ponderosa. Se continuamos com ela, vamos provavelmente entrar pelos fabulosos haréns de sultões e califas, digamos das Mil e Uma Noites... Mas perderíamos o espantoso Jaime Bunda e sua infatigável luta contra os horrendos cri-

¹⁰³ O peso da economia paralela, o mundo informal, consiste num obstáculo ao desenvolvimento. Ainda recentemente, um relatório resultante de uma auditoria apresentava a corrupção e a economia paralela como dos maiores entraves ao desenvolvimento de Portugal.

mes cometidos em Luanda, razão dos nossos propósitos. Há momentos na vida em que optar, por outras palavras exercer a liberdade, é um acto doloroso⁽¹⁰⁴⁾. Mas necessário” (167).

O livro do terceiro narrador (169) começa por visualizar a narrativa do segundo, que foi contada pelo olhos de Malika⁽¹⁰⁵⁾. Presenciamos as mesmas cenas, mas de um outro ângulo, como se fosse uma nova versão. A partir daí seguimos as investigações de Jaime Bunda que culminam com a apreensão, em flagrante delito, de uma quantidade apreciável de Kwanzas falsos, acabados de chegar ao país e destinados a Kínguilas que os introduziriam no mercado, com grave risco de pressões inflacionárias.

A acção deste terceiro livro torna o estagiário detective num verdadeiro herói. Jaime Bunda ao conseguir apanhar os falsários, Said e Bubacar, confirma a importância do poder, ambicionado por qualquer ser humano, simbolizado pelo Bunker. O Bunker representa, aliás, a excessiva personalização do poder político. Quer queiramos, quer não, remete-nos para a imagem do presidente José Eduardo dos Santos. Na opinião de José Carlos Venâncio, esse poder era já “evidente desde o início da independência, conquanto Pepetela, pelas razões acima expostas, não o tenha revelado. Fá-lo agora com a figura do Bunker, que, sendo explícita em termos sociológicos, denota (atendendo ao significado que me parece mais óbvio) um tratamento literário que está, por sua vez, aquém do que o escritor nos habituou” (2004: 11).

A excessiva personalização desse poder surge, no entanto, prejudicial à sociedade. Implicitamente, o narrador apresenta um chefe do Bunker com comportamentos imorais, diríamos criminosos, pois deixa no ar suspeitas de práticas pedófilas: “Toda a gente sabia que o chefe do Bunker era candidato a uma canonização pela Igreja, mal batesse as botas, devido ao seu amor indefectível pelas criancinhas, especialmente meninas, as quais acariciava sempre muito e protegia de todos os males, não faltando uma missa na Igreja de Jesus, onde por vezes recebia a hóstia do próprio arcebispo. Curioso. Como podia o comandante ir sempre

¹⁰⁴ Será que o autor se refere ao facto de ele próprio procurar a verdade, sabendo que poderá ser doloroso a sua denúncia e que os leitores prefeririam deleitarem-se nos haréns de Malika?!

¹⁰⁵ Este segundo livro trata-se do relatório que Malika teve de efectuar, depois de interrogada pelo D. O. – Director de Operações.

à missa e à comunhão, embora em cultos especiais sem testemunhas, e ninguém saber como ele era, dizendo-se que estava sempre metido no buraco? Contradição da propaganda de rua?” (208)

O mistério à volta do chefe do Bunker é permanente ao longo do romance – aliás a sua identidade nunca chega a ser desvendada – bem como em relação à personagem T. A apresentação da biografia deste, no início do terceiro livro, ajuda a clarificar a sua ascensão ao poder. E o narrador põe a nu os próprios esquemas partidários, os jogos de interesses, a atribuição pouco transparente de verbas, o tráfico de influências, o abuso de poder, que faz de personagens⁽¹⁰⁶⁾ como T exploradores do Estado. Curiosamente, quando alguns patriotas dentro do Bunker se preparavam para o afastar “através das práticas habituais neste género de Serviços, foram absolutamente surpreendidos com a sua nomeação para conselheiro⁽¹⁰⁷⁾, o que na prática desconhecemos que funções significam” (183).

O, agora, conselheiro do Bunker continuou com os seus esquemas, tendo, até, mais poder usando o tráfico de influências para obtenção de

¹⁰⁶ Poderemos considerar que se trata de uma personagem tipo. O facto de não ter identidade, pode ser intencional, pois, remete para o plural. Não se trata de um indivíduo concreto, mas pode simbolizar um grupo social.

¹⁰⁷ A recente nomeação de Pierre Falcone para ministro conselheiro de Angola junto da UNESCO em Paris provocou um escândalo entre as autoridades francesas e mal-estar em Luanda. Este comerciante esteve um ano em prisão preventiva no âmbito do inquérito da venda de armas a Luanda nos anos de 1993 e 94, no valor de 500 mil dólares.

A Justiça francesa imputa-lhe os crimes de comércio ilícito de armas, abuso de bens sociais, fraude fiscal e tráfico de influências num processo onde estão incluídas personalidades francesas como Jean-Crhistophe Mitterrand ou Jacques Atalli. Valendo-se do seu passaporte diplomático angolano e da carta de diplomata passada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiro Francês, Pierre Falcone pôde sair legalmente de França. A imprensa francesa designou o comportamento das autoridades angolanas como “a palhaçada de Luanda”. “Em Paris, o jornalista da rádio nacional France Inter Dominique Brombeenger perguntava: “Que este personagem duvidoso tenha procurado a protecção da imunidade diplomática, é perfeitamente lógico (...) É o governo angolano que deve explicar o seu comportamento (...) Receia o Presidente Dos Santos que Falcone dê com a língua nos dentes? Que ele diga, por exemplo, como se fazia a redistribuição do dinheiro pago pelo seu país por armas compradas a Falcone por três e quatro vezes mais do que o preço real?”. Cf. Pedro (2003).

Também ao nível interno, apesar da intransigência do governo angolano, não têm faltado vozes críticas àquela nomeação. Diversos partidos, nomeadamente a UNITA, procuram discutir o assunto no Parlamento. No próprio MPLA o mal-estar é crescente, aprofundando um certo isolamento de José Eduardo dos Santos. Cf. Cordeiro (2003).

Este exemplo, colhido na imprensa, revela as relações menos claras entre o poder político e a criminalidade económica de tal forma que aquele não se coíbe de nomear como seu embaixador um foragido às autoridades francesas. No ar ficam as suspeitas, dúvidas e mistérios... Estas relações perigosas e misteriosas estão sempre presente no romance em análise. Há personagens que estão sempre protegidas por quem manda.

benefícios próprio. “Entretanto começaram a surgir suspeitas de manobras de bastidores que o elemento terá utilizado para pressionar dois ministros a aceitarem uma proposta escandalosa de compra de fechaduras enchendo dez contentores e que se descobriu depois não terem chave nem sítio onde a meter; idem no caso do vinho falsificado, feito a partir de borras de uvas e álcool industrial misturado com água; idem na privatização gratuita do centro de ultracongelados que ficou para um amigo seu, tendo o Estado pago ainda um subsídio volumoso para pôr a funcionar o complexo, o qual sempre funcionara bem antes da privatização; idem nos aviários de criação de galinhas sem patas nem cabeça, as quais desconseguiram de se reproduzir, apesar do enorme investimento feito pelo Estado, não sei se por falta da cabeça ou por falta das patas. Como indicam os anexos 24, 25 e 26, são inúmeras as suspeitas dos nossos homens sobre negócios ilícitos e sobretudo negócios ruinosos em que o elemento consegue fazer o Estado participar, usando do seu tráfico de influências. Na sequência desta prática escandalosa apontam-se algumas propriedades ao imprestável cidadão, embora oficialmente estejam em nome de outras pessoas...” (184).

A personagem T não sai da mira do Director de Operações, parente de Jaime Bunda. O homicídio da jovem fica esquecido para, em nome da manutenção do poder, se descobrir uma história incriminatória, nem que seja necessário inventá-la. “Vou vender essa história ao chefe. Pode ser que a compre. Pelo menos vai perder algum tempo a averiguar as possibilidades, ganhamos uns dias. E vocês vejam se resolvem rápido este assunto” (220). Ao D. O. interessava incriminar a personagem T, já que corriam rumores de que este iria ser nomeado Director – Geral do SIG. Se isso acontecesse, o D. O. seria afastado uma vez que eram inimigos de longa data. Assim, uma questão pessoal é que determina o desenrolar do inquérito. Mas como se pode confirmar no livro do quarto narrador – “onde se conclui a estória, provavelmente sem conclusão expressa...” (247) – não se encontram provas que levem à condenação do inimigo. Nem mesmo com técnicas policiais, que fariam erguer a voz a qualquer ONG – Organização Não Governamental. A preocupação com os Direitos Humanos é substituída pela preocupação com os direitos pessoais instituídos. “Said tinha a cara toda deformada e sangrenta, com os lábios

rebetados, alguns dentes a menos e os olhos fechados. Mas repetiu a sua verdade, a ligação com T era a coisa mais inocente do mundo. Continuou a sessão de tortura. Armandinho voltou a parar para recuperar o fôlego. (...) Silêncio. Mais porrada. Mais silêncio. Armandinho estava extenuado” (255, 256).

Said e Bubacar são interrogados individualmente e frente a frente, mas pouco mais adiantam aos factos conhecidos pelos investigadores. Estes queriam saber quem lhes dava cobertura no país, forçando para que a resposta fosse T, mas em vão. Said ainda acusou o seu antigo sócio de colaboração neste crime de falsificação de moeda. Meritório Tadeu foi interrogado e convidado a se deixar fechar num quarto, depois lhe explicaram que não estava preso, “apenas detido por alguns momentos, até porque era um conceituado empresário da nossa praça (...). O D.O. lhe prometeu que ainda hoje, antes da noite, seria libertado e levado para o escritório, mas precisava de o ter à mão para mais uma acareação” (285). A acareação com Said Bencherif não tinha sido lucrativa. Mas o Director de Operações acalentava ainda uma última esperança de incriminar o “bagre fumado”, a personagem T. “Vou à Cidade Alta pedir autorização ao chefe para interrogar o bagre fumado. Explicar-lhe tudo o que se passou, as nossas suspeitas, e garantir que num interrogatório ele vai escorregar, vai entrar em contradição com o Said e outros, vamos apanhar-lhe nalguma...” (286). Só que o chefe do Bunker não lhe deu autorização, pelo contrário, reforçou a confiança em T e mandou ainda libertar Meritório Tadeu, com um pedido de desculpa. Apesar da frustração, conseguiu ganhar tempo e manter-se no poder por mais algum tempo. “De qualquer modo, ficou em banho-maria e por muito tempo a proposta do bagre para director-geral do SIG. Só isso ganhámos” (290).

A Armandinho coube a tarefa de ir soltar Meritório Tadeu, e pedir-lhe desculpa. A estupefacção dos três agentes policiais era notória, perante a importância do empresário face ao chefe do Bunker. “De onde vinha o poder deste homem, facto que até espantara o parente, informado de tudo por obrigação? Mistérios e mais mistérios, esta terra está cheia de mistérios, disse para si mesmo Jaime Bunda, a dar ao arranque. Provavelmente é casado com uma filha da realeza, ou cunhado de algum membro da corte. Ou sabe mujimbos explosivos sobre os

cortesãos e o seu silêncio convém comprar. De que é feito o poder nesta terra? Mistérios, só mistérios...” (292). O mistério do poder de Meritório Tadeu fazem-no sair em liberdade. Os limites da política são indefinidos e, normalmente, os homens poderosos são ricos e os homens ricos são poderosos. Poder e riqueza são inseparáveis. A esfera da política mistura-se com todas as outras, desde a religião ao comércio. Esta é a primeira diferença com o Ocidente, pois, no mundo ocidental, a esfera da política é diferenciada das restantes.

Malika sai também em liberdade. A companheira de Said será agora a protegida do Director de Operações que ordena a Jaime Bunda que a leve ao hotel. Nesta viagem a corrupção policial – agora ao mais baixo nível (aqueles que ganham salários miseráveis) – regressa às páginas do romance. “À entrada da Ilha, um polícia de trânsito mandou parar o carro, para ver os documentos da viatura e carta de condução. Mais um a tentar melhorar o miserável salário, pensou Bunda, com benevolência, talvez por ter uma beldade ao lado. Era conhecido que os polícias nem viam os documentos se no meio deles estivesse uma nota boa de kwanza, a chamada gasosa. Saíam aos bandos para a rua nos fins-de-semana, sobretudo na Ilha, que era o ponto de maior circulação por causa das praias, para extorquirem os cidadãos e particularmente os candongueiros, cujos carros teriam sempre qualquer coisa que justificava uma multa ou apreensão de veículo. Jaime mostrou o cartão do SIG e recebeu uma temerosa continência em troca. Sorriu e disse, condescendente: – Vai descansar, colega, já é tarde. O dia esteve fraco? O polícia não respondeu, medroso. Qualquer que fosse a resposta podia incriminá-lo, pois seria sempre admitir que se deixava corromper. Jaime arrancou, deixando o outro na dúvida sobre o seu verdadeiro estatuto, pois podia se tratar de um fiscal em ronda de inspecção. Quem não sabia que os SIG era a polícia dos polícias?” (296-297). A polícia dos polícias que, ela própria, não estava imune à corrupção, como se constatou ao longo da acção e se disse logo no início, representada por quase todas as personagens.

O caso das notas falsas estava quase encerrado. O D. O. apenas aguardava informações da Interpol e da “bófia de Cronakry” sobre Diallo Keita, que Said acusara de ser o cérebro da operação. Mas “a bófia de Cronakry e a Interpol, sempre cautelosas em afastar uma suspeição, pois

aplicavam sistematicamente o lema de que todo o cidadão é culpado antes de provar a sua inocência, neste caso eram totalmente afirmativas, Diallo Keita estava a ser vítima de uma acusação ainda mais falsa de que os kwanzas apreendidos” (298). Mais complicadas estavam as coisas agora para o Director de Operações que apenas queria fechar o caso, mas gostaria de arranjar um cérebro fora do país, “mesmo que escapasse em seguida à justiça, para se provar ao mundo que mais uma vez tinha havido uma conspiração internacional contra nós e fomos injustiçados. Assim, temos como cérebro da operação apenas o Said, o que é pouco, pois os seus objectivos eram puramente de dinheiro e dificilmente poderemos apresentar o caso como político. E como o Said não vai falar, nem será mais interrogado para dar o nome do bagre fumado, acabou, ficamos assim mesmo. Percebeste”. E assim mesmo foi apresentado o caso em conferência de imprensa, tendo ficado “Said Benselama, aliás Bencherif” para “a História e Justiça como o responsável máximo da criminosa operação” (310).

Para o final da conferência de imprensa estava reservada uma surpresa. “Surpresa aterrorizadora é preciso dizer. Felizmente para Jaime, estava ao lado de Armandinho que o amparou, senão havia riscos de se ter estatelado no chão, tal a comoção e o medo. Pois a surpresa era T em pessoa. Veio cumprimentar todos os agentes implicados na exitosa operação trazendo os cumprimentos e congratulações do chefe do Bunker” (308).

Ao ser cumprimentado, Jaime Bunda treme de medo e lembrou-se de Dona Filó que lhe tinha dito, aquando da investigação do homicídio da jovem, “quando tiveres medo vais lembrar de mim. Com efeito, Dona Filó era feiticeira de respeito, sabia coisas” (309) O êxito da operação foi comemorado com champanhe.

Para trás tinha ficado o homicídio da jovem. Jaime Bunda tomou conhecimento que o mistério já tinha sido desvendado. Kinanga, do Ministério do interior, que tutelava as investigações informa-o que “o criminoso é filho de um deputado. Da bancada maioritária, ainda por cima. Se fosse da oposição não seria grave... Eu tenho sempre azar com estas coisas, sai-me cada às na manga!” (304). Esta confidência revela a inexistência de uma separação material dos poderes. Apesar de formalmente declarada a independência do poder judicial, não constitui uma

realidade. As pressões, as intimidações, a ausência de uma clara separação (desde logo a nível económico) criam condições para interferências intoleráveis num Estado de direito.

O jovem depois de pressionado acabou por confessar o crime. E será acusado de homicídio involuntário. “A violação não dá assim tantos anos de cadeia. E ainda por cima de uma rapariga que não é de família importante. Com um bom advogado, o rapaz safa-se relativamente bem. Convenceu-se de estar imune por ser filho de quem é e nem fez um grande esforço para esconder indícios ou arranjar desculpa. Se fosse menos arrogante nunca o teríamos apanhado. E, apesar de ter confessado, não é certo que possamos resistir às pressões do pai e amigos. Que levamos para tribunal?” (305).

Os saberes tradicionais seriam talvez mais úteis para esta polícia que não consegue distinguir a racionalidade da irracionalidade e que só por esta via consegue superar as suas incapacidades, como aliás já fazia o Tribunal de Santo Ofício. Com o que nos deparamos (tal como entre nós mas para pior) com uma justiça classista. Os poderosos, os ricos podem contratar advogados competentes, subverter provas, comprar testemunhas. Aos outros resta-lhes confiar no normal funcionamento da justiça e esperar. Até porque, no dizer de Kinanga, chefe da polícia local do Ministério do Interior: “O testemunho de Dona Filó nunca pode ser considerado. Como sabe, a nossa justiça rege-se pelos princípios europeus, racionalistas e cegos. Provavelmente o advogado vai ensinar o criminoso a negar tudo e que confessou porque o pressionámos” (305).

Mesmo depois de encontrado o criminoso, Jaime Bunda ainda duvidava da inocência de T. “... tinha fixado o pormenor relativo a Dona Filó. A velha lhe tinha dito que quando estivesse perto do criminoso ele teria muito medo. Mas medo teve de facto quando esteve perto de T, aliás continuava a borrar-se de medo só ao pensar em enfrentar o sinistro personagem. A velha estaria a falar da mesma coisa? Parecia que os dois crimes se misturavam, o do filho do deputado e o atentado contra a economia nacional. Desde o princípio. Devia pôr em confronto o bagre fumado e Dona Filó. Se não saísse fumo ele atirava a cabeça para baixo de um comboio. Mas Kinanga tinha vencido e queria levar a taça” (306).

Os casos estavam encerrados mas pareciam envoltos em mistério. E na cabeça do detective restaram as dúvidas. Para acalmar só mesmo um uísque. Mas cortaram as despesas de representação. Ordens do FMI – Fundo Monetário Internacional que, pelo menos, por algum tempo, punha fim no hábito de beber uísque a qualquer hora e sem limite. Aliás, a garrafa de uísque está sempre presente ao longo do romance, sinónimo de poder, de modernidade, de emancipação do homem africano. Tornou-se “moderno”. A presença da garrafa do uísque serve também para criticar os gastos excessivos e supérfluos dos governantes, com a agravante de desviarem dinheiro da cooperação internacional, neste caso através do FMI, incluso na rubrica despesas de representação. A utilização indevida dos dinheiros da cooperação internacional é também denunciada, como já foi referido, em *O Último Voo do Flamingo*, de Mia Couto. “O dinheiro desviado desses projectos era uma fonte de receita que os senhores locais não podiam dispensar” (200).

O diagnóstico sombrio não impede, todavia, uma mensagem subliminar de esperança. Só o desenvolvimento, o crescer progressivo das novas gerações cada vez mais informadas e o surgir de uma comunicação social imparcial e interventiva poderão contribuir para mudança de mentalidades.

Gegé é a personagem que corporiza a esperança numa sociedade mais justa. “... só vim para te avisar, agora vou rápido contar lá no bairro que têm um jornalista para pôr nos olhos e ouvidos do mundo tudo aquilo que a população sempre marginalizada sente e quer” (312).

MIA COUTO E PEPETELA .03

ENCONTROS E DESENCONTROS

3.1. DUAS GERAÇÕES: O CONTEXTO

“A actual literatura africana escrita em português une um conjunto de autores que partilham uma sinergia cultural a que corresponde uma longa história comum feita de encontros e desencontros.”

— MARGARIDA FERNANDES, “Os textos e os Contextos, As Literaturas Africanas de Língua Portuguesa entre a Ficção e a Realidade”.

“Pepetela juntou-se ao movimento revolucionário e pegou em armas, seguindo o apelo de libertação do seu país. Eu sei o quanto isso é difícil. Aqui, em Moçambique, sujeitos a um mesmo regime colonizador, custava-nos na carne essa entrega à mesma causa emancipadora... o quanto eu podia trocar de biografia com ele, o quanto ele podia usurpar minhas lembranças. Como se eu pudesse ser natural de Benguela e ele se tivesse infanciado na Beira.”

— MIA COUTO, in *Portanto... Pepetela*

Depois da análise da representação da corrupção, em dois escritores emblemáticos, urge verificar em que circunstâncias concretas se processa a sua criação literária, partindo das suas experiências mais quotidianas. Não se pode deixar de analisar as obras objecto deste trabalho sem levar em conta a geração e o contexto ideológico dos dois autores. Um estudo asséptico, despojado, que procurasse separar a obra do seu criador e do momento histórico em que se insere, para além de impossível, seria inútil. Só poderia contribuir para gerar equívocos, incompreensões.

É na linha de Pierre Bordieu que nos posicionamos e que defende que “não é possível tratar a ordem cultural, a *epistème*, como um sistema totalmente autónomo: quando mais não seja porque nos proibiríamos assim de dar conta das transformações que sobrevêm nesse universo se-

parado, a menos que lhe concedêssemos uma propensão imanente para se transformar, como é o caso em Hegel, através de uma forma misteriosa de *selbstewegung*” (2001: 40).

Mia Couto e Pepetela vão transpor uma realidade para o mundo literário, ficcionando-a condicionados pela visão ideológica de partida, que é uma visão marxista da sociedade. “O escritor é, pois, um criador, mas, ao mesmo tempo, a sua obra está, toda ela mergulhada no momento histórico que a originou” (Ricciardi, apud Fernandes, 2001: 39). Sendo o autor considerado, pela antropologia, um actor social, as condições e as formas de produção literárias são importantes para a compreensão do texto ficcional. É necessário ter em conta o que Bordieu denomina de microcosmos literário para se “aplicar o modo de pensamento racional ao espaço social dos produtores: o microcosmos social no qual se reproduzem as obras culturais, campo literário, campo artístico, campo científico, etc., é um espaço de relações objectivas entre posições – a do artista consagrado e a do artista maldito, por exemplo – e não podemos compreender o que aí se passa a não ser situando cada agente ou cada instituição nas suas relações objectivas com todos os outros”. Bordieu conclui que é no horizonte particular dessas “relações específicas, e das lutas visando conservá-las ou transformá-las, que se engendram as estratégias dos produtores, a forma de arte que defendem, as alianças que travam, as escolas que fundam, e isto através dos interesses específicos que aí se determinam” (2001: 42). A citação é extensa mas pertinente, dado que ajuda a compreender e a analisar a mudança de posicionamento, dentro do espaço social, dos dois autores, ao longo das respectivas criações literárias.

Dois autores que se situam no mesmo campo literário, encontrando-se e desencontrando-se de acordo com interesses específicos, quer no conteúdo quer na forma, mas “os autores, as escolas, as revistas, etc., existem apenas nas e pelas diferenças que os separam” salienta Bordieu lembrando a fórmula de Benveniste: “É a mesma coisa ser distintivo e ser significativo” (2001: 43). É na forma que estes dois escritores africanos mais se distanciam. Um, Pepetela elege o romance. Outro, Mia Couto privilegia o conto. Para além do género literário, há, ainda, a separá-los a forma como trabalham a Língua Portuguesa. Aliás, Mia

Couto isola-se, no contexto dos escritores africanos, pela criação de um estilo próprio¹⁰⁸.

Como já se referiu, mesmo que a literatura não reflecta objectivamente o mundo real, ela é “uma forma de passar pontos de vista e de fazer passar conteúdos ideológicos que – não sendo convergentes e opondo-se, por vezes, aos discursos dominantes – acabam por influenciar as formas de pensar, agir e sentir de importantes sectores da população” (Fernandes, 2001: 42). Hamilton defende também que “o escritor reflecte não apenas a sua experiência pessoal, mas também as atitudes e ideologias da sua classe e dos vários grupos a que pertence”. O despertar de uma consciência de classe entre os escritores das ex-colónias não era um acto isolado tinha pontos de contacto com o mesmo fenómeno em outras regiões do planeta. “A reivindicação da terra natal, as influências que acompanhavam a origem da literatura aculturada na África Lusófona vinham também da Europa e das Américas. Por razões óbvias, Portugal e o Brasil exerciam uma influência significativa na literatura das colónias lusófonas” (1975: 44). Os dois escritores alvo deste trabalho também não fogem à regra, tendo tido ambos uma formação ocidental. Mergulham aí as suas raízes mais profundas.

A 29 de Outubro de 1941, em Benguela, nasce Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, Pepetela. Hoje, considerado “um dos mais importantes narradores angolanos e dos PALOP” (Laranjeira, 1995: 140).

Pepetela faz parte da geração que fez a independência de Angola, que com a bandeira do nacionalismo lutou contra o colonialismo, tendo parcialmente realizado o seu projecto. A sociedade mais justa e mais livre, apoiada na ideologia marxista ficou para trás “por razões várias (constantes interferências externas, desunião interna e erros de governação, este objectivo não foi atingido e hoje Angola ainda é um país que procura a paz e está destruído, economicamente desestruturado e com uma população miserável, enquanto meia-dúzia de milionários esbanja e esconde fortunas no estrangeiros” (Pepetela, apud Chaves e Macedo, 2002: 35). Um comentário tanto mais significativo quanto não se esconde por detrás de nenhuma das suas personagens. Nem sequer a liberdade da criação artística o protege. O libelo é directo, claro e conciso.

¹⁰⁸ Sobre este aspecto ver nota 117.

Enquanto nacionalista e marxista, ao mesmo tempo, viu-se na contingência de legitimar uma revolução em nome da nação. “No caso de uma revolução, quando se sonha e ela está em plena acção, pensamos que tudo é fácil, que se vai conseguir. Mais tarde vê-se que nunca seria possível atingir o que havíamos programado” (Pepetela, entrevista a J. C. Venâncio, 1992: 96).

Em nome da nação, tinham de defender o legado tradicional, que era a base da identidade anti-colonial. O movimento da negritude é disso exemplificativo. Mas o diálogo entre a tradição e o moderno nem sempre foi fácil e isso reflecte-se também nos textos literários. Defendendo o legado tradicional, encontravam aí também várias características contra as quais estava a revolução: o espírito de família e o sentido patrimonial dos cargos estatais que sustentam largamente a corrupção de hoje, como constatámos nas obras literárias, objecto deste trabalho.

Ruy Duarte de Carvalho defende, no entanto, como já foi referido no capítulo anterior, que em sociedades onde o percurso histórico foi idêntico ao de Angola e Moçambique o projecto ideológico não era o mais importante. O mais importante foi que o Estado conseguiu produzir “uma dinâmica capaz de garantir a sua própria reprodução, resultando daí a emergência de uma classe político-burocrática particularmente apta a recuperar e a adaptar sistemas de dependência e de clientelismo familiar, de parentesco, étnico ou regional, factores de identificação susceptíveis de servir toda a ordem de interesses, confessáveis ou não ...” (Carvalho, 1997: 157).

Pepetela é um revolucionário por natureza e é assim que ele define o seu próprio acto de escrita, como bem salienta Cristina Pacheco (que não resistimos a transcrever), ao referir-se à obra *Jaime Bunda, Agente Secreto*. “Pepetela, autobiograficamente, justificará o seu próprio acto de escrita como, mais uma vez, um acto revolucionário no sentido em que este desempenha um importante papel no desenvolvimento de uma consciência social que deve apostar na mudança. Por isso, estamos em crer que é de si mesmo que dá testemunho, do escritor angolano Pepetela, ex-guerrelheiro do mato, quando põe na boca de Gegé estas palavras: “*nos tempos do tio Esperteza do Povo os jovens iam para as matas para combater o colonialismo e sonhar criar uma sociedade melhor, mais*

justa. Esse tempo passou. Depois outros jovens foram para as matas, pegaram em armas, para combater o regime que o tio ajudou a criar. Esse tempo também passou. Agora eu pego na caneta para contar a verdade aos meus conterrâneos. Só a verdade interessa. É o nosso tempo” (2001: 196, 197). Esta transcrição, embora extensa, é relevante porque traduz uma clara mudança de estratégia na luta por uma sociedade mais justa e denota uma certa frustração da *geração da utopia*. A guerra pela independência e a guerra pelo poder – a guerra civil – começam a ser substituídas por outra guerra: a das palavras contra os burocratas, os homens do aparelho, os corruptos. Isto porque a luta através das armas não culminou numa sociedade mais justa. Quase trinta anos após a independência formal, a liberdade dos povos angolano e moçambicano continua subjugada (colonizada) pelo poder do dinheiro. O Estado-nação não trouxe aos africanos um garante de progresso e desenvolvimento, mas foi apenas uma fonte de riqueza para uma classe predadora.

Do outro lado, na África oriental, surge Mia Couto (António Emílio Leite Couto). O escritor moçambicano, que nasceu em 1955, não emerge da luta pela independência (nasce como escritor, apenas nos anos oitenta) e “tem perante si, no momento da escrita, um universo social que sendo naturalmente diferente do Europeu, não tem a servir-lhe de plataforma intermediária a experiência histórica que se vive em Angola” (Venâncio, 2000: 131), mas actualmente cruza-se com Pepetela na defesa da Lusofonia, isto é, na defesa de um bloco identitário, unido por vários laços culturais e históricos, reunindo um diálogo multicultural, para a reivindicação de um espaço próprio, neste mundo globalizado⁽¹⁰⁹⁾.

Mia Couto estreou-se em 1982, com um conjunto de poemas, *Raíz de Orvalho*. Essa estreia pretendeu reagir contra a literatura militar, endogenamente política que até essa altura dominava a produção literária, fruto de circunstâncias históricas. “Eu pretendi que o livro fosse um pouco uma certa reacção contra esta única forma de escrever... Podemos falar de revolução sem falar de política no sentido explícito do termo” (Mia Couto, entrevista a M. Laban, 1998: 999).

¹⁰⁹ Para melhor se perceber o conceito de Lusofonia ver Venâncio (2000: 107) e a revista do Instituto Camões, intitulada *Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas – Pontes Lusófonas*, onde se traçam os dez passos para as pontes lusófonas (1998).

A década de oitenta via, assim, nascer uma nova atitude de criação artística, num período que se caracterizava por uma considerável produção literária, ao contrário da década seguinte que assiste à morte de um sonho. O confronto entre a utopia e a realidade, que levou ao conformismo dos próprios escritores. Como salienta Nelson Saúte, no Prefácio da sua antologia do conto moçambicano, *As Mãos dos Pretos*, “A década de 90 é uma década do nosso conformismo em relação aos ditames dos governadores do nosso destino e do mundo. A literatura subscreve hoje o espaço terrível do grande equívoco que se chama Moçambique. Que se pode adiantar mais? Que, por absurdo ou contraditório que pareça, os anos 90 não são capazes de rivalizar perante a pujança dos trágicos da década de 80, tempo atravessado pelo sangue dos inocentes na grande arena da vergonha, onde nós – todos! – participámos, quanto mais não seja pelo nosso silêncio?” (20).

O próprio escritor, Mia Couto, reconhece que nos anos oitenta tinha uma visão ingénua do processo de construção de uma nova nação, esta emergente de um longo e duro período de colonização. “Uma grande parte dos poemas não sobrevive: eram poemas de exaltação de uma causa, eram muito marcadamente do ponto de vista ideológico. Embora eu não renegue isso, hoje não os faria da mesma maneira. Hoje tenho uma outra visão do mundo provavelmente não tão ingénua como nessa altura” (1998: 1001).

A voz narrativa nos romances de Mia Couto, ou melhor, dos seus contos⁽¹¹⁰⁾, dá espaço a personagens marginais, mas o ambiente onde cir-

¹¹⁰ Mia Couto é sobretudo um contista, como já foi referido. Um contador de estórias, sentindo-se a presença deste mesmo no romance *O Último Voo do Flamingo*, o que nos leva a afirmar tratar-se de contos agregados num romance. A própria situação inicial (tradutor a anunciar o que vai narrar) remete para a presença do habitual contador de contos, recorrente na vida tradicional africana. Aqui na figura do tradutor. Uma nova figura para um mesmo papel: contar uma história.

Não importa agora distinguir, exaustivamente, o romance de conto, mas lembrar apenas que o conto tende à concentração de eventos. É o tempo que vai condicionar todas as outras categorias da narrativa. “A acção do conto baseia precisamente nessa concentração e nessa linearidade a sua capacidade de seduzir o receptor, sedução mais intensa e conseguida quando é um simples incidente do quotidiano, que suporta o desenrolar da acção” (Reis e Lopes, 2000: 80) Esse significado quotidiano encontra-se na personagem de acordo com a estrutura do conto. Segundo estes preceitos bastaria extrair dois ou três capítulos, da obra em estudo, para se demonstrar que Mia é principalmente um contador de contos. Um desses capítulos poderia ser “Uma mulher escamosa” ou “A apresentação do falador da história” ou ainda, mais elucidativo “O pai sonhando frente ao rio”. O número de personagens é reduzido (apenas três: o velho Sulpício, o filho (o tradutor) e Massimo Risi), bem como a acção, que decorre apenas durante

culam não é urbano. Aliás, muitas vezes, é um espaço irreal, só existe enquanto ficção. A escolha recai sobre um ambiente rural ao contrário do urbano verificado em Pepetela. Como salienta Chabal, os contos de Mia Couto focam a vida de pessoas comuns, gente anónima, mas apesar de inspirados “*in everyday life but they tap the Mozambican African collective unconscious*” (Chabal, 1996: 78). Chabal acrescenta que em Mia Couto nota-se uma separação aparente entre os indivíduos e o mundo sócio-político que é arbitrariamente criado à volta deles (1996: 80). Embora essa constatação seja válida nas primeiras obras de Mia Couto, nos textos narrativos do final da década de noventa – como por exemplo a obra que analisamos e em *A Varanda do Frangipani; Um Rio Chamado Tempo, Uma Casa Chamada Terra*, entre outros – observa-se um vínculo mais explícito do indivíduo ao mundo que o rodeia. Isto é, já não existe uma separação – apesar de Chabal a considerar equívoca, por que apenas aparente, como no início da sua produção artística – porque a conjuntura política

uma noite, ou melhor, no final de um dia e início de outra, numa típica casa africana. A sedução inicia-se logo no princípio do capítulo com a afirmação: “Vou lá fora pendurar os ossos”. Uma situação insólita que prende automaticamente o leitor à narrativa. Não é este um dos objectivos do contador de contos? Também presente no conto tradicional, iniciado com a célebre expressão “Era uma vez...” (embora aqui o conto tenha contornos ligeiramente diferentes do literário, no entanto, as funções lúdica e moralizadora estão presentes em ambos). A palavra oral e a palavra escrita cruzam-se, por vezes, fundindo-se, chegando mesmo a criar novos mundos literários como defende Ana Maria Martinho: “Quando o escritor, letrado, cosmopolita, escreve de acordo com modos de aproximação a essa anterioridade, como são os casos de Arlindo Barbeitos e Ruy Duarte de Carvalho por um lado e de Mia Couto por outro, fá-lo sempre por negação de um sigilo a que deveria estar obrigado e na construção dessa fixação da palavra cai no limiar de um modo que já não é o mesmo mas apenas globalmente aferente a ele” (2001b: 300).

Acrescente-se, ainda, toda a intencionalidade narrativa, iniciando-se com uma analepse. Tudo gira à volta de uma acção pretérita, não havendo grandes narrativas secundárias. A narrativa é quase linear. Ou seja, no romance, a maior parte das vezes, a intriga é muito complexa, coexistindo várias narrativas secundárias. Poderíamos mesmo afirmar que, por vezes, o leitor chega a desconcentrar-se da narrativa principal. Ora, em Mia Couto, principalmente na obra em análise, a acção é única, catalizadora de todas as outras. Assim, como no conto há apenas uma história, para onde convergem todas as categorias da narrativa. Embora tudo seja dito, pois, as palavras, as imagens, as metáforas, as comparações, são seleccionadas criteriosamente de modo a serem dadas apenas as informações essenciais, para a caracterização da sociedade do pós-guerra. Há uma economia temporal ao serviço da acção. A salientar, há também o facto de cada capítulo ser introduzido por um dito ou um provérbio, funcionando muitas vezes como uma advertência, indo ao encontro da função moralizadora do conto. Poderíamos, ainda, focar outros aspectos: o maravilhoso, o sobrenatural, presentes na maioria dos contos. Aliás, este é um tema predominante na obra de Mia Couto, não só pela capacidade sedutora, mas também pela importância e pelo que de sagrado comporta nas culturas africanas. Os mortos e os vivos, na obra literária deste escritor, daria um interessantíssimo trabalho de investigação. Eles cruzam-se, com toda a carga simbólica que daí advém, como se os vivos fossem os mortos e os mortos os vivos, neste mundo onde todos tentamos sobreviver.

que serve de palco às personagens eleitas por Mia é posta em causa. A criação artística já não se encontra tão alheada do mundo real. O mundo modelizado sócio-económico e político encontra referentes reais concretos. A instância autoral coloca em confronto as personagens com um modelo real coetâneo, que é satiricamente condenado no mundo literário, uma vez que age, modifica, o indivíduo. Isso é peremptório em *O Último Voo do Flamingo*, onde as personagens marginais, anónimas, oriundas do povo, são vítimas de um sistema político nacional e internacional.

Em *O Último Voo do Flamingo* surge-nos uma vila, baptizada de Tizangara, sem contextualização geográfica real, mas visualizamos um espaço social que nos remete para lugares bem reais. Em contrapartida, a acção do romance *Jaime Bunda, Agente Secreto* remete para Luanda, capital de Angola. Um espaço real para um mundo fictício ou também ele real?

Luanda e Benguela são os espaços sociais⁽¹¹⁾ privilegiados que suportam a narrativa de Pepetela, que “acrescidos com os respectivos *hinterlands*, configuram ou provavelmente configuraram, aquilo que, fundamentado na interpenetração cultural, rácica e étnica aí verificada e no conceito de comunidade societária de Parsons, designei por «sociedade crioula ou criouizante»” (Venâncio, 2000: 131).

Uma das principais diferenças entre os dois escritores africanos é, pois, o espaço narrativo. Um, Mia Couto, privilegia o rural, outro, Pepetela, o urbano. Como bem observa Ana Margarida Fonseca, ao analisar *Vozes Anoitecidas*, Mia Couto localiza “a acção da grande maioria dos seus contos em espaços rurais muitas vezes isolados, «sítios onde o mundo pára e descansa a sua rotação milenar». Nestes textos, as estruturas urbanas recuam perante a permanência de estruturas rurais, mas ainda assim,... as fronteiras não são, como nunca são estanques” (2002: 107). Mia Couto constituiu uma excepção, ao privilegiar o espaço rural.

As fronteiras entre o rural e o urbano – entre tradição e modernidade – não são estanques, antes pelo contrário são flexíveis, não se apurando, muitas vezes, onde acaba o tradicional e começa o moderno ou

¹¹ Espaço social deve ser entendido, também, na dimensão que Bordieu lhe confere e não apenas uma determinada área geográfica: “...essa realidade invisível, que não se pode nem mostrar nem tocar com o dedo, e que organiza as práticas e as representações...” (2001: 10).

vice-versa. Daí, que espaços urbanos sejam invadidos por características rurais, como acontece em *Quem me dera ser onda*, do angolano Manuel Rui, ou na crónica de Mía Couto intitulada “Um pilão no nono andar”, integrada no livro *Cronicando*. Em ambos os textos narrativos, as estruturas rurais sobrepõem-se, não se verificando um choque entre os dois mundos. De certa forma, verifica-se a possibilidade de conciliação como constata Ana Margarida Fonseca: “Apesar dos aspectos anedóticos que esta história, como a de Manuel Rui, contém, uma leitura possível de ambos os textos poderá levar a consideração da força dos modos da ruralidade em meios onde, à primeira vista, não encontrariam qualquer possibilidade de sobrevivência” (2002: 109).

Na verdade, e dado que a literatura africana moderna emergiu no espaço urbano, ligada a uma pequena elite escolarizada e uma vez que continua ainda a realizar-se dentro de grupos sociais urbanos, é natural a predominância de estruturas urbanas nos discursos narrativos. “A familiaridade do escritor com os espaços urbanos reflecte-se na preferência por temas e ambientes citadinos na configuração do espaço narrativo. Nas áreas de Língua Portuguesa, e especialmente em Angola, Luanda aparece como um espaço privilegiado na narrativa quer antes da independência (Luandino Vieira e a vivência dos musseques, por exemplo) quer após a libertação com autores como Pepetela, Boaventura Cardoso e Manuel Rui a desenvolverem obras profundamente ligadas às experiências de vida da pequena e média burguesia luandenses” (Fonseca, 2002: 107). O espaço narrativo em *Jaime Bunda*, *Agente Secreto*, de Pepetela, fundamenta esta observação, onde a personagem principal – Jaime Bunda – integra um grupo de *status*, estando, por isso, protegido pelo poder.

Na realidade, a opção por um ou outro espaço não é ingénua, nem arbitrária, radica na própria génese da literatura africana moderna e consequentemente na formação e experiências quotidianas do escritor, fortemente influenciado pela cultura ocidental devido a razões históricas.

O Espaço narrativo está, também, ao serviço das personagens, que são no mundo ficcional de Mía Couto gente anónima, do povo, enraizada na tradição, ainda pouco moldada pelas atracções da modernidade. O destaque é dado a personagens comuns que se diluem na história

narrativa, que podia ser qualquer um – é um colectivo moçambicano. A gente do povo é também menos escolarizada, mais aberta às questões do sobrenatural⁽¹¹²⁾. Não é detentora de conhecimentos científicos para explicar determinados fenómenos daí a explicação dos acontecimentos recorrendo ao sobrenatural; daí o recurso ao curandeiro em vez do médico; o peso dos antepassados; o elo entre mortos e vivos⁽¹¹³⁾. Aspectos culturais que o homem moderno, ocidentalizado, que vive nas cidades, nega, critica, embora secretamente não afaste, como o caso da Personagem T, do romance *Jaime Bunda, Agente Secreto*. Sem dúvida que aqueles aspectos da sociedade tradicional africana (obviamente inventados, recriados, porque de ficção se trata) estão mais presentes na obra *O Último Voo do Flamingo*, do que no romance de Pepetela (embora, curiosamente, se recorra, também, a uma espécie de vidente para tentar saber o autor do crime). O espaço urbano deste último nega certos aspectos da tradição. Ser moderno, ser *civilizado* é recusar o irracional, é invocada a cultura do homem ocidental, de preferência do americano⁽¹¹⁴⁾, como a personagem Jaime Bunda ao demonstrar os seus conhecimentos de literatura policial, muitas vezes errados.

Apesar dos espaços narrativos serem diferentes nas duas obras em análise, constata-se que ambos, quer o espaço urbano quer o rural, estão contaminados pelo flagelo da corrupção, tendo as mesmas causas e provocando as mesmas consequências, sobretudo injustiça e desigualdade

¹¹² Curiosa é a observação feita no livro *A Casa dos Espíritos*, de Isabel Allende, por um dos colegas de partido, o coronel Hurtado, ao responder a Esteban Trueba, para não recriar a vitória do marxismo. “O marxismo não tem a mais pequena oportunidade na América Latina. Não vêes que não contempla o lado mágico das coisas? É uma doutrina ateia, prática e funcional. Aqui não pode ter êxito” (254). Para além de evidenciar a separação entre os sistemas políticos e a irracionalidade, ou em sentido mais abrangente a Religião, do foro individual, é implícita também uma crítica à transposição de modelos exógenos que não respeitam as sociedades autóctones.

¹¹³ O mundo do fantástico, do maravilhoso, do sobrenatural marcam a obra de Mia Couto. O próprio acontecimento que serve de ponto de partida para a narração do romance analisado no presente trabalho é insólito: o aparecimento de um pénis decepado em plena Estrada Nacional, à entrada da vila de Tizangara.

¹¹⁴ Claro que o autor critica a cultura americana. Em *Jaime Bunda e a morte do americano*, salienta a contribuição daquela sociedade para a cultura mundial, que não passou da globalização do Hambúrguer.

O escritor Luís Sepúlveda diz também que a sociedade americana é ignorante. Numa entrevista à revista *Visão* (n.º 548), em que o escritor refere que os E.U.A. são a nação terrorista por excelência, defende que “a maioria é ainda mais ignorante do que parece. Os E.U.A. são responsáveis por alguns dos mais perigosos retrocessos da humanidade”.

social. E como se constatou o aprofundar da crise. O Estado em vez de se institucionalizar, de ser transparente, de se impor pelo desempenho das tarefas que constitucionalmente lhe estão atribuídas e são reclamadas socialmente, faz da corrupção uma norma tornando-a “legal”, mas que só gera riqueza para quem tem cargos que facilitem a concretização desse crime. Por isso, o povo continua e continuará na miséria à mercê dos inimigos de uma verdadeira democracia.

Curiosamente, os valores tradicionais são postos em causa mesmo no mundo rural. O fenómeno da corrupção e a deliquescência dos costumes atingiram também este meio, deixando estupefactos os antepassados que invadem os sonhos de Estevão Jonas (cap. XII, *O Último Voo do Flamingo*).

Implicitamente, aponta-se uma das causas da corrupção: a modernidade, a ambição pelo dinheiro, legitimada pela cultura africana que não entende o Estado como uma identidade abstracta e que afirma e prossegue finalidades próprias, independentemente dos interesses privados. O socialismo esquemático⁽¹¹⁵⁾ trouxe ao Administrador de Tizangara o poder, a influência, os clientes e o liberalismo possibilitou-lhe, ainda, com a dita globalização, a oportunidade de um “imperdível” enriquecimento ilícito. Perspectivaram-se “bons negócios” com os sul-africanos, instrumentalizou-se a Ajuda, explorando-se a miséria social.

Os dois paradigmas políticos que marcaram fortemente o século XX são postos em causa. Nem o comunismo nem o capitalismo conseguiram a construção de uma nação mais justa⁽¹¹⁶⁾. José Carlos Venâncio defende,

¹¹⁵ Como advoga José Carlos Venâncio: “As denúncias feitas pelo escritor através de romances como *O cão e os caluandas*, inscrito na vertente de sátira social da literatura angolana, comprovam, embora procurem poupar a direcção política do país, que a opção pela via socialista pouco ou nada determinou quanto à configuração do Estado pós-colonial em Angola no sentido da sua neo-patrimonialização. O clientelismo e a corrupção enquanto figuras determinantes fizeram na altura a sua aparição” (2004: 10).

¹¹⁶ Obviamente que a corrupção, como afirmámos logo no início deste estudo, não conhece fronteiras geográficas nem históricas, e também não está adstrita a nenhum regime político. Ela existiu também no Estado Colonial, como se pode constatar até em algumas obras dos autores que elegemos. Em *Yaka*, de Pepetela, por exemplo, temos presente uma sociedade colonial que não é isenta dos crimes de: tráfico de influências, tráfico de diamantes, corrupção... “Ninguém acreditou, mas não havia nada a fazer. E Alexandre não abriu a boca para relembrar a discussão no bar, a ameaça velada e a saída suspeita dos filhos de Sô Agripino de Sousa atrás dele. Outros também não tinham esquecido e calaram. Sô Agripino tinha influências, não só em Benguela mas até em Luanda, não se atacava um homem desses sem provas fortes” (155). “— O Orestes anda muito preocupado e quis falar consigo sobre o seu genro. O Orestes pensa que é demais. Tem esse espada, já fala em comprar outro carro para o Heitor quando fizer vinte e um anos, está a construir a maior vivenda de Benguela. E o senhor é sócio e está na mesma. O Orestes acha que ele nos

aliás, que na configuração do Estado pós-colonial no continente africano “a divisão entre países que seguiam a via socialista e os que seguiam a capitalista foi irrelevante para a natureza intrínseca do próprio Estado. A especificidade histórico – cultural do continente prevaleceu” (2004: 10).

As décadas de oitenta e noventa, do século passado, marcadas por aquelas duas conjunturas políticas, respectivamente, só serviram para os detentores de poder angolano e moçambicano enriquecerem. Não conseguiram libertar o povo da miséria, nem das consequências nefastas da globalização e praticamente trinta anos depois das independências formais aqueles dois países continuam mais dependentes das grandes potências, com dívidas externas astronómicas. A crise onde estão mergulhados é cada vez mais profunda e mais difícil de resolver. O escritor angolano Uanhenga Xitu aponta como principal problema de Angola a falta de autoridade, controlo e fiscalização. “No nosso caso, como nalguns países de África, há uma falta de autoridade na gestão, controlo e fiscalização. O que Angola está a precisar em todos os aspectos, mas em todos os aspectos da Administração Pública e Privada é de autoridade” (*Cultos Especiais*, 110). Mia Couto e Pepetela denunciam, portanto, os dois sistemas políticos que apenas serviram para engordar meia dúzia de governantes.

Apesar dos crimes perpetrados pelos actores políticos e apesar de desfiliarem aos nossos olhos personagens vítimas de injustiças, já anteriormente oprimidas pelos colonizadores, consta-se uma certa resignação. A resignação do povo moçambicano, em *O Último Voo do Flamingo*⁽¹¹⁷⁾ é

está a aldrabar com as contas, como é que ele enriquece e os herdeiros não?... – Com essas exclusividade numa coisa, sociedade nas outras, mudança de dinheiro duma rubrica para outra, o Orestes pensa que aí é que ele o engana e a todos nós” (296-297). “– Como se pudessem acusar-me de alguma coisa. Até recusei sempre ir para os sítios do café e diamantes, aí sim, enriqueciam em dois tempos, mas sabia que havia muita malandrice e nunca me quis meter” (331). Como se constata, o crime de corrupção invadia também o regime colonial e era já um tema abordado na literatura, embora nunca central. Limitámo-nos, contudo, ao período histórico que analisamos: o pós-colonial. É evidente que com a independência e consequentemente o esvaziamento dos quadros da função pública, provocado pelo regresso dos colonos, vão surgir oportunidades de emprego para os seguidores partidários que também viram na aquisição de algum poder um meio para enriquecer o seu salário.

¹¹⁷ Apesar dos crimes, o romance não se caracteriza por conter uma história dramática. Não é o drama que atravessa o discurso narrativo, mas sim o humor. O romance é trespassado por um humor e uma ironia contagiantes que, com a elaboração espectacular de algumas metáforas, conseguem remeter para segundo plano a história que se narra. Isto é, muitos dos aspectos formais da obra de Mia Couto, os neologismos, as alterações morfosintácticas, concorrem com o conteúdo temático. Os diversos processos

evidente, como se aceitar o destino fosse o único caminho possível. Será que a corrupção é um mal necessário e incontornável?

Embora os textos não denotem propósitos políticos definidos, indirectamente está presente uma ideologia. O propósito é a crítica aos comportamentos humanos que constituíram obstáculos à concretização da utopia. “O espaço de harmonia social e política a alcançar” (Venâncio, 1999b: 198) continua ainda à espera de um Tempo.

Pertencentes a gerações diferentes – Pepetela “nasceu” com o nacionalismo, participou na guerrilha, enquanto Mia Couto surge só na década de oitenta do século passado (e como ele próprio referiu com uma visão ingénua da construção de uma nova nação) – os dois escritores surgem no final do século XX com temáticas e consequentemente preocupações idênticas.

A escrita de Pepetela é, no entanto, mais revolucionária, onde o comprometimento político e social⁽¹¹⁸⁾ é mais notório. Desde o início didáctica e ética, tem por intencionalidade alertar para os comportamentos humanos: fazer a revolução através da escrita, mudando mentalidades. O cunho didáctico que marca quase toda a sua obra está também patente em *Jaime Bunda*, *Agente Secreto*, onde o humor chega a ser satírico. Embora este romance tenha gerado alguma perplexidade aos leitores habituais, devido a “apresentar-se” como um romance policial⁽¹¹⁹⁾ e ao

de invenção estilística que ocorrem na sua obra e que visam a criação de um estilo próprio, conseguem fascinar e seduzir os leitores, através da “criação de um idiolecto”, tendo o autor conseguido “formar um universo de recepção constituído por leitores fascinados pela vontade de acesso a um código que gera simultaneamente estranheza, fascínio e surpresa pela facilidade de descodificação uma vez estabelecida uma primeira relação comunicativa com os textos. O entendimento do que está em causa nos mundos apresentados será visto como um sinal de pertença provisória a tais mundos, o que exerce um efeito de sedução sobre leitores que vêem legitimada a sua curiosidade e ao mesmo tempo pacificada a vontade de leitura exótica de tal experiência escrita. Na verdade, Mia Couto talvez seja o escritor africano da actualidade que mais se aproxima da Europa: o “excesso” linguístico da sua obra leva a que ela se apresente como um universo semiótico único, intencional e detentor de fórmulas plenas de poeticidade e que, como tal, seja tão significativo para os públicos portugueses e europeu” (Martinho, 1998: 17).

¹¹⁸ É inegável que de um modo geral as literaturas africanas, em particular a angolana como refere Ana Margarida Fonseca, “vêm a sua emergência contemporânea ligada à afirmação de um forte conteúdo político e social, na prosa como na poesia, reconhecendo-se no «empenhamento» ou «militantismo» dos textos o principal factor caucionador da sua «autenticidade», bem como um critério essencial de legitimidade para a integração no *corpus* da literatura africana” (2002).

¹¹⁹ Na verdade não se trata de um romance policial. Como o próprio autor afirma: “É uma história policial, onde o policial é só um pretexto para contar algumas coisas. Literalmente é isso” (Pepetela, 2004: 132).

facto de focar a contemporaneidade angolana, não existe uma ruptura total com a obra do escritor. “*Jaime Bunda, Agente Secreto*, situa-se na continuidade daquilo a que poderíamos chamar “uma outra linha” da produção do escritor: a dos romances que ilustram certos aspectos actuais da sociedade de Luanda, como já tinha acontecido em *O Cão e os Caluandas* e o *Desejo de Kianda*” (Pacheco, 2001: 191).

A intenção do autor, após diagnosticar os cancros da sociedade contemporânea de Angola, consiste em repudiar todo o universo de mentiras e corrupção ilustrado no romance. Após a elaboração de um retrato de uma sociedade infectada pelo vírus da corrupção, o escritor aponta também uma solução, para superar a profunda crise que vive a sociedade angolana. A revolução tem de ser, sem dúvida, efectuada, através da escrita, da mudança de mentalidades. O narrador alerta para a necessidade de uma mudança radical operada na e pela sociedade angolana. A solução não pode ser externa, não pode residir na transposição de modelos de organização social e políticos externos, mas tem de ser encontrada, tem de emergir no seio do povo angolano.

No epílogo, o autor insinua a urgência dessa transformação social. Na nova sociedade terá de prevalecer a paz, a verdade, a justiça, a honestidade e, sobretudo, a transparência da Administração Pública e dos seus agentes, garantes fundamentais da Democracia. É na personagem Gegé que parece residir a esperança. Conseguiu emprego num jornal independente e pode agora contribuir para a emergência de uma sociedade civil mais consciente. A sua arma será um jornalismo interventivo e criterioso. Na verdade, não restam dúvidas, que se trata de um registo autobiográfico que condena veemente a guerra como forma para atingir a paz, na busca de uma sociedade mais justa, dado que foram os meios utilizados anteriormente e falharam.

O autor de *O Último Voo do Flamingo*, após ter elaborado o diagnóstico da sociedade moçambicana (idêntico ao da angolana), aponta, também, uma solução. “Ainda assim, me deixei quieto, sentado. Na espera de um outro tempo” (225). O tradutor/narrador do romance é o sobrevivente de um país que ficou sem terra, que está suspenso no ar e que aguarda um novo ciclo, que virá com o último voo de um flamingo.

Estaremos à espera de um outro Tempo que se seguirá a este, que denominam de pós-modernidade, e que possibilitará a construção de uma sociedade mais justa?

Nos dois autores, os processos discursivos (como desenvolveremos mais à frente) bem como a escolha de temas e ambientes são diversos, mas convergem na preocupação e no compromisso social de alertar para a emergência de nova uma sociedade. Essa intencionalidade ideológica é análoga aos respectivos textos literários que analisamos. Os mundos por eles traçados estão degradados pelo cancro da corrupção e nem uma única personagem é incorruptível. Atestam o ditado popular que todo o ser humano tem o seu preço! Senão vejamos: em *Jaime Bunda, Agente Secreto*, a personagem principal é também seduzida e protegida pelo poder, recorre a serviços ilegais para se vingar do marido da amante. Ironicamente, a única personagem que poderia servir de modelo já tinha falecido. O pai de Jaime Bunda, um intelectual que se manteve íntegro, porque conformista e curiosamente com o nome de “Esperteza” – tio Esperteza. Morreu pobre manteve a integridade e isso, para alguns, ainda vale mais do que todas as riquezas do mundo⁽¹²⁰⁾. É lógico que existe uma intencionalidade narrativa na introdução desta personagem: alertar consciências, focalizando o papel fundamental do escritor para a transformação social necessária. O conformismo e a resignação não podem ser uma solução. Em última instância, o Artista não pode alhear-se do mundo que o rodeia. À Arte compete problematizar o real, no sentido de conceptualizar uma nova utopia.

Ideologia análoga é transmitida em *O Último Voo do Flamingo*. O narrador/tradutor, que consideramos ser a personagem principal, não aparece também como um herói, um exemplo a seguir, uma vez que, aos olhos do povo, está feito como o poder. Este desabafo é feito pelo próprio logo no segundo capítulo: “E às centenas se aglomeraram de me ver ali, entre os notáveis. Passara eu a partilhar da panela dos graúdos, a benefi-

¹²⁰ A pobreza pode ser um argumento para desculpar o crime de corrupção, mas ainda assim há quem prefira ser pobre, mas honesto. “A pobreza por vezes é má conselheira. Leva as pessoas a cometer delitos, a roubar, a vigarizar, a mentir. Ele nunca o fez. O orgulho fazia parte da sua dignidade. Homem pobre, mas trabalhador, tenaz e digno... Ele dizia que não se pode enriquecer com facilidade quando se é honesto. Pagava os impostos a protestar porque não via para onde ia o dinheiro dos contribuintes” (Jelloun, 1995: 38-39).

ciar do fogão deles? Outros me acenavam com improvisado respeito, não fosse eu um mandador de chuva” (27).

A intertextualidade reside, ainda, no facto de esta personagem ser, como o tio “Esperteza”, o veículo para despertar consciências. Apesar da tentativa de o silenciarem, tendo sido até condenado, o tradutor de Tizangara não se conforma e busca a verdade: “Assisti a tudo o que aqui se divulga, ouvi confissões, li depoimentos. Coloquei tudo no papel por mando de minha consciência. Fui acusado de mentir, falsear as provas do assassinato. Me condenaram”. É a mentira que a personagem não aceita e procura a verdade. A busca da verdade é o fim único da denúncia dos dois autores. Em, *Jaime Bunda, Agente Secreto*, coloca-se a esperança, como já referimos, num futuro melhor em Gégé, jornalista, que vai trabalhar num jornal independente. Em *O Último Voo do Flamingo*, a esperança reside no sonho do tradutor, que aguarda a reconciliação da natureza com os homens, simbolizada na espera da vinda do último voo do flamingo. Significativo o título e a esperança no regresso do flamingo, pois, haveria de empurrar o sol do outro lado do mundo. “Até que escutei a canção de minha mãe, essa que ela entoava para que os flamings empurrassem o sol do outro lado do mundo” (225). Implicitamente, a crítica ao outro mundo – o primeiro, o industrializado – que votou ao esquecimento o terceiro. Está subentendido, assim, o ditado popular, muito ao gosto de Mia Couto, “o sol quando nasce é para todos”. As leituras poderão ser outras. Efectivamente, a “estória do Flamingo, que dá título ao romance, é o mito organizador da narrativa e veicula uma sabedoria, dando-se a ler com diferentes sentidos” (Leite, 2003: 66). O último voo pode ser a visão perdida e encantada de um fim. Aguardando-se um outro mundo. Um outro tempo.

Se nas décadas de 50, 60 e 70, a literatura estava comprometida social e politicamente, constituindo um veículo de uma ideologia partidária, na década de 90, do século passado, a literatura continua a ser o meio eleito, mas desta vez para transmitir uma ideologia a-partidária, onde a ética e a moral pontificam, dado a frustração dos anos oitenta perante o confronto entre o mundo reivindicado literariamente e o concretizado politicamente.

3.2. Estrutura e estratégias adoptadas

O tema central das duas obras fruto da análise deste trabalho é, sem dúvida, a corrupção. Quer em *O Último Voo do Flamingo*, quer em *Jaime Bunda, Agente Secreto*, é esse o crime que faz mover todas as personagens, que desperta a curiosidade dos leitores e que nos torna cúmplices das vozes depreciativas dos vários narradores. Ou, se calhar, é a nossa visão ocidental, extremamente crítica, relativamente à corrupção, que nos leva a vê-la, mesmo quando ela ali não se encontra e foi outra a intenção do autor. O papel do leitor não poderá deixar de ser importante.

Pepetela, que elegeu o romance como a sua arma revolucionária, é um escritor que nos surpreende, desde sempre, na forma como estrutura o seu discurso ficcional. Em *Jaime Bunda, Agente Secreto*, isso, também, acontece. Constituído por seis partes – prólogo, quatro livros e epílogo –, apenas a primeira e a última parte são atribuídas ao autor. Ao próprio prólogo é colado o subtítulo de “Voz do Autor”, sendo retomada essa voz no epílogo. Ao restante do romance compete a criatividade de quatro narradores, ou melhor, três, sendo que o do primeiro e do terceiro livro é o mesmo. Constata-se um esquema estrutural de vozes complexo, onde o autor não abdica, contudo, de supervisionar, de interromper, de até silenciar, criticando o seu desempenho. O autor é, assim, o supervisor dos narradores, como se fosse o Juiz no palco de um tribunal a ouvir as testemunhas que presenciaram um crime. O autor chega até “a trocar impressões com os leitores, numa espécie de infinito e lúdico jogo de máscaras” (Pacheco, 2001: 195). É o maestro que organiza a orquestra, impedindo que as suas vozes soem desafinadas. O resultado é um uníssono brilhante.

O autor que não quer assumir a responsabilidade directa pela enunciação narrativa convoca quatro narradores e é a eles que o leitor deve atribuir responsabilidades. Como o próprio salienta:

“– [Bem sei como alguns espíritos mais exigentes vão encontrar neste episódio um erro de técnica narrativa, de foco narrativo para ser mais preciso. Também me insurgi contra o responsável, mas resolvi deixar que ele seguisse o caminho que escolheu. Há uma vantagem nisso: se muitas forem as críticas, poderei argumentar que o culpado é o narrador, o qual

deve ter a sua margem de autonomia. E ele próprio sempre poderá dizer que mais cedo ou mais tarde Bunda terá de se cruzar com T e por isso escolheu este momento do relato para introduzir o sinistro personagem. Se tudo parecer muito forçado, o narrador até poderá se resguardar com a intuição do detective estagiário, que lhe mandou ir atrás de T. No limite, o culpado é sempre o personagem. Eu é que não tenho nada com isso, sou apenas defensor das liberdades.]” (72)

O autor auto-caracteriza-se de defensor das liberdades, no entanto, mostra algum arrependimento em dar voz a narradores petulantes:

“– [Que raio de narrador petulante fui eu arranjar? Começo a estar arrependido, mas sou demasiado preguiçoso para o demitir a meio do jogo e ter de inventar outro.]” (113)

Apesar de querer isentar-se de culpas, não quer demitir-se do seu papel de supervisor e admite mesmo ser ele a controlar o desenvolvimento narrativo. O decorrer da acção, os dados divulgados são por ele controlados:

“– [Adiei. Adiei, travei ao máximo a apressada mão do narrador, mas chegou o temido momento de ser apresentado um personagem tenebroso. Ponham os pára-quedas ou apertem os cintos de segurança. E nada de preconceitos: um personagem tenebroso não é forçosamente o assassino da estória. É tão poderoso, tão poderoso, que nem o nome dele ousou mandar escrever. Ficará pela minha covardia, apenas como senhor T ou simplesmente T. Não é ministro nem membro de nenhum Comité Central, nem bispo, nem sequer deputado⁽¹²¹⁾. Mas a sua presença nos faz tremer. Apenas saberemos que é conselheiro no Bunker e isso vai bastar também aos leitores, que mais dados não deixo revelar, pois ainda a pessoa em causa pode descobrir que a ela me refiro. Dirão vocês: gente dessa não lê literatura de segunda categoria. Nem de terceira ou quarta.

¹²¹ Curiosamente o autor fornece-nos a pirâmide do poder em Angola. Primeiro o governo, depois o partido, seguidamente a Igreja e, por último, o deputado. Num sistema democrático, este último deveria ser o primeiro, uma vez que compete à Assembleia (em Angola denominada Nacional) controlar e fiscalizar o Governo, tendo também poderes de o demitir. Em última análise, o deputado, eleito pelo povo, representaria a vontade do cidadão.

E da de primeira, ah, fogem dela como o Cristo da cruz⁽¹²²⁾. Mas sempre há algum caxico que lê e lhes vai zangolar. Nem na morgue de Luanda, lugar tenebroso e mal cheiroso por excelência, bom para perigosíssimas conspirações, deixo revelar dados sobre T, senão os estritamente necessários.]” (63)

O leitor acaba por se sentir cúmplice do autor, mesmo que este se auto-denomine de covarde, até porque o leitor (o narratário) é convocado para ser o confidente:

“– [Onde já se viu estória policial em que se afirma logo que o fantástico detective consegue de apanhar o horrível assassino? Ou será mesmo isso que desperta o interesse do leitor que se diz, já agora quero saber como é que este escritor de meia-tigela vai evitar que eu comece a bocejar ao fim de duas páginas? Confesso que não sei e a minha ignorância excita-me, confissão de escritor.]” (61-62)

“– [Repararam que obriguei o narrador a fazer um cumprimento à vossa inteligência? Foi apenas com o intuito de agradar ao leitor e incitá-lo a recomendar este livro aos amigos; longe de mim a ideia de fazer qualquer alusão à suposta falta de operacionalidade dos nossos órgãos de segurança.]” (149)

Estas intromissões do autor (que aparecem assinaladas tipograficamente com parêntesis rectos) envolvem dialogicamente o leitor, conferindo ao romance um delicioso tom de oralidade “como se, perante a voz do «autor», nos tornássemos «ouvintes» em vez de «leitores» – uma técnica sobejamente utilizada por diversos escritores africanos, aproximando-nos e convocando-nos para a «estória», à maneira dos tradicionais «griots»” (Pacheco, 2001: 196). É toda uma tradição de oralidade de velhos contadores de histórias que emerge, como se fosse o papel a falar.

¹²² O autor critica explicitamente a falta de cultura da elite política africana. E mais uma vez se confirma através das suas próprias palavras que o destinatário das obras não são os visados, pois, estes não lêem. O mesmo se passa com o povo que é analfabeto e que vive na miséria. Difícil, desta forma, alertar consciências ou mudar comportamentos. Resta apenas denunciar as atrocidades no restante mundo lusófono, com mais poder de compra como é o caso de Portugal e Brasil e nos países onde as obras quer de Mia Couto quer de Pepetela são traduzidas. A elite política africana, diria Bordieu, é muito pobre em capital cultural, contudo situa-se no alto da hierarquia social.

No romance *O Último Voo do Flamingo*, o escritor elege um único narrador que tem a particularidade de ser o tradutor da vila onde vai decorrer toda a acção. A responsabilidade pela enunciação narrativa, de vinte e um capítulos, é apenas de um narrador que é também interveniente na acção narrada. Antes do romance, existe uma nota do tradutor, tornando mais real a história que se vai contar.

O narrador/tradutor começa por afirmar na primeira pessoa do singular, no pretérito perfeito:

“Fui eu que transcrevi, em português visível, as falas que daqui se seguem. Hoje são vozes que não escuto senão no sangue, como se a sua lembrança me surgisse não da memória, mas do fundo do coração”(11).

O intérprete introduz, deste modo, a história que vai relatar, como se de um livro de memórias se tratasse. Adianta que colocou tudo no papel por mando da consciência e que foi acusado de mentir, de falsear provas e que foi condenado. O sujeito de enunciação não aceita que lhe atribuam o epíteto de mentiroso. “Que eu tenha mentido, isso eu não aceito” (11). Esta afirmação do narrador/tradutor e a inclusão desta nota antes do romance propriamente dito, alia a veracidade à ficção. Esta aliança entre o real e o imaginário remete, logo, o leitor para a procura da verdade e esta estrutura invoca a leitura de uma sentença, ou melhor, a leitura de um processo penal. Cabe agora ao leitor ler os autos que levaram à condenação do tradutor de Tizangara! É o absurdo do seu próprio processo que está exposto: mais um grotesco erro judiciário!

O narrador que se apresenta como homodiegético, mas que é, na verdade, autodiegético, é solidário com os dramas e experiências das personagens, dando voz a gente anónima, marginalizada, oprimida, antes, pelos colonizadores, agora, pelos novos detentores do poder. O narrador não abdica de denunciar as injustiças a que assiste: “Mas, na minha vila, havia agora tanta injustiça quanto no tempo colonial. Parecia de um outro modo que esse tempo não terminara. Estava era sendo gerido por pessoas de outra raça” (114). Os novos colonizadores são os seus compatriotas.

Ao narrador cabe o papel de denúncia, pois, é nesta personagem que a instância autoral transmite a sua ideologia. Logo no primeiro capítulo, intitulado “Um sexo Avultado e Avulso”, o tradutor de Tizangara

apresenta uma classe dirigente corrupta, na figura do administrador Estêvão Jonas (18). Os governantes são também caracterizados negativamente por só se preocuparem em ostentar. A necessidade de um tradutor não é ditada pela dificuldade de compreensão de um outro idioma, mas porque “qualquer governo prezável tem seus tradutores. Está a compreender?” (20).

O sujeito de enunciação, como também já foi referido, é cúmplice com a tradição. Ao longo da narrativa nunca ousa pôr em causa as crenças da sociedade onde está inserido. O recurso a meios irracionais, para descobrir o culpado das mortes dos capacetes azuis, nunca é criticado, tal como outros aspectos que o mundo ocidental não acredita e até condena: a bruxaria, a crença no sobrenatural, o poder dos espíritos dos antepassados. O narrador dá, assim, também voz às personagens anónimas e até mesmo marginalizadas – como é o caso de Ana Deusqueira – e, curiosamente, estas nunca são caracterizadas com traços negativos. É através desta personagem que se denuncia a hipocrisia da comunidade internacional: “morreram milhares de moçambicanos, nunca vos vimos cá. Agora desaparecem cinco estrangeiros e já é o fim do mundo” (34).

Ao longo da acção narrada, o leitor é convocado a partilhar os pensamentos, as reflexões do narrador, servindo-se muitas vezes da interrogação retórica: “Para que a arte se falta o artifício?” (30). “A delegação se interessa: seria zelo, simples curiosidade? E pediram-lhe documentos comprovativos da sua rodagem: *curriculum vitae*, participação em projectos de desenvolvimento sustentável, trabalho em ligação com a comunidade” (31). “Um rio tem data de nascimento? Em que dia exacto nascem os filhos?”

As interpelações do narrador aproximam o leitor do narrado, utilizando também o discurso indirecto livre e os diálogos. Um recurso estilístico, aliás, muito frequente, cruzando-se na narrativa a oralidade viva das personagens com o labor da escrita do tradutor. A aliança entre as estruturas orais e escritas convoca a veracidade da ficção, a visualização da realidade. Na verdade, duas realidades. O sujeito de enunciação, sem nunca perder de vista a história que pretende narrar, alterna o seu papel homodiegético com o autodiegético. A focagem narrativa ora recai sobre si, ora sobre o acontecimento principal, ao longo dos capítulos. Através

desta técnica possuímos o bilhete de identidade do tradutor, que recorrendo sempre à memória reconstitui o seu passado:

“Eu nasci por defeito. Parte de mim ficou lá, gruada nas entranhas de minha mãe. Tanto isso aconteceu que ela não me alcançava ver: olhava e não me enxergava” (47). “Apesar da nocturna tristeza de minha mãe, eu vivia com sossego de peixe em água parada. Naquele tempo, não havia antigamentes... Em fins de tarde, os flamingos cruzavam o céu. Minha mãe ficava calada, contemplando o voo. Enquanto não se extinguissem os longos pássaros ela não pronunciava palavra. Nem eu me podia mexer. Tudo, nesse momento, era sagrado. Já no desfalecer da luz minha mãe entoava, quase em surdina, uma canção que ela tirava do seu invento. Para ela, os flamingos eram eles que empurravam o sol para que o dia chegasse ao outro lado do mundo. – Este canto é para eles voltarem, amanhã mais outra vez!” (50).

É o recurso ao passado, através da memória do narrador, que traz alguma paz ao presente. A esperança de um futuro melhor está fundamentada no passado. Como já verificámos, é assim que termina o romance. O narrador recorda a canção que sua mãe entoava e espera a vinda do último flamingo. Será a reconciliação do homem com a natureza que proporcionará um outro Tempo, um outro Mundo.

As estratégias discursivas dos dois autores em análise, bem como o acontecimento que serviu de mote para a história narrada, são diversas, no entanto, entroncam num mesmo objectivo: pôr a nu a sociedade decadente do final do século vinte, de forma a alertar as consciências para a necessidade da procura da verdade e, a partir dessa verdade, construir uma nova utopia.

O diagnóstico literário está feito, falta agora a vontade política dos dirigentes africanos e da comunidade internacional para tornar o sonho, que marcou a luta anti-colonial, realidade. A independência formal não servirá para nada se for só uma transferência de senhores, isto é, no fundo, apenas um rótulo que legitima novas usurpações.

CONCLUSÃO

1 A corrupção é, sem dúvida, um fenómeno tão velho como o próprio Estado. A possibilidade de utilizar (abusivamente) o poder que o exercício de funções públicas confere para fins pessoais gera oportunidades imensas e permite, assim, o enriquecimento fácil. A tentação é grande, quase que se poderia dizer que é inerente à condição humana. O egoísmo, o materialismo, o hedonismo, a ambição, a ausência de valores e de escrúpulos, os apelos incessantes da actual sociedade de consumo são factores que propiciam o seu desenvolvimento progressivo.

Ao longo dos séculos, o fenómeno foi atingindo maior ou menor expressão, maior ou menor visibilidade. Nos últimos tempos tem, contudo, assumido relevância crescente, seja porque as exigências de transparência no exercício de cargos públicos tornam-no mais evidente, seja porque atingiu um volume já considerável. Os números oficiais, que pecam quase sempre por defeito, são elucidativos e revelam uma dimensão preocupante. De tal forma que os fundamentos do próprio Estado de direito parecem ter sido afectados. Mesmo o sistema democrático poderá estar em perigo. As raízes do mal, os seus tentáculos, as suas ramificações não conhecem fronteiras, modelos políticos, estratos sociais. As suas metástases parecem ter contaminado todo o planeta. Surgiram fortes organizações, à escala global, que utilizam os benefícios e as facilidades resultantes da globalização para a prática do crime. A corrupção internacionalizou-se, escolhe os “mercados” mais favoráveis, aqueles onde a esperança do lucro e a perspectiva de impunidade são maiores. Acresce que, normalmente, o inimigo já nem sequer tem uma face visível, reconhecível, por todos, com facilidade. Os criminosos já não são apenas simples «marginais» mas respeitáveis e insuspeitos senhores de «colarinho branco».

2

O momentoso problema da corrupção é mais preocupante nas sociedades que ainda não lograram uma clara institucionalização do Estado. A máquina administrativa não consegue estender-se a todo o território e afirmar-se como centro específico de decisões independentes, criando margens de actuação onde impera o arbítrio individual. Assim, a debilidade do Estado propicia condições para o desenvolvimento da corrupção. Torna-se um mal endémico. Uma verdadeira epidemia que chega a confundir-se com o modo normal do funcionamento do próprio Estado. A sua autonomia intencional não se afirma, nem é reconhecida. As esferas pública e privada misturam-se. Os detentores do poder privatizam -no e utilizam-no para criar uma imensa rede de clientes. A peita e o suborno funcionam como uma espécie de suplemento remuneratório, uma contribuição especial para a solidariedade nacional.

Nestes casos a situação ameaça mesmo tornar-se insustentável a muito curto prazo. O fosso entre os ricos (poderosos) e os pobres (que apenas lutam pela sobrevivência) é cada vez maior. Os políticos fecham-se na sua cegueira egoísta, preocupando-se apenas com a manutenção do poder e dos seus benefícios, indiferentes ao sofrimento geral.

3

Angola e Moçambique são dois bons exemplos deste calamitoso estado das coisas. A descolonização não constituiu, ainda, o desejado motor de desenvolvimento. Às guerras da independência seguiram-se duas guerras civis fratricidas, que conduziram estes Estados, praticamente, à ruína. À desgraça material juntou-se a desgraça humana. Alguns anos depois da paz ainda não foi possível levantar os escombros. A fome, a miséria, a economia paralela, a sobrevivência à custa de expedientes, a tibieza do Estado e, ao mesmo tempo, a existência de importantes recursos naturais (sobretudo em Angola: ouro, petróleo e diamantes), são o solo fértil para o germinar fácil das sementes da corrupção, de modo que ela vai contribuindo para o aprofundar da crise, que teima em persistir. O Estado não consegue impor-se e, muito menos, afirmar uma intencionalidade própria, diversa dos interesses particulares daqueles que o servem. A racionalidade administrativa, a transparência, a legalidade, a objectividade, dão lugar a outras lógicas, obscuras e incontroláveis, mais interessantes do ponto de vista individual, mas insustentáveis do ponto de vista colectivo.

4 Só muito recentemente, a opinião pública tomou consciência da presença furtiva, insidiosa e fugidia da corrupção e da necessidade de a combater. Um pouco por todo o lado assiste-se à sua denúncia. Os delatores vêm de todos os quadrantes e reclamam experiências muito diferentes. Não faltam diagnósticos exaustivos nem panaceias milagrosas. O assunto constitui mesmo tema da moda. Para a formação e consolidação desta consciência e para o avolumar crescente deste debate foram, certamente, também importantes os contributos da literatura. O tema invadiu-a no final da década de noventa do século passado, assumindo mesmo honras de centralidade algumas obras. A tendência mantém-se neste século, como atestam as duas obras objecto deste estudo.

O interesse da literatura pela corrupção tem, com certeza, subjacente preocupações sociais. Não será apenas mais um tema apetecível por despertar a curiosidade e o assentimento dos leitores ou uma simples exibição de capacidade artística a que é indiferente a temática utilizada. A sua escolha não é fruto de um mero e feliz acaso. Tem inerente uma intencionalidade clara: contribuir para a formação de uma sociedade mais justa. Embora se trate de ficção é inegável que a literatura transporta para o seu mundo uma realidade vivenciada pelas instâncias autorais e que consubstancia interesses próprios daquelas. A experiência de um quotidiano carregado de exemplos, o conhecimento de casos concretos e das suas consequências terríveis é, certamente, o motor de uma prodigiosa imaginação criativa, colocada, neste caso, ao serviço da democracia. Apenas um profundo conhecimento da realidade permite a sua exposição de forma mais ou menos ficcionada ou adulterada e possibilita propostas de melhoria e de transformação.

As duas obras analisadas são bem prova disso e constituem importantes documentos sociológicos que contribuem para a compreensão da dinâmica das sociedades angolana e moçambicana contemporâneas. A actividade política surge severamente criticada. A classe dos políticos, que devia ser a mais nobre, a mais reconhecida, a mais prestigiada é ridicularizada. A crítica parece atingir as próprias chefias do poder. A corrupção é criticada nos mais altos estratos sociais, olhando-se com indulgência aqueles que a utilizam apenas para sobreviver. O Bunker, na

obra *Jaime Bunda, Agente Secreto*, representa, mesmo, o poder excessivo concentrado na figura do presidente da República.

A visão literária corrobora a visão académica, pois, poderemos afirmar que o objecto de trabalho em ambos os campos é o mesmo. A sociedade observada é trabalhada, de forma científica ou literária. A essência é a mesma. O que se procura é a verdade. A verdade que também os escritores pretenderam denunciar, expor e, enfim, melhorar.

5 As opções de técnica literária utilizadas são também significativas. A escolha de uma pluralidade de vozes, que constituem uma espécie de ruído de fundo, um coro uníssono a clamar incessante contra a corrupção, confere mais credibilidade ao discurso. Não é apenas uma voz isolada. São diversas testemunhas. Visões que se corroboram mutuamente e que não nos permitem duvidar. Os relatos são fundamentados, poderosos e verosímeis. A sua razão de ciência consiste na participação, directa ou indirecta, nos próprios factos. Tal como no tribunal, somos conduzidos para a constatação de que a corrupção, efectivamente, existe e a sua dimensão é preocupante.

Este trabalho espera ser, apenas, mais uma voz nesse grande coro.

6 O conceito de Estado que sobressai das obras em análise preenche o conteúdo do conceito de Estado neo-patrimonial. A excessiva personalização do poder, o clientelismo e a corrupção, são as três grandes características do Estado pós-colonial angolano e moçambicano que facilmente se detectam nos dois textos literários analisados.

7 As duas visões literárias da corrupção no Estado pós-colonial confirmam que esta se institucionalizou, fazendo parte do quotidiano de todos os estratos sociais. Todas as “classes” que integram o espaço social estão corrompidas. Directa ou indirectamente todos parecem beneficiar. Quanto mais elevada é a posição na escala hierárquica do exercício do poder maiores são os montantes do suborno. O elevado valor económico da decisão aumenta o preço da sua adulteração. Na base da pirâmide, encontra-se, pelo contrário, uma multiplicidade de actos de valor económico pouco significativo, numa perspectiva colectiva, mas,

porventura, muito importante do ponto de vista individual. É o exemplo quotidiano das pequenas multas de trânsito. Em ambos os casos, grande corrupção e pequena corrupção, o acto é reprovável, do ponto de vista da legalidade. É sempre um desvio à norma. No entanto, a sua danosidade social é incomparavelmente maior no primeiro. Uma só decisão adulterada pode comprometer o futuro de muitos. Já, no segundo caso, num contexto de fome e de pobreza é, muitas vezes, vista como um suplemento remuneratório. Mesmo assim, apesar de haver uma desculpa generalizada da pequena corrupção, começa a sentir-se um certo cansaço nessa argumentação. Os baixos salários, a miséria, não explicam tudo.

8 Os escritores criticam os comportamentos desviantes. A ausência de valores morais e éticos; o desrespeito pelos antepassados – significando também todo o passado histórico –; a ambição pelo poder e pelo dinheiro, reduziram, mesmo, o Homem à condição de animal. O Homem vendeu a alma. É necessário recuperá-la. *O Último Voo do Flamingo* lança esse repto. Ao comparar o comportamento humano ao comportamento animal, Mia Couto traz-nos a morte de um país que necessita de renascer. Isso só acontecerá quando se verificar a reconciliação com os antepassados e com a natureza. Será o alimento necessário para que o Flamingo volte a voar. O mesmo é denunciado em *Jaime Bunda, Agente Secreto*. As instituições democráticas são postas em causa. A polícia secreta que deveria ser insuspeita, ímpolita, imparcial é directamente manobrada, instrumentalizada, pela cúpula do poder. Não existe, em bom rigor, uma verdadeira separação de poderes.

Os escritores relembram o passado para não se cometerem os mesmo erros. A luta já não se faz com armas. A guerra já é outra e a escrita é uma arma importante. Já não se defende um sistema político, mas sim a urgência de uma sociedade civil activa, participativa e interventiva. Uma verdadeira “revolução cultural”.

9 No início do século XXI, é todo este cenário que começa, assim, a ser desmascarado e posto em causa, procurando os escritores soluções e respostas para um flagelo – o da corrupção – que parece não ter cura! Decepcionados com os novos detentores do poder, os escritores

parecem não estar mais dispostos a fechar os olhos a determinadas situações. Obras como *Jaime Bunda*, *Agente Secreto*, de Pepetela, e *O Último Voo do Flamingo*, de Mia Couto, são neste campo emblemáticas.

Fundamental será perguntar quem as lê e qual o efeito que têm no receptor. Será que não passam de um simples conjunto de princípios que ninguém ousa observar. Em países onde a sobrevivência diária ainda é uma batalha árdua esse parece ser um destino inevitável. Onde a fome domina as páginas dos jornais, a leitura não alimenta a mente do povo. Nem poderia alimentar visto tratar-se de um país onde a alfabetização tem ainda um processo muito longo a percorrer.

Não obstante os baixos índices de leitura, o impacto da denúncia da corrupção pela literatura não deixa de ser importante. O papel da literatura em países como Moçambique ou Angola é imprescindível para se escrever a sua verdadeira história, antes asfixiada pela visão colonialista.

A Educação é, por isso, uma arma muito importante. Só dessa forma será feita a “revolução cultural” que a moribunda sociedade pós-moderna necessita. O crime também se combate culturalmente. É necessário mudar mentalidades, formar seres humanos mais críticos, apostar no civismo. A verdadeira Democracia depende do grau de desenvolvimento da sociedade e da eficácia do combate à criminalidade económica e altamente organizada.

BIBLIOGRAFIA

ACTIVA

ALLENDE, Isabel

1990 (1982), *A Casa dos Espíritos*, Lisboa: DIFEL.

COUTO, Mia

1987, *Vozes Anoitecidas*, Lisboa: Caminho.

1991, *Cronicando*, Lisboa: Caminho.

1991, *A Varanda do Frangipani*, Lisboa: Caminho.

1999, *Raíz de Orvalho e Outros Poemas*, Lisboa: Caminho.

2000, *Terra Sonâmbula*, Lisboa: Caminho.

2000, *O Último Voo do Flamingo*, Lisboa: Caminho.

2002, *Um Rio Chamado Tempo, Uma Casa Chamada Terra*, Lisboa: Caminho.

2004, *O Fio Das Missangas*, Lisboa: Caminho.

JAMBA, Sousa

1991, *Patriotas*, Lisboa: Cotovia.

JELLOUN, Tahar Bem

1995, *O Homem Quebrado*, Lisboa: Caminho.

LOFORTE, Luís

2001, *O Advogado de Inhassunge*, Lisboa: Quetzal Editores.

MARQUES, Gabriel Garcia

1988, *Cem Anos De Solidão*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

RUI, Manuel

1991, *Quem me dera ser onda*, Lisboa: Cotovia.

1999, *1 Morto & os Vivos*, Lisboa: Cotovia.

SAÚTE, Nelson

2001, *As Mãos Dos Pretos, Antologia do Conto Moçambicano*, Lisboa: Dom Quixote.

PEPETELA

1985, *Yaka*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

1996, *Parábola do Cágado Velho*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

- 1997 (1985), *O Cão e os Caluandas*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
2000 (1992), *A Geração da Utopia*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
2001 (1995) *O Desejo de Kianda*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
2001, *Jaime Bunda, Agente Secreto*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
2003, *Jaime Bunda e Morte do Americano*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

XITU, Uanhenga

- 1991, *O Ministro*, Luanda: União dos Escritores Angolanos.
1997, *Cultos Especiais*, Luanda: PontoUm / Intergráfica.

GERAL

AGUESSY, Honorat

- 1980 (1977), “Visões e percepções tradicionais”, Balogun, Ola et al., *Introdução à Cultura Africana*, Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco, pp. 95-136.

ALATAS, Hussein Syed

- 1999, *Corruption and the Destiny of Asia*, Malásia: Simon & Schuster.

AMARAL, Ilídio do

- 1985, *Fronteiras, Estado e Nação em África (Apontamentos de Geografia Política)*, in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*.

ANDRADE, Costa,

- 1982, *Literatura Angolana (Opiniões)*, Lisboa: Edições 70.

APPIAH, Kwame Anthony

- 1997 (1992), *Na Casa de Meu Pai. A África na Filosofia da Cultura*, Rio de Janeiro: Contraponto.

AROUCA, Maria Regina

- 2001, in Prefácio do livro *O Advogado de Inhassunge*, de Luís Loforte

BALANDIER, Georges,

- 1987, *Antropologia Política*, Lisboa: Editorial Presença.

BARBEITOS, Arlindo

- 2003, *A Sociedade Civil, Estado Cidadania Identidade em Angola*, Lisboa: Novo Imbondeiro.

BARROSO, Alfredo

- 2002, *Na Vanguarda do Capitalismo*, in *Expresso*, de 10 de Agosto.

BAYARD, Jean-François

- 1991, *L'Etat*, in COULON, Christian e MARTIN, Denis (orgs.), *Les Afriques Politiques*, Paris: La Découverte.

BORDIEU, Pierre

1996, *As Regras da Arte, Gênese e Estrutura do Campo Literário*, Lisboa: Editorial Presença.

2001, *Razões Práticas, Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras: Celta.

BRAGA DA CRUZ, M.

2001, *Teorias Sociológicas – Os Fundadores e os Clássicos*, V. I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CARVALHO, Ruy Duarte de

1997, *A Câmara, a Escrita e a Coisa Dita*, Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco.

2003, *Actas da Maianga*, Lisboa: Edições Cotovia.

CABRAL, João Pina

2003, in entrevista *Público*, de 20 de Julho.

CHABAL, Patrick

1992a, *Vozes Moçambicanas, Literatura e Nacionalidade*, Lisboa: Vega.

1992b, *Power in Africa, An Essay in Political Interpretation*, London: The MacMillan Press.

1996, *The Postcolonial Literature of Lusophone Africa*, London: Hurst & Company.

1999, “Nós e a África: A Questão do Olhar”, in *Africana Studia*, n.º 1, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Fundação Eng. António de Almeida, pp. 67-84.

CHABAL, Patrick, e DALOZ, Jean-Pascal

2001 (1999), *África Camina – El Desorden com Instrumento Político*, Barcelona: Edicions Bellaterra.

CHAVES, Rita e MACEDO, Tânia

2002, *Portanto...Pepetela*, Lisboa: Edições Chá de Caxinde.

CORDEIRO, Ana Dias

2004, *Corrupção na origem de extravios de dinheiro*, in *Público*, de 14 de Janeiro.

COSTA, A. M. Almeida

2001, “Da Corrupção”, AA.VV., *Comentário Conimbricense do Código Penal*, Coimbra, Coimbra Editora, pp. 654 e ss..

COUTO, Mia

2003, “A Fronteira da Cultura”, in *Espaço África*, Ano VII, n.º 29, Setembro a Novembro, pp. 95-102.

DAVIDSON, Basil

2000, *O Fardo do Homem Negro, Os Efeitos do Estado-nação em África*, Porto: Campo das Letras.

- DIOUF, Makhatar
2002, *L'Afrique Dans la Mondialisation*, Paris: L'Harmattan.
- ENDERS, Armelle
1994, *História da África Lusófona*, Mem Martins: Editorial Inquérito.
- EYENE MBA, Jean-Rodrigue-Elisée
2001, *Démocratie et Développement en Afrique Face au Liberalisme – Essai sur la Refondation Politique*, Paris: L'Harmattan.
- FERNANDES, Ana Paula
2002, “As diferentes abordagens mundiais sobre Cooperação e Desenvolvimento”, in *Forum DC*, ano 1, n.º 1, Lisboa, Instituto Marques de Valle Flôr/Oikos, pp.15-19.
- FERNANDES, Margarida
2002, “Os textos e os Contextos, As Literaturas Africanas de Língua Portuguesa Entre a Ficção e a Realidade”, in *Multiculturalismo, Poderes e Etnicidades na África Subsaariana*, Porto: Faculdade de Letras/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, pp. 39-44.
- FERRAJOLI, Luigi
2003, *Criminalidade e Globalização*, in revista do “Ministério Público”, n.º 96, Lisboa: Editorial Minerva.
- FONSECA, Ana Margarida
2002, *Projectos de Encostar Mundos*, MiraFlores: Difel, S. A.
- FOUNOU-TCHUIGOUA, Bernard
1997, *Crise Africana – Alternativas*, Lisboa, Edições Dinossauro.
- GAZANO, Antoine
2000, *L'Essentiel des Relations Internationales*, Paris: Gualino Éditeur.
- GIDDENS, Anthony
2002 (1992), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras: Celta.
- GONÇALVES, António Custódio
1999, “Dinâmicas do desenvolvimento e desafios actuais”, *Africana Studia*, n.º 1, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Fundação Eng. António de Almeida, pp.1-15.
2002a, “Prefácio”, *Multiculturalismo, Poderes e Etnicidades na África Subsaariana*, Porto: Faculdade de Letras/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.
2002b, “Identidades e alteridades culturais: desafios às solidariedades sociais e aos poderes políticos”, in GONÇALVES, António Custódio (Coord.), *Multiculturalismo, Poderes e Etnicidades na África Subsaariana*, Porto: Faculdade de Letras/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, pp.13-21.

HAMILTON, Russel G.

1975, *Literatura Africana, Literatura Necessária, I – Angola*, Lisboa: Edições 70.

HENRI, Brigitte

2002, *La Corruption: un Mal Endémique*, Lyon: L'Hermès.

HODGES, Tony

2002, *Angola, Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*, Estoril: Principia.

HOPFER, David

2002, “A corrupção – Suas Consequências”, comunicação apresentada Forum Sobre Transparência e Corrupção a 8 e 9 de Outubro – Maputo.

KANE, Mohamadou

1982, *Roman Africain et Tradition*, Dakar: Les Nouvelles Éditions Africaines.

KI-ZERBO, Joseph

1999 (1972), *História da África Negra*, 2 volumes, Mem Martins: Publicações Europa-América.

LABAN, Michel

1991, *Angola, Encontro com Escritores*, 2 volumes, Porto: Fundação Eng. António de Almeida.

1991, *Moçambique, Encontro com Escritores*, 3 volumes, Porto: Fundação António de Almeida.

LARANJEIRA, Pires

1995, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, Lisboa: Universidade Aberta.

LEITE, Ana Mafalda

1996, “Angola”, in Chabal, Patrick et al., *The Postcolonial Literature of Lusophone Africa*, London: Hurst & Company, pp.103-164.

1998, *Oralidades & Escritas, nas Literaturas Africanas*, Lisboa: Colibri.

2003, *Literaturas Africanas e Formulações Pós-Coloniais*, Lisboa: Colibri.

LOURENÇO, Eduardo

2002, *O Esplendor do Caos*, Lisboa: Gradiva.

MAPPA, Sophia

1996, *Puissance et Impuissance de L'État, Les Pouvoirs en Question au Nord et au Sud*, Paris: Karthala.

1998, *Pouvoirs Traditionnels et Pouvoir d'État en Afrique*, Paris: Karthala.

MARQUES, Viriato Soromento

2002, *Conferência de Joanesburgo: SOS Terra*, in *Jornal de Letras*, 22 de Julho.

MAUSS, Marcel,

1950, *Ensaio Sobre a Dádiva*, Lisboa: Edições 70.

MARTINHO, Ana Maria

1998, “Literatura e Língua Literária”, in *Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, Lisboa: Instituto Camões.

2001a, “A História Literária em Angola e Moçambique: reflexões sobre ocorrências paradigmáticas”, in Seruya, Teresa e Moniz, Maria Lin (coord.), *Histórias Literárias Comparadas*, Lisboa: Edições Colibri/Centro de Literatura e Cultura Brasileira da Universidade Católica Portuguesa, pp.155-566.

2001b, *Cânones Literários e Educação: Os Casos Angolano e Moçambicano*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia,

MATA, Inocência

1992, *Pelos Trilhos da Literatura Africana em Língua Portuguesa*, Pontevedra/Braga: Cadernos do Povo.

MESSIANT, Christine,

1999, “A propos des «transitions démocratiques». Notes comparatives et préalables à l’analyse du cas angolais”, *Africana Studia*, n.º 1, Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Fundação Eng. António de Almeida, pp. 61-95.

MILLS, Alexandra,

2002, “Strengthening Domestic Institutions Against Corruption: A Public Ethics Checklist”, in *Corruption Integrity Improvement Initiatives in Developing Countries*, p. 142, Relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) sobre a Corrupção, [www.undp.org/dpa/publications/Corruption/ index.Htmlc](http://www.undp.org/dpa/publications/Corruption/index.Htmlc)

MOODY-STUART, George

1994, *La Gran Corrupcion*, Madrid: Siddhartha Mehta Ediciones.

NEWITT, Malin

1997, *História de Moçambique*, Mem Martins: Publicações Europa-América.

PACHECO, Carlos

2002, *Repensar Angola*, Lisboa: Vega.

PACHECO, Cristina

2001, “Pepetela (2001), Jaime Bunda, Agente Secreto”, in *Africana Studia*, n.º 4, Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 191-198.

PACHECO, Nuno,

2002, “O Espectro da Fome”, in *Público*, 19 de Agosto.

PEDRO, Ana Navarro

2003, “França poderá emitir mandado de captura de Pierre Falcone”, in *Público*, 10 de Outubro.

PEPETELA

1995, “Contexto social da génese da literatura angolana”, in *Quint, Anne Marie (dir)*,

Modèles et Innovations. Études de Littératures Portugaises et Brésiliennes, Paris: Presses de La Sorbonne Nouvelle, pp. 141-151.

2004, “Entrevista”, *Espaço África*, Ano VII, n.º 30, Dezembro de 2003 a Fevereiro de 2004, pp. 131-134.

REIS, Carlos

1981, *Textos Teóricos do Neo-Realismo Português*, Lisboa: Seara Nova.

REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina Macário,

2000 (1988), *Dicionário de Narratologia*, Coimbra: Almedina.

RIBAS, Óscar

1989, *Ilundu, Espíritos e Ritos Angolanos*, Luanda: União dos Escritores Angolanos.

RODRIGUES, Cunha

1999, “Os Senhores do Crime”, in *Revista de Ciência Criminal*, Tomo I, pp. 7-29.

SANTOS, Boaventura de Sousa

1999 (1994), *Pela Mão de Alice, O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Cláudia Maria Cruz

2001, “O Crime De Colarinho Branco (Da Origem do Conceito e da Relevância Criminológica à Questão da desigualdade na Administração da Justiça Penal)”, *Stvdia Iuridica* 56, Boletim da Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra: Coimbra Editora.

SEGRE, Cesare

1999, “Ficção”, *Enciclopédia Einaudi: Literatura – Texto*, vol. 17, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 11-41.

SEPÚLVEDA, Luís

2003, “Entrevista”, revista *Visão*, n.º 548.

SOARES, Francisco

1996, *Autobiografia Lírica de “M. António”: uma Estética e uma Ética da Crioulidade Angolana*, Évora: Pendor.

2001, “Literatura e Política”, in *Africana Studia*, n.º 4, Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 99-110.

SOUZA, Ivo Carneiro

2000, “O Estado na África Subsariana: do Estado da Teoria ao Estado da Nação”, Lição de Abertura do II Curso de Mestrado em Estudos Africanos da Universidade do Porto, policopiado.

TOLE, José Diquissone

1995, *Moçambique, Educação e Formação da Classe-Estado – dissertação de mestrado*, Lisboa: ISCTE.

TORRES, Adelino

1998, *Horizontes do Desenvolvimento Africano, No Limiar do Século XXI*, Lisboa: Vega.

TRIGO, Salvato

1981, *Luandino Vieira, o Logoteta*, Porto: Brasília Editora.

1985, "L iteraturas africanas de expressão portuguesa: um fenómeno do urbanismo", in AA.VV., *Les Littératures Africaines de Langue Portugaise. A la Recherche de l'Identité Individuelle et Nationale*, Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, pp. 545-552.

VENÂNCIO, José Carlos

1990, "Sociologia e Literatura: alguns problemas teórico-metodológicos", in *Anais Universitários*, Série de Ciências Sociais e Humanas, 1, Covilhã: Universidade da Beira Interior, pp. 109-121.

1992, *Literatura e Poder na África Lusófona*, Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

1996, *Colonialismo, Antropologia e Lusofonias*, Lisboa: Vega.

1999a, "Globalização, democratização e facto literário em Angola. Aproximação a uma sociologia do romance angolano", *Africana Studia*, n.º 1, Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Fundação Eng. António de Almeida, pp. 193-204.

1999b, "Terceiro Mundo, Globalização e Criatividade Artística, Algumas notas sobre a experiência africana", in AAVV (org. e coord. Ana Maria Mão-de-Ferro Martinho), *África: Investigações Multidisciplinares*, Évora: Editorial Num.

2000, *O Facto Africano, Elementos para uma Sociologia de África*, Lisboa: Vega.

2002a, "A Encruzilhada Africana. Crise política e termo de Responsabilidade", in *Communio, Revista International Católica*, n.º 1, pp. 21-30.

2002b, "Multiculturalismo e literatura nacional em Angola", in GONÇALVES, António Custódio (Coord.), *Multiculturalismo, Poderes e Etnicidades na África Subsariana*, Porto: Faculdade de Letras/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

2004, "Jaime Bunda versus Sem Medo. Nacionalismo e Estado Pós-colonial em Angola no registo dos seus escritores", texto a ser publicado nas Actas do IV Congresso de Estudos Africanos do Mundo Ibérico (*África Caminha*), realizado em Barcelona de 12 a 15 de Janeiro.

VILELA, Mário

2002, *Metáforas do Nosso Tempo*, Coimbra: Almedina.

ZIEGLER, Jean,

1999, *Os Senhores do Crime, As Novas Máfias Contra a Democracia*, Lisboa: Terramar, pp.157-198

WEBER, Max

s.d., *O Político e o Cientista*, Lisboa: Editorial Presença.

WIEACKER, Franz

1980, *História do Direito Privado*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

